



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

GIOVANNA AYRES ARANTES DE PAIVA

CRIANÇAS E (IN)SEGURANÇA: A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE
CRIANÇAS-SOLDADO NA AGENDA INTERNACIONAL

CAMPINAS

2020

GIOVANNA AYRES ARANTES DE PAIVA

CRIANÇAS E (IN)SEGURANÇA: A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE
CRIANÇAS-SOLDADO NA AGENDA INTERNACIONAL

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais, na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
POR GIOVANNA AYRES ARANTES DE
PAIVA E ORIENTADA PELO PROF. DR.
SHIGUENOLI MIYAMOTO

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P166c Paiva, Giovanna Ayres Arantes de, 1992-
Crianças e (in)segurança : a construção de narrativas sobre crianças-soldado na agenda internacional / Giovanna Ayres Arantes de Paiva. –
Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Shiguenoli Miyamoto.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Crianças-soldado. 2. Narrativas. 3. Segurança internacional. I. Miyamoto, Shiguenoli, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Children and (in)security : the construction of narratives about child soldiers on the international agenda

Palavras-chave em inglês:

Child soldiers

Narratives

International security

Área de concentração: Paz, Defesa e Segurança Internacional

Titulação: Doutora em Relações Internacionais

Banca examinadora:

Shiguenoli Miyamoto [Orientador]

Suzeley Kalil Mathias

Vanessa Braga Matijascic

Samuel Alves Soares

Julia Bertino Moreira

Data de defesa: 28-02-2020

Programa de Pós-Graduação: Relações Internacionais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-1148-7435>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1702719949741513>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 28 de fevereiro de 2020, considerou a candidata Giovanna Ayres Arantes de Paiva aprovada.

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto
Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias
Profa. Dra. Vanessa Braga Matijascic
Prof. Dr. Samuel Alves Soares
Profa. Dra. Julia Bertino Moreira

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Shiguenoli, pelos conselhos, reuniões, dedicação e paciência – sempre de forma simples, verdadeira e humana – que me motivaram a seguir com esta investigação.

À professora Suzeley, por estar sempre disposta a ajudar em qualquer situação, pelos comentários pertinentes e instigantes nas bancas de qualificação e defesa.

À professora Vanessa pelas contribuições generosas e detalhadas na qualificação e na defesa.

Ao professor Samuel pela generosidade e humanidade em tantos momentos de San Tiago Dantas e pelos comentários na banca de defesa.

À professora Júlia pelas contribuições desde o mestrado e pelas reflexões na banca de defesa.

Axs membrxs do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). O misto de excelência acadêmica, cooperação e generosidade foi essencial para conseguir realizar este trabalho. Agradeço, sobretudo, a essas pessoas inspiradoras: Livia, Matheus, Raquel, Patricia, Luiza, Clarissa, Kimberly, Jonathan, Bárbara, David e Helena.

Axs funcionárixs, discentes e docentes da Unicamp e do San Tiago Dantas pelo excelente trabalho e pelos seis anos de agradável convivência. Expresso gratidão especialmente a Grazi, Giovana e Isabela por terem feitos meus dias mais leves e organizados.

À professora Daniela Nascimento por ter me recebido gentilmente na Universidade de Coimbra e pelas generosas contribuições a este trabalho.

Ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra pela acolhida e por ter me dado a oportunidade de conhecer pesquisas admiráveis. Agradeço com carinho à Biblioteca Norte-Sul pelo trabalho tão humanizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Nesta pesquisa, argumentamos que a discussão internacional em torno do emprego de crianças-soldado foi baseada em algumas narrativas. Por narrativas, nos referimos a histórias construídas, contadas e recontadas, com o objetivo de criar uma verdade, uma versão sobre acontecimentos, uma argumentação de como os eventos ocorreram. Desse modo, propomos a hipótese de que a discussão sobre crianças-soldado, principalmente a partir da década de 1990, foi construída tendo por base uma narrativa dominante que está amparada em três pilares: as relações de poder entre Norte e Sul, o pensamento liberal e a perspectiva securitária. Esses três aspectos formam linhas de argumentação que constroem uma narrativa sobre as crianças-soldado, visto que influenciam os modos de se enxergar as próprias crianças e as partes que as empregam. Mais do que isso, a construção de uma narrativa sobre crianças-soldado com base nesse tripé fortalece a consolidação de um modelo de desenvolvimento que instrumentaliza a criança-soldado como um problema de Segurança intrínseco ao Sul Global e que, consequentemente, fortalece a necessidade de intervenção em “Estados Falhados”. Por outro lado, também reconhecemos que há contestação dessa narrativa e tentativas de construir outras explicações sobre a temática. Com o objetivo de analisar o modo pelo qual tais narrativas foram construídas, analisaremos a produção acadêmica especializada sobre crianças-soldado, o trabalho de alguns órgãos da ONU e o trabalho de algumas ONGs que abordam o tema.

Palavras Chave: crianças-soldado; narrativas; Segurança Internacional

ABSTRACT

In this research, we argue that the international discussion around the use of child soldiers was based on some narratives. By narratives, we refer to stories constructed, told and retold, with the aim of creating a truth, a version of events, an argument of how events occurred. Thus, we propose the hypothesis that the discussion about child soldiers, especially since the 1990s, was based on a dominant narrative that is supported by three pillars: the power relations between North and South, the liberal thought and the security perspective. These three aspects form lines of arguments that build a narrative about child soldiers, since they influence the ways of seeing the children themselves and the parts that employ them. More than that, the construction of a narrative about child soldiers based on this tripod strengthens the consolidation of a development model that instrumentalizes the child soldier as a security issue intrinsic to the Global South and thus strengthens the need for intervention in “Failed States”. On the other hand, we also recognize that there is a contestation of this narrative and attempts to construct other explanations on the subject. In order to analyze the way in which such narratives were constructed, we will analyze the specialized bibliography on child soldiers, the work of some UN organs and the work of some NGOs that address the theme.

Key Words: child soldiers; narratives; International Security.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAC	<i>Children Associated with Armed Conflict</i>
CAFS	<i>Conflict-Affected Fragile States</i>
CDC	Convenção sobre os Direitos da Criança
CRIN	<i>Child Rights International Network</i>
CS	Conselho de Segurança
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
MRM	<i>Monitoring and Reporting Mechanism</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
R2P	Responsabilidade de Proteger
RDC	República Democrática do Congo
RUF	<i>Revolutionary United Front</i>
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unitar	<i>United Nations Institute for Training and Research</i>

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
1.1 Introdução ao tema	10
1.2 Desenho de pesquisa.....	12
2. CONSTRUIR, PROTEGER, DESENVOLVER: REFLEXÕES SOBRE CRIANÇAS E ESTADOS	18
2.1 A construção da infância	18
2.2 A proteção da infância.....	22
2.3 O desenvolvimento da infância	29
3. AS ANOMALIAS DO SUL: CORRIGIR CRIANÇAS E ESTADOS.....	36
3.1 A “globalização da infância” e o papel dos Estados	36
3.2 “Estados Falhados”, crianças desviantes	45
3.3 A criança-soldado na Segurança Internacional	50
4. AS CRIANÇAS-SOLDADO NA BIBLIOGRAFIA	57
4.1 Recrutamento, treinamento e doutrinação	60
4.2 Conflitos armados e armas leves	65
4.3 (Ir)racionalidade e barbarismo.....	70
4.4 Questões socioeconômicas	74
4.5 Considerações sobre as narrativas na bibliografia.....	79
5. O TRABALHO DA ONU SOBRE CRIANÇAS-SOLDADO.....	81
5.1 Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados	83
5.2 Grupo de Trabalho do Conselho de Segurança para Crianças e Conflitos Armados	91
5.3 Considerações sobre a narrativa da ONU	96
6. O TRABALHO DAS ONGS SOBRE CRIANÇAS-SOLDADO	99
6.1 <i>Save the Children International</i>	101
6.2 <i>Watchlist on Children and Armed Conflict</i>	106
6.3 <i>The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative</i>	110
6.4 <i>Child Soldiers International e Child Rights International Network (CRIN)</i>	116
6.5 Considerações sobre as narrativas das ONGs.....	121
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

1.INTRODUÇÃO

1.1 Introdução ao tema

O universo bélico é majoritariamente habitado por adultos, narrado por e para adultos. As crianças, quando não são subtraídas das histórias dos conflitos, são lembradas apenas como vítimas que sofreram as consequências das hostilidades, não como atores que também participaram ativamente nesses contextos.

Porém, sabemos que, por trás dessa perspectiva adulta dos conflitos armados, as próprias crianças já foram empregadas em diversas atividades bélicas ao longo da história – seja em períodos de guerra ou mesmo durante épocas de aparente paz – portando armas, carregando munições, trabalhando como cozinheiras, escravas sexuais e espiãs. O termo crianças-soldado¹ designa essas crianças² que desempenham diversas funções junto a grupos armados não-estatais e/ou forças armadas nacionais. Assim, as crianças-soldado sintetizam a união entre dois mundos aparentemente separados e incompatíveis: o mundo infantil e o mundo da guerra e da violência.

Somente no final do século XX e início do século XXI – após a assinatura de documentos internacionais que estabeleceram formalmente os Direitos da Criança – o emprego de crianças-soldado ganhou maior atenção no âmbito internacional, principalmente por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e de algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Assim, uma prática que está presente há anos nos conflitos armados e em várias partes do mundo passou a ganhar maior destaque apenas a partir da década de 1990, quando entrou, efetivamente, na agenda do Conselho de Segurança da ONU e passou a ser discutida em fóruns internacionais como mais um "novo" tema do século XXI. Consideramos que debater as formas pelas quais as crianças-soldado são enxergadas, assim como analisar a forma pela qual o tema passou a ganhar relevância na agenda de Relações Internacionais ensejam mais investigação.

Nesse esforço investigativo, notamos que, dependendo da idade, algumas crianças são incapazes de expressar opiniões com clareza e, mesmo quando conseguem fazê-lo, muitas vezes, não são ouvidas com seriedade. Isso torna mais fácil retirar da criança o seu papel de narrador de sua própria visão de mundo e relegá-lo a explicações adultas, podendo apropriarem-

¹ No capítulo 3, discutimos mais detalhadamente esse conceito, buscando problematizá-lo.

² Majoritariamente nesta pesquisa, quando nos referimos à criança, estamos falando de menores de 18 anos, utilizando o conceito do Unicef, estipulado na Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989: “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (UNICEF, 1989, art.1). Apesar disso, consideramos que tal conceito é construído socialmente e buscamos analisá-lo ao longo dos capítulos 2 e 3.

se e criarem versões das crianças-soldado de acordo com o interesse que lhes for conveniente. Essa particularidade já constitui uma inquietação que motiva pesquisas sobre quem é a criança-soldado, por qual motivo ela é utilizada e por quem ela é empregada. A presente pesquisa não nasceu apenas dessa inquietação, mas de muitas outras.

Tais inquietudes residem em contradições que necessitam ser explicadas – ou, pelo menos, analisadas. Por um lado, observamos que menores de 18 anos foram e são empregados em forças armadas nacionais em diversos países no mundo todo – como Reino Unido, Irlanda do Norte, Mali e Serra Leoa. Por outro lado, vemos que a discussão sobre crianças-soldado ainda se foca mais nos países do Sul que enfrentam conflitos armados em seus territórios. Ao mesmo tempo em que parte da comunidade internacional enfatiza a importância de proteger as crianças em conflitos armados – especialmente as crianças-soldado –, observamos também que várias nações ainda apoiam militarmente grupos armados não-estatais ou mesmo forças armadas nacionais que empregam menores de 18 anos. Mesmo com o emprego de crianças-soldado sendo considerado um problema de Segurança Internacional, a responsabilidade por essa prática recai mais sobre os “Estados Falhados” e menos sobre a falta de compromisso da comunidade internacional com questões relativas à infância.

Diante dessas contradições observáveis, propomos a hipótese de que a discussão sobre crianças-soldado em âmbito internacional, sobretudo a partir da década de 1990, foi construída com base em uma narrativa dominante que está amparada em um tripé: 1) o pensamento liberal e neoliberal que rege o Estado e a proteção dos indivíduos; 2) as relações de poder entre os países do Norte e do Sul Global; e 3) a perspectiva securitária.

Por “pensamento liberal e neoliberal”, referimo-nos à influência liberal na política e na economia que, por vezes, manifesta-se na forma de políticas que pregam um dado modelo de desenvolvimento estatal e proteção dos indivíduos. Ao tratarmos das “relações de poder entre os países do Norte e do Sul Global”, referimo-nos às relações entre os países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, em que o modelo ideal de proteção da infância é construído tendo por base a realidade de desenvolvimento dos países do Norte. Consequentemente, as crianças do Sul que desviam desse ideal da infância – como as crianças-soldado – são consideradas anomalias que podem ser corrigidas. Por “abordagem securitária”, queremos dizer que o tratamento do emprego de crianças-soldado como um problema de Segurança Internacional impacta a forma de enxergar as partes que empregam as crianças como inimigos a serem combatidos e as próprias crianças-soldado como objetos de proteção a serem salvos. Ou seja, argumentamos que a narrativa sobre as crianças-soldado não é isenta de interesses: ela reflete formas de dominação e de expressão de poder.

A originalidade e contribuição deste trabalho – que se aloca no Sul Global como uma tentativa de se somar aos demais trabalhos vindos dessa parte do mundo – reside justamente em articular os fatores componentes do nosso tripé. Logo, partimos do entendimento de que a temática das crianças-soldado não flutua acima ou abaixo de questões políticas, econômicas e sociais. Pelo contrário, está ancorada na forma como enxergamos o Estado e na idealização do Estado capitalista liberal como o melhor modelo de desenvolvimento a ser imposto aos países e às crianças. As chamadas crianças-soldado e os estudos sobre elas são reflexos dessas relações que formam o cenário internacional.

Por outro lado, também reconhecemos tentativas de construir outras narrativas que fogem dessa lógica. Assim, não há apenas uma narrativa sobre o emprego de crianças-soldado, mas um conjunto de narrativas que se revelam a partir da investigação mais aprofundada sobre o tema.

1.2 Desenho de pesquisa

Como neste trabalho analisamos as narrativas construídas sobre as crianças-soldado no cenário internacional, é necessário esclarecermos o que entendemos por “narrativas”. Referimo-nos não a relatos pessoais e biográficos ou histórias orais, mas ao seu sentido mais amplo, considerando que narrativas são histórias construídas, contadas e recontadas, com o objetivo de criar uma verdade, uma versão sobre acontecimentos, uma argumentação de como os eventos ocorreram. A narrativa é, pois, uma maneira de construir modelos explicativos que justificam determinada realidade, dando ordem e significado a acontecimentos (LABOV, 1997; LINARD, 2017; PAIVA, 2008). Por conseguinte, estudar a forma pela qual as narrativas são construídas, consolidadas e reproduzidas é uma maneira de investigar as relações de poder que se articulam em torno de um tema.

No Brasil, a análise de construção de narrativas já foi utilizada em alguns trabalhos no campo das Relações Internacionais, a fim de explicar o estabelecimento de visões dominantes sobre nacionalidade, segurança e ameaça (LEITE, 2013; MOTTA, 2014); política externa brasileira (BRANCOLI, 2016a); imagem do continente africano (MINILLO, 2013); papel hegemônico dos Estados Unidos (MOLL NETO, 2015) e privatização da violência (BRANCOLI, 2016b). Esses esforços fazem parte de um movimento maior de trazer novos elementos analíticos para as Relações Internacionais, partindo da ideia de que a realidade pode ser construída, desconstruída e reconstruída. Trata-se, pois, de uma forma de elucidar fatores

que ficaram à sombra do *mainstream* das análises internacionais (ADLER, 1999; ASHLEY; WALKER, 1990; WALKER, 1993).

No nosso estudo, buscamos por fatores que indiquem como essas linhas argumentativas estão articuladas, como moldam a forma de enxergar o emprego de crianças-soldado e se são reafirmadas pelas organizações internacionais. Logo, procuramos por estruturas explicativas que se repetem nas análises sobre as crianças-soldado e que indicam pontos-chave para a compreensão do fenômeno. Também nos atentamos para pontos de inflexão e rupturas nessas narrativas, isto é, pontos divergentes que afastam uma construção narrativa da outra, quais aspectos tais pontos abordam, além de momentos de rompimento de elementos de causalidade traçados para explicar o emprego de crianças-soldado.

Em suma, nosso objetivo ao longo deste trabalho foi mostrar como a questão das crianças-soldado nas Relações Internacionais é uma construção por meio de narrativas – dominante e alternativa – que se estabelecem mais em nome de determinados interesses e menos em nome da efetiva proteção da criança. Apesar de apontarmos a existência de uma narrativa dominante e uma narrativa nascente que pode se contrapor a esta, não queremos cair no dualismo de separar hermeticamente essas narrativas, pois pode haver elementos explicativos que estão presentes em ambas.

A fim de sistematizar nossa pesquisa, foi necessário pensarmos sobre os atores que contribuem significativamente para a construção de narrativas sobre crianças-soldado, ou seja, atores que têm poder de construir e influenciar percepções acerca do tema, levando em consideração que as narrativas resultam de articulações e interações entre esses atores.

Consideramos três frentes que influenciam as narrativas sobre crianças-soldado: a própria produção acadêmica sobre o tema; as Nações Unidas; e as ONGs.

A bibliografia acadêmica sobre Crianças e Conflitos Armados³ desenvolveu-se consideravelmente nos últimos anos, por isso dispomos de material especializado acerca desse assunto. No Brasil, uma importante bibliografia foi produzida por Jana Tabak em sua dissertação de mestrado (2009), acerca do processo de reintegração de crianças-soldado, e em sua tese de doutorado (2014), sobre a construção de um conceito de infância nas Relações Internacionais. Demais artigos e dissertações também já foram publicados sobre o assunto (FAÇANHA, 2001; MARTUSCELLI, 2015; PAIVA, 2016; RIVA, 2012).

³ Utilizamos a expressão Crianças e Conflitos Armados em letras maiúsculas para nos referirmos a uma bibliografia já desenvolvida e que está em expansão, que se dedica a abordar o modo pelo qual as crianças estão inseridas nos conflitos armados e em atividades militares, de que forma a violência afeta as crianças, e quais as explicações para o emprego de crianças-soldado.

Muitas vezes, características como barbarismo e irracionalidade da violência direcionada às crianças são destacadas como fatores causais que levam ao emprego de crianças-soldado (DALLAIRE, 2010; SINGER, 2001; SPIGA, 2010). Essa perspectiva apresenta uma tendência a procurar respostas para o emprego de crianças-soldado no subdesenvolvimento socioeconômico de alguns lugares do mundo, colocando o foco da análise em problemas típicos de países em desenvolvimento como pobreza, falta de acesso à educação e saúde, conflitos armados, violência indiscriminada, intenso fluxo de armas leves e Estados que não garantem direitos básicos dos cidadãos, os chamados “Estados Falhados” (MITTON, 2012).

Por outro lado, parte da bibliografia aponta que fatores distintos devem ser levados em consideração. O próprio entendimento do conceito de criança pode ter impacto em como a sociedade interpreta a participação das crianças em atividades bélicas. A falta de combatentes adultos em algumas regiões em que o número de crianças é abundante também ajuda a explicar porque as crianças-soldado se concentram mais em determinados locais (CABRAL 2006; DENOVI; MACLURE, 2006; HONWANA, 2005; MACHEL, 1996; ROSEN 2005; ROSEN, 2015; SPRINGER, 2012; TABAK, 2014). Wessels (2006), por exemplo, chama a atenção para a necessidade de contextualizar o emprego de crianças-soldado, evitando recair na dicotomia vítima/perpetrador que, muitas vezes, está presente nas análises sobre esse tema: ora a criança é vista somente como a vítima de uma situação de pobreza extrema e de conflitos armados que a obriga a tomar parte no conflito, ora é vista como um perpetrador da violência que age sem escrúpulos.

No âmbito das Nações Unidas – principal organização internacional dedicada a tratar questões que envolvem a paz, a defesa e a segurança internacionais – analisamos dois órgãos específicos sobre a temática: o Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados e o Grupo de Trabalho do Conselho de Segurança para Crianças e Conflitos Armados. Esses dois órgãos trabalham especificamente com temas relacionados ao envolvimento de crianças em conflitos armados com ênfase no emprego de crianças-soldado. Existem outros órgãos das Nações Unidas que também trabalham a questão da infância, porém enfocam mais o bem-estar da criança em geral. A questão das crianças-soldado não é o foco desses órgãos, o tema é tratado apenas marginalmente.

Ainda no que concerne ao trabalho da ONU, tomamos a liberdade de aproveitar os resultados da pesquisa feita na nossa dissertação de mestrado. Nesse trabalho anterior, investigamos como alguns órgãos da ONU (Unicef, Assembleia Geral, Conselho de Segurança e Secretariado) tratavam o emprego de crianças-soldado e chegamos à conclusão de que havia uma convergência na forma de trabalho desses organismos que apontava para o

subdesenvolvimento como uma ameaça às crianças e como uma das forças causais do emprego de crianças-soldado (PAIVA, 2016). Essa investigação prévia nos permitiu ter uma noção do trabalho do sistema onusiano, de modo que iremos nos aprofundar ainda mais em outros aspectos não abordados no mestrado.

No âmbito das Organizações Não-Governamentais, emergiram algumas iniciativas especializadas em crianças. Focaremos nessas organizações que possuem trabalhos específicos sobre crianças-soldado e proteção das crianças em conflitos armados e que possuam materiais a serem analisados, tais como documentos e relatórios que explicitam suas respectivas visões acerca da temática. São elas: *Save the Children*; *The Romeo Dallaire Child Soldier Initiative*; *Watchlist on Children and Armed Conflict* e *Child Soldiers International*, juntamente com a *Child Rights International Network*. Todas essas ONGs possuem sites oficiais nos quais publicam seus estudos, relatórios, recomendações e trabalhos mais relevantes. Portanto, o material a ser utilizado em nossa pesquisa é de acesso público e tem caráter mais analítico e qualitativo do que quantitativo.

Lembramos que há outras instituições que abordam a proteção da criança e da infância como *World Vision International*, *Believe in Children Barnardo's* e *Plan International*, mas nenhuma delas foca-se no tema Crianças e Conflitos Armados, tampouco no emprego de crianças-soldado. Quando citam a questão é de forma marginal e complementar, não tendo o objetivo de focar este assunto. Algumas outras organizações como a *Terre des Home* chegam a mencionar o emprego de crianças-soldado como um fator que gera preocupação, mas não produzem relatórios específicos sobre o tema, somente citando-o de forma pontual.

Em nossa pesquisa, consideramos que essas organizações – tanto a ONU quanto as ONGs – são atores relevantes nas Relações Internacionais, pois formam discursos, produzem documentos e materiais de pesquisa, tomam decisões e têm poder de influenciar a conduta de Estados no cenário internacional.

Nos documentos da ONU, das ONGs e na bibliografia selecionada, procuramos por elementos que constroem formas de enxergar as crianças-soldado e as partes beligerantes que as empregam. Para facilitar e organizar nossa análise, alguns elementos são essenciais como: conceitos de infância e criança empregados; de que forma representam as partes que empregam crianças (inimigos e ameaças); para quais casos de emprego de crianças-soldado conferem maior destaque; quais fatores são apontados como causas do emprego de crianças-soldado (por exemplo, subdesenvolvimento, fluxo de armas leves, questões culturais). Esses documentos são produzidos principalmente a partir dos anos 2000, época em que o emprego de crianças-soldado ganhou maior atenção internacional. Em nossa investigação, não nos focamos em um país

específico, pois isso limitaria nossa análise. Nosso objetivo foi olhar como a questão é representada e construída por narrativas no âmbito global.

Como forma de expor nossos argumentos, optamos por primeiro apresentar a base teórica que sustenta algumas concepções sobre conflitos e crianças para, posteriormente, entrarmos com mais detalhes nos estudos sobre crianças-soldado. A própria bibliografia que trata das crianças-soldado ecoa alguns aspectos que abordamos nos capítulos iniciais sobre liberalismo, relações Norte-Sul e Segurança Internacional. Sentimos a necessidade, então, de explicitar as relações entre as mudanças no cenário internacional e a proteção e construção do que é a infância.

Assim, dividimos a apresentação deste trabalho em cinco capítulos. No capítulo 2 (Construir, proteger, desenvolver: reflexões sobre crianças e Estados), abordamos como as concepções sobre as crianças e a infância foram construídas e modificadas ao longo da história, juntamente com as próprias transformações dos Estados e dos modelos político e econômicos que guiaram esses países. No capítulo 3 (As anomalias do Sul: corrigir crianças e Estados), o nosso intuito foi investigar as relações estabelecidas entre as crianças que não se encaixam no modelo universalizado de criança e infância – consolidado por documentos internacionais – e os Estados que também não se encaixam no modelo de Estado liberal e capitalista – os chamados “Estados Falhados”. No capítulo 4 (A bibliografia sobre crianças-soldado), apresentamos uma revisão e discussão sobre os principais pontos que a produção acadêmica especializada – brasileira e estrangeira – apontam como fatores determinantes para a utilização de crianças-soldado. No capítulo 5 (O trabalho da ONU sobre crianças-soldado), abordamos e analisamos outros atores: os órgãos da ONU especializados em crianças-soldado, mais especificamente, o Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados e o Grupo de Trabalho do Conselho de Segurança sobre Crianças e Conflitos Armados. Objetivamos analisar qual foi a narrativa que o sistema da ONU construiu sobre as crianças-soldado. Já no capítulo 6 (O trabalho das ONGs sobre crianças-soldado), investigamos a forma pela qual as ONGs abordam o emprego de crianças-soldado. Nossas considerações finais encerram este trabalho, retomando nossa hipótese e revisando os pontos das narrativas construídas sobre as crianças-soldado.

Com esta investigação, pretendemos fortalecer os estudos sobre crianças no campo de Relações Internacionais e Segurança Internacional. Apesar de existirem vários documentos internacionais que abordam a questão da criança em conflitos e de haver uma bibliografia que trata do tema das crianças-soldado, o debate acerca de sua presença na agenda de Relações

Internacionais é relativamente recente e enseja mais investigações. Fazemos um esforço de repensar a criança como um ator internacional na agenda de Segurança.

Além disso, pretendemos contribuir para enxergar além da narrativa dominante sobre as crianças-soldado, repensando o papel das Nações Unidas e das ONGs no combate ao emprego de crianças-soldado, trazendo uma abordagem mais plural que contribua para um debate ainda incipiente.

As reflexões sobre crianças, infâncias, Estados e organizações internacionais também ressoam no Brasil, país que tem histórico de ser um ator frequente em fóruns internacionais sobre direitos humanos e possui produção acadêmica sobre a infância em diferentes áreas do conhecimento. Ademais, o Brasil é palco de diversos tipos de violência contra a criança, o que reforça ainda mais a importância de enriquecer os debates sobre essa temática no país. Mais uma vez, ressaltamos o fortalecimento dos estudos vindos do Sul Global e sob a perspectiva dos países que compõem o Sul Global como forma de tentar problematizar construções narrativas cristalizadas e, aos poucos, compor um panorama de estudos sobre Relações Internacionais e sobre infância que reflita anseios e desafios brasileiros.

2. CONSTRUIR, PROTEGER, DESENVOLVER: REFLEXÕES SOBRE CRIANÇAS E ESTADOS

A palavra infância representa um estado negativo do ser. Etimologicamente, significa aquele que não fala (PAGNI, 2010). Assim, a criança é definida pela sua incapacidade de fazer algo e por sua subordinação ao universo adulto. A criança é a que não fala, não se expressa com clareza, não vota, não casa, não possui independência (PAGNI, 2010; SARMENTO, 2012). Justamente por essa incompletude do ser, a criança é definida exogenamente. São os adultos que definem quem são as crianças, como elas devem se comportar e o que é melhor para elas.

Os conceitos (ou até mesmo a falta de conceitos) de criança e infância que se apresentam ao longo da história são frutos das visões dos adultos sobre o mundo e refletem as mudanças pelas quais as sociedades passam. Mudanças sociais, políticas, econômicas, históricas e culturais. Dessa forma, o olhar com o qual as sociedades enxergam e definem as crianças diz mais sobre as próprias sociedades do que sobre as crianças. Partimos da ideia de que os conceitos de criança e infância são construções sociais que variam de acordo com essas mudanças.

Neste capítulo, temos o objetivo de analisar a construção social da criança e da infância como expressões das transformações nas sociedades. Para tanto, dividimos o capítulo em três itens. O primeiro deles, o item 2.1 (A construção da infância) objetiva apresentar a forma pela qual as crianças foram ganhando cada vez mais atenção por parte do mundo adulto até chegarmos na constituição da infância moderna. O item 2.2 (A proteção da infância) irá analisar a necessidade de proteger não só as crianças, mas a ideia de infância. Daremos especial atenção para a consolidação dos Direitos Humanos a partir da década de 1950 e para a proclamação dos Direitos da Criança, em 1959. O item 2.3 (O desenvolvimento da infância) encerra o capítulo, analisando de que forma o conceito de infância foi normatizado em documentos internacionais e o desenvolvimento da criança como ser humano foi considerado parte das estratégias de desenvolvimento socioeconômico dos países.

Todas essas questões nos serão úteis para pensarmos sobre o conceito de criança-soldado que veremos ao longo deste trabalho.

2.1 A construção da infância

Existem versões de como a concepção de criança, e sobretudo de infância, surgiram e se desenvolveram na história moderna ocidental.

A reflexão acerca do papel da criança na sociedade esteve presente em clássicos da filosofia política moderna, mesmo que marginalmente. As discussões sobre a natureza humana, o Estado de Natureza e a formação das sociedades tocam, de algum modo, no tema da criança, por esta ser a fase inicial da vida humana (HOBBS, 1997; LOCKE, 1991; ROUSSEAU, 1995). Mas foi principalmente no século XX que se desenvolveram estudos mais específicos sobre a infância. Tomaremos por base essas análises que têm o objetivo de investigar as construções e desconstruções pelas quais as noções de criança e infância passaram.

Nesse sentido, Philippe Ariès (1965), em sua obra “História Social da Criança e da Família” (“*L’Enfant et la vie familiale sous l’Ancien Régime*”, no título original), publicada pela primeira vez em 1960, traz uma importante contribuição ao enxergar a face histórica do processo de construção da infância⁴. O autor fornece uma visão ímpar para a década de 1960 ao conferir relevância para como as sociedades enxergavam suas crianças em diferentes momentos históricos e como essas visões foram se transformando. Embora Ariès receba críticas por focar a visão adulta sobre a infância e não a criança em si, o livro ainda é notável pelo empenho em destacar a infância em diferentes períodos históricos. O estudo foi alvo de releituras, reinterpretções e críticas, tornando-se um importante marco nos estudos sobre a infância e abrindo caminho para que outros trabalhos também dedicados a reler a criança fossem publicados (FAAS, 2013; HEYWOOD, 2010; JOHANSSON, 1987; POLLOCK, 1983; RYAN, 2013; VANN, 1982; WILSON, 1980).

Ariès (1965) ressalta que, anteriormente à construção do Estado Moderno, ainda na época medieval, a criança era entendida como um “adulto em miniatura”. Isso não significa dizer que não existia afeto pela criança na época medieval, mas que havia uma espécie de indiferença em relação à criança, a qual não era entendida como uma categoria humana especial, mas sim como um ser que apenas recebia e absorvia o mundo adulto. Nas representações iconográficas medievais, como nas pinturas, as crianças eram pouco retratadas e, quando o

⁴ No que concerne à adolescência, Ariès (1965) identifica que o termo adolescente não foi claramente definido no Antigo Regime. Segundo o autor: “Até o século XVIII, a adolescência era confundida com a infância. Na escola latina, as palavras *puer* e *adolescens* eram usadas indiscriminadamente. Preservados na *Bibliothèque Nationale*, estão os catálogos do Colégio Jesuíta de Caen com uma lista dos nomes dos alunos acompanhados de comentários. Um garoto de quinze anos é descrito nesses catálogos como *bonus puer*, enquanto seu jovem colega de escola de treze anos é chamado de *optimus adolescens*” (ARIÈS, 1965, p. 25, tradução nossa). De acordo com o autor, somente no final do século XVIII e, sobretudo no século XIX, a adolescência e a infância são diferenciadas de forma mais evidente por atividades como o serviço militar. Estudos mais recentes, principalmente no século XX, marcam mais claramente a transição da infância para a adolescência por fatores físicos, cognitivos e sociais (THORNBURG, 1983). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, estabelece que criança é o indivíduo com 12 anos incompletos e o adolescente aquele entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990, art. 2), porém as definições de criança e adolescente variam conforme as legislações de cada país.

eram, suas imagens se assemelhavam a de pequenos adultos. A criança representava uma fase não tão importante do ser humano, a qual passava rapidamente e da qual se guardavam poucas recordações iconográficas. Não havia uma clara distinção entre a fase de vida na qual o ser humano é criança e a fase na qual se torna adulto. É importante ressaltar que muitos indivíduos sequer chegavam à fase adulta. Devido à baixa expectativa de vida da Idade Média, era preciso ter muitos filhos para que algum conseguisse superar doenças, conflitos, condições sanitárias e resistir ao passar dos anos (ARIÈS, 1965).

Raedts (1977) e Ryan (2016) defendem que as políticas de idade – ou seja, a categorização do ser humano em anos de vida – constituem formas modernas de contar o tempo. Raedts (1977) propõe que, no contexto medieval, a noção de criança estava intimamente relacionada à servidão e ao patriarcado. Isso explica porque a mesma palavra *pueri* ou *pueritui* era usada tanto para designar os seres humanos nas fases iniciais da vida, quanto para definir aqueles que possuíam algum trabalho que os colocava em condição de servidão (RAEDTS, 1977, p. 296). Logo, não havia rigidez em contar a vida em anos, tampouco uma definição fixa do que era a criança. Em contraposição, na Era Moderna, as ideias associadas à criança e à juventude foram separadas da noção de servidão (RYAN, 2013).

Ariès (1965) interpreta o século XVII como o ponto de virada que iria consolidar a importância da criança e o “sentimento de infância” que está presente ainda hoje em documentos internacionais: a criança necessita de cuidado e proteção especial. Mesmo que a mortalidade das crianças ainda fosse significativa nesse século, algumas mudanças das sociedades europeias impactaram os modos como as crianças eram percebidas e cuidadas nessa época: a institucionalização da educação infantil e o fortalecimento do núcleo familiar como um espaço de intensificação da educação da criança (RYAN, 2013). Ariès (1965) lembra que a partir desse século, as representações iconográficas de crianças passaram a ser cada vez mais comuns e as famílias demandavam que suas crianças fossem retratadas como parte integrante e importante do seio familiar.

É justamente no século XVII que John Locke aprofunda a ideia de “tábula rasa” na obra “Ensaio Acerca do Entendimento Humano”. O autor argumenta que os seres humanos nascem iguais e são moldados a partir de suas experiências em vida. A criança, mencionada marginalmente por Locke, é a fase inicial desse desenvolvimento, como uma folha em branco na qual serão escritas as experiências. Os pais e os educadores assumiriam, portanto, o importante papel de conferir instrução à criança e guiá-la da melhor forma para se consolidar como adulto (LOCKE, 1991). Sob essa perspectiva, a criança é um ser relevante, pois significa o início da vida humana, o começo de uma vida cheia de possibilidades e aberta a experiências.

Se guiadas da melhor forma, tais experiências conduzirão a criança ao desenvolvimento do seu ser. De acordo com esse raciocínio, a criança representa o pleno potencial da vida humana (LOCKE, 1991).

Segundo Ariès (1965), o conceito moderno de infância prospera justamente nos círculos de iluminismo burguês, em que a criança é a própria representação das possibilidades de mudança na sociedade: de ascensão social e de educação. O autor aponta a consolidação do Estado Moderno e liberal como um fator importante que explica o desenvolvimento da noção moderna de infância (ARIÈS, 1965).

Quando falamos em “Estado Moderno e liberal” estamos nos referindo ao liberalismo, ou seja, um conjunto de ideias que se manifesta em diversos âmbitos e que abarca os ideais e as práticas liberais. Hoffmann (1995) lembra que o liberalismo é, em essência, uma contestação aos regimes autoritários. De fato, o pensamento liberal emergiu na Europa, em um contexto específico, como um conjunto de ideias que procurava garantir as liberdades individuais em meio a uma época de domínio absolutista. Nesse sentido, os ideais liberais contestavam os privilégios da nobreza e o modelo de Estado absolutista no âmbito político e econômico. Um Estado que interferisse minimamente na economia e que garantisse alguns direitos individuais, entre eles a propriedade privada, favoreceria os negócios da burguesia nascente (HOFFMANN, 1995).

Ainda assim, a princípio, esses direitos limitavam-se a direitos civis, direitos de propriedades individuais e direitos de liberdade religiosa. Gradualmente, os direitos assegurados foram ampliando-se e traduzindo-se por meio de maior representação política através de eleições. Contudo, o direito à propriedade e o relativo afastamento do Estado em relação ao mercado e à economia não garantiam igualdade a todos os estratos da população. O liberalismo surge, então, como legitimador da classe burguesa, cujos ideais foram reafirmados e propagados através de importantes eventos históricos como a independência das Treze Colônias, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789 (ROTHSCHILD, 1995). Tais revoluções burguesas estabeleceram um modelo de sociedade sob a égide dos ideais liberais, valorizando a liberdade para o mercado se expandir livre da regulação do Estado. Ademais, essas transformações nos Estados Unidos e na França reforçaram a constituição dos Estados Modernos e de um ideal de nação, moldando a forma como os outros Estados deveriam ser (ROTHSCHILD, 1995).

Em meio a esse período de consolidação liberal, Rousseau (1995) dá algumas pistas sobre como a criança era enxergada no século XVIII e ainda acrescenta reflexões sobre o papel da educação na vida da criança.

Na obra “Emílio ou da Educação”, originalmente publicada em 1762, Rousseau considera que, nos primeiros anos de vida, a criança não possuía sentimentos: “Antes ela não é nada mais do que era no ventre da mãe; não tem nenhum sentimento, nenhuma ideia” (ROUSSEAU, 1995, p. 57). Esse autor ainda categoriza o que cada faixa etária representa e as capacidades físicas e mentais das crianças em cada idade. Dos 12 aos 15 anos, a criança entraria na idade da força, desenvolvendo força física, intelectual e moral. O período de 15 a 20 anos seria a idade da razão e das paixões, fase dedicada à formação moral e espiritual. A etapa final da educação dar-se-ia após os 20 anos, quando o indivíduo estaria preparado para o casamento e para educar seus próprios filhos (PAIVA, 2007; ROUSSEAU, 1995).

Diferentemente de Ariès (1965) que aponta o século XVII como um ponto de virada no entendimento da criança, Cunningham (2014) trabalha com a construção da infância em um tempo histórico mais abrangente. Esse autor argumenta que entre 1500 e 1900, gradativamente, desenvolveu-se a chamada “ideologia da infância”, isto é, ideias encadeadas e coerentes sobre o que deve ser a infância. Um marco é a ideia de que a escola – e não o trabalho – era o lugar ideal para a criança.

Contudo, ao mesmo tempo em que existiam crianças que viviam de acordo com a “ideologia da infância” – que frequentavam a escola e que desfrutavam de proteção no seio familiar – também existiam variáveis como gênero⁵, raça, posição social que distinguiam outros modos de ser criança. Por exemplo, as crianças das classes mais baixas demoraram mais a passar por essa especialização e continuavam a usar roupas comuns e participar de brincadeiras comuns, que não as diferenciavam dos adultos (ARIÈS, 1965). Mesmo a pretensa universalização da educação das crianças guardava segregações. Depois do século XVIII, a escola única foi substituída por um sistema dual de educação que se dividia não por faixas etárias, mas por critérios sociais: o liceu – ou colégio para a classe média (educação secundária) – e a escola para as camadas mais baixas da população (educação primária) (RYAN, 2013).

2.2 A proteção da infância

⁵ Ariès (1965) argumenta que os meninos foram as primeiras crianças realmente tratadas como crianças. O autor ressalta que o casamento de um menino de 14 anos ainda era raro, mas o casamento de uma menina de 13 anos ainda era bem comum. As meninas eram vistas mais como mulheres, só depois é que também passaram a ser vistas como crianças. De acordo com a argumentação de Ariès (1965), anteriormente ao século XVII não se notava tamanha especialização da vida da criança, tampouco uma clara divisão entre o universo do adulto e o universo da criança. O mundo infantil emerge nessas pequenas especializações da vida da criança e na criação de um universo separado do adulto.

Entre o período de 1830 e 1920, nós vimos que Cunningham (2014) chama a atenção para uma mudança em relação à forma de se tratar a criança: a “ideologia da infância” passa a ser incorporada na esfera de ação pública. A preocupação primordial das políticas públicas direcionadas à infância era que as crianças pudessem desfrutar de suas infâncias (CUNNINGHAM, 2014).

Ainda assim, o processo de especialização da vida infantil separadamente do universo adulto foi longo e gradual. A regulação do trabalho infantil – que mais tarde culminaria na proibição do trabalho infantil – é parte desse processo e é também parte de um movimento maior de proteger o trabalhador contra a exploração do capital. Tendo por base a explicação da luta de classes, na obra “O Capital”, originalmente publicada em 1867, Marx analisa esse processo no qual as crianças estiveram presentes de forma importante (MARX, 2013, p.466).

Na Europa do final do século XVII, ainda existia a ideia de que o trabalho era necessário para a criança, pois conferia a ela uma função, uma ocupação e um saber. Em alguns empregos em fábricas⁶ de laminagem e usinas de ferro e aço as crianças trabalhavam inclusive no turno noturno, pois era mais lucrativo utilizar crianças nesse período do que pagar parte do salário dos trabalhadores adultos. Além disso, as crianças eram consideradas trabalhadoras obedientes e começar cedo no trabalho significaria aprender um ofício com antecendência (MARX, 2013, p.466).

Nos séculos XVIII e XIX a realidade não era tão diferente. Na Inglaterra, em 1860, em uma fábrica de rendas, crianças de 7, 9, 10 anos acordavam entre às 2, 3 e 4 horas da manhã e eram obrigadas a trabalhar até as 10, 11 e 12 horas da noite (MARX, 2013, p. 405). Em uma fábrica de papeis de parede, crianças de 7 anos costumavam trabalhar 16 horas por dia (MARX, 2013, p. 408).

Ainda que entre 1802 e 1833 a Inglaterra tenha aprovado cinco leis trabalhistas, estas não eram compulsórias e não havia rígida fiscalização para o cumprimento dessas legislações (MARX, 2013, p. 440). Apenas em 1833 o Parlamento inglês aprovou a Lei Fabril que reduziu a jornada de trabalho das crianças de 13 a 18 anos para 12 horas de trabalho em alguns ramos industriais que incluíam a produção de algodão, lã, linho e seda (MARX, 2013, p. 439). Então, somente no século XIX alguns avanços mais concretos são alcançados em termos de limitação do trabalho infantil.

⁶ As crianças não trabalharam apenas em fábricas, mas também na agricultura, no comércio, no artesanato. Elas foram – e são – parte dos trabalhadores que ajudam a construir a economia capitalista (CUNNINGHAM, 2014).

Em 1844 e 1847 novas leis fabris foram aprovadas. Alguns fabricantes “começaram, aqui e ali, a dispensar uma parte, às vezes a metade dos adolescentes e trabalhadoras por eles empregados” (MARX, 2013, p. 450).

Tais leis, no entanto, ainda deixavam muitas brechas. Por exemplo, Marx descreve a Lei Fabril de 1844 da seguinte forma:

proibia que crianças de 8 a 13 anos, que tivessem sido ocupadas pela manhã antes das 12 horas, voltassem a ser ocupadas depois de 1 hora da tarde. Mas ela não regulava de modo algum as 6 horas e meia de trabalho das crianças cuja jornada de trabalho começava ao meio-dia ou mais tarde! Desse modo, crianças de 8 anos, se comessem a trabalhar ao meio-dia, podiam ser empregadas das 12 horas à 1 da tarde, 1 hora; das 2 às 4 da tarde, 2 horas, e das 5 às 8 e meia da noite, 3 horas e meia; no total, as 6 horas e meia determinadas por lei! Ou melhor ainda. A fim de fazer seu trabalho coincidir com o dos trabalhadores masculinos adultos até as 8 e meia da noite, os fabricantes precisavam apenas não dar a elas nenhum trabalho antes das 2 horas da tarde, podendo, a partir de então, mantê-las na fábrica ininterruptamente até as 8 e meia da noite! (MARX, 2013, p.450).

Ademais, a fim de driblar a restrição de trabalho infantil, os empregadores utilizavam um esquema de “revezamento” no qual deslocavam as crianças da fiação para a tecelagem ou de uma fábrica para a outra, fazendo com que trabalhassem por até 15 horas (MARX, 2013, p. 454). Os fabricantes de seda, por exemplo, alegavam que não podiam manter suas produções sem as crianças, pois isso acarretaria a paralisação de suas fábricas (MARX, 2013, p. 458). Além disso, argumentavam que não havia dinheiro suficiente para empregar grande número de trabalhadores maiores de 13 anos e que “a delicadeza do tecido [seda] requeria uma leveza de toque que só poderia ser garantida por meio de uma admissão prematura nessas fábricas” (MARX, 2013, p. 459). Em 1850, na Inglaterra, ainda existiam 3.732 crianças empregadas em 257 fábricas (MARX, 2013, p. 452).

A Lei Fabril de 1850 diminuiu apenas para ‘jovens e mulheres’ a jornada de 15 horas para 12 horas, das 6 horas da manhã até às 18h. No entanto, as crianças continuaram a ser empregadas “meia hora antes do começo e 2 horas e meia após o término desse período, mesmo que a duração inteira de seu trabalho não devesse ultrapassar 6 horas e meia” (MARX, 2013, p.460). Somente em 1853 houve proibição de “empregar crianças, na manhã, antes, e à noite, depois dos jovens e das mulheres” (MARX, 2013, p.460).

Ou seja, só na segunda metade do século XIX há uma consolidação maior da proteção da criança contra o trabalho degradante nas fábricas da Europa. Nessa época, a escolarização de crianças tornava-se mais comum. Isso porque existia uma demanda por pensamentos cada vez mais sofisticados para produzir economias igualmente mais sofisticadas. Dessa forma, a criança pode ser vista como a esperança de formar futuros economistas que vão pensar e manter

esse sistema capitalista de Estados. A nação investe na criança – em sua saúde e educação, por exemplo – ou seja, investe na especialização do universo infantil separado do universo adulto e, como retorno, dispõe das novas gerações como futuros trabalhadores (CUNNINGHAM, 2014).

A possibilidade de aumentar a produtividade por meio da tecnologia possibilitou que parte das mulheres e das crianças fossem dispensadas do trabalho fabril. A partir disso, elas passam a exercer funções mais específicas na sociedade. No caso das mulheres, elas passam a ter mais tempo em casa para desempenhar um outro tipo de trabalho – que não é remunerado, tampouco reconhecido como trabalho: o doméstico. São o sustentáculo para que o marido trabalhe fora de casa. Elas ainda preparam, dentro do ambiente familiar, os “trabalhadores do futuro”, que um dia assumirão a reprodução e a permanência desse sistema capitalista: as crianças (FEDERICI, 2019, p. 68)⁷.

Faas (2013) argumenta que a infância moderna consiste em um modo de vida privilegiado que só se tornou mais acessível para a população a partir do século XIX, quando foi adotado por instituições como parte de um projeto maior de Estado Moderno. A partir disso, a infância torna-se um paradigma de humanitarismo, aparentemente acima de divisões de classe, raça e gênero. Isto é, não importa a qual gênero, raça⁸ ou classe social as crianças pertencem, elas são universalizadas e tratadas como crianças, ao menos no âmbito teórico. Logo, a defesa da infância moderna é vista como uma forma de reafirmar as benesses de um Estado liberal e garantir progresso humano, dignidade e liberdade (FAAS, 2013).

No começo do século XX, o foco estava nos deveres que os Estados e pais ou responsáveis tinham na proteção da criança. Porém, principalmente na segunda metade do

⁷ Essa autora não possui o objetivo de se aprofundar na reflexão sobre o papel das crianças nas sociedades capitalistas. Ainda assim, seus estudos permitem pensar a criança como fruto da procriação colocada à serviço da acumulação capitalista. Nesse sentido, a criança passa a ser mais valorizada e cuidada, visto que significava a continuidade natural da mão-de-obra (FEDERICI, 2017, p. 178). Alguns estudos sobre crianças possuem inspiração em estudos sobre gênero. Apesar de não ser nossa intenção neste trabalho, é possível traçar um paralelo entre a emancipação e empoderamento de mulheres e um movimento semelhante, buscando mostrar a voz e o empoderamento das crianças. Sobre esse tema, ver: OAKLEY, Ann. *Women and Children First and Last: Parallels and Differences between Children's and Women's Studies*. In: *Children's Childhoods Observed and Experienced*. Berry Mayall (ed.), London: Falmer Press, 1994.

⁸ As relações entre a questão racial e a infância merecem especial atenção nas análises brasileiras. Sobre o tema, ver: LIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e "paparicação". *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 209-226, Aug. 2010; DA SILVA JOVINO, Ione. Crianças negras na história: Fontes e discursos sobre a breve infância permitida pelo escravismo oitocentista brasileiro. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 2, p. 189-226, 2015 e NUNES, Míghian Danae Ferreira; CORRÊA, Lajara Janaina Lopes. As crianças negras vistas pela sociologia da infância no Brasil: uma revisão de literatura. *Saber & Educar*, n. 21, p. 86-97, 2016.

século, a abordagem dominante nos fóruns internacionais tornou-se mais ampla e ambiciosa, enxergando a criança como sujeito de direitos que devem ser defendidos, difundidos, promovidos e implementados (ONU, 1959; 1989). Além disso, formalizou-se o entendimento de que as crianças devem não apenas ter direitos garantidos, mas também serem ouvidas e terem suas vozes levadas em consideração em processos jurídicos (ONU, 1989).

Assim, ao longo do século XX, podemos notar a intenção de promover, em âmbito internacional, um senso de obrigação moral para que os Estados se comprometessem formalmente a adotar padrões de proteção da criança. O maior aprofundamento da retirada da criança do ambiente laboral para o ambiente educacional por meio da garantia dos direitos da criança é algo recente, consagrado por meio de documentos internacionais que proclamam a criança como sujeito de direitos.

O pós-Primeira Guerra Mundial intensificou essa proteção da infância como forma de reparar as marcas deixadas pelo conflito armado. A Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança (1924) reconheceu a necessidade internacional de garantir proteção especial às crianças. A Liga das Nações, em 1925, designou o Comitê de Bem-Estar da Criança que abordava as melhores práticas para a proteção das crianças. A preocupação com o bem-estar infantil em tempos de pós-guerra abarcava cuidados médicos, emocionais e psicológicos (STEWART, 2011)⁹.

O pós-Segunda Guerra Mundial também foi um período de proliferação e fortalecimento de organizações humanitárias, tanto no âmbito da recém criada ONU quanto no âmbito das Organizações Não-Governamentais. As crianças foram impactadas de diferentes formas por esse conflito mundial. As crianças europeias sofreram com a violência e destruição de parte de seus territórios, seus lares e suas famílias; as crianças japonesas foram severamente afetadas pelas bombas atômicas (COLES; MARTEN, 2002); e crianças soviéticas, inglesas, estadunidenses e alemãs atuaram nas linhas de batalha da Segunda Guerra como soldados (KUCHERENKO, 2011; SANTOS; MUNIZ, 2012)¹⁰.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) nasceu nesse contexto, com o intuito de oferecer proteção às crianças desamparadas no pós-Segunda Guerra Mundial. Ações

⁹ No Brasil, entre 1920 e 1940, cuidar da criança significava modernizar a sociedade. Foram tomadas medidas como ênfase na educação da criança, especialização de atividades lúdicas como jogos e passatempos, campanhas e debates sobre alfabetização e amamentação (KUHLMANN JR.; MAGALHÃES, 2010).

¹⁰ Sobre o impacto da Segunda Guerra Mundial nas crianças, ver também: BRECHT, Bertolt. A Cruzada das Crianças. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2014, livro de poemas que expressa o sentimento de abandono de crianças no final do conflito. Sobre a juventude hitlerista, ver: BARTOLETTI, Susan Campbell. Juventude Hitlerista: a história dos meninos e meninas nazistas e dos que resistiram. Tradução de Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

de filantropia de igrejas ou de instituições de assistência humanitária também prosperavam nessa época, promovendo campanhas de doação e ajuda para reestabelecer a vida das pessoas afetadas pelos anos de guerra (STEIN, 2007). Por exemplo, a organização *Oxford Committee for Famine Relief*, que depois viria a se tornar a *Oxfam*, foi fundada na Grã-Bretanha, em 1943. Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, tal organização instituiu campanhas para arrecadação de comida, a fim de enviar para os países Aliados, sobretudo para crianças e mulheres que passavam fome ou estavam sob ocupação dos países do Eixo (OXFAM, 2019).

De modo geral, o pós-Segunda Guerra foi marcado pela importância conferida à proteção do indivíduo. Tanto a Carta de criação das Nações Unidas, de 1945, quanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, expressavam a preocupação com o bem-estar do ser humano. A Carta da ONU lembra que as guerras causaram “sofrimento indizível à humanidade” (ONU, 1945, preâmbulo). Isso mostra a influência do impacto da guerra para legitimar a defesa dos direitos humanos como ideal comum, aceito por toda a comunidade internacional. Já o texto da Declaração ressalta os direitos e liberdades humanos e considera que “o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade” (ONU, 1948, preâmbulo).

É verdade que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi apenas o ponto de partida para um entendimento cada vez mais amplo do que são os direitos humanos. No âmbito das Nações Unidas, ainda há outros documentos internacionais que expandiram as temáticas abarcadas. Podemos citar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ONU, 1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (ONU, 1979), a Declaração sobre a Proteção da Mulher e da Criança em Estados de Emergência e de Conflito Armado (ONU, 1974), a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

A Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959) representa o início desse alargamento do escopo ao especificar a criança como um ser de direito. O documento exprime que “a criança, em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento” (ONU, 1959, preâmbulo).

Ainda acrescenta que as crianças devem ser tratadas sem nenhuma discriminação: “todas as crianças [...] serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou

social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família (ONU, 1959, princípio 1)”.

O documento lista os direitos infantis como o direito ao “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade” (princípio 2); direito a “alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas” (princípio 4); além do direito à educação, brincar e divertir-se (princípio 7). O texto também indica as obrigações das sociedades, instituições e governos para garantir a proteção das crianças, levando em consideração os melhores interesses das crianças na instituição da lei (princípio 2) e os cuidados necessários às crianças sem famílias e às crianças que necessitam de meios de subsistência (princípio 6).

A temática da proteção da infância conseguia obter relativo consenso a ponto de unir alguns países em nome de um bem comum: as futuras gerações. Em seu último artigo, a Declaração proclama que a criança “Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes” (ONU, 1959, art 10).

Essa proteção da criança da década de 1950 não está descolada do contexto histórico. É importante ressaltar que, principalmente nos Estados Unidos, a década de 1950 foi marcada pelo *baby boom*, ou seja, pelo crescimento na taxa de natalidade. Entretanto, tal fenômeno não se repetiu nas décadas seguintes. Pelo contrário, foi seguido pela redução nas taxas de nascimentos que já podiam ser notadas na década de 1970, em parte pelo maior uso de métodos contraceptivos (BUMPASS; PRESSER, 1972). Essa mudança demográfica impactou o sistema educacional, a força de trabalho – principalmente a feminina – e a produção industrial que passou a mirar mais na população adulta (FEDERICI, 2019, p.100-101).

Pensando mais especificamente nas crianças, com o maior controle da natalidade houve a possibilidade de planejar o nascimento das crianças e destinar mais cuidados a essas crianças desejadas. Isto é, houve maior esforço de planejamento familiar e, consequentemente, foi possível pensar cada vez mais o papel das crianças nessas sociedades planejadas. A criança é a mão-de-obra do futuro – daí o maior cuidado com seu bem-estar e sua educação – e é também consumidora desde seu nascimento – haja vista produtos específicos para bebês e crianças pequenas (COOK, 2009; FEDERICI, 2017; 2019).

A Declaração dos Direitos da Criança é, pois, o início de um maior aprofundamento da proteção da criança que resultou em uma normatização da infância e estabelecimento do que é considerado uma infância ideal. Contudo, por estar no formato de declaração, o documento

serviu mais como uma diretriz para os países terem noção dos direitos da criança, e menos como um documento que constrange os países a assumirem um compromisso com a infância.

2.3 O desenvolvimento da infância

Poucos anos após a publicação da Declaração dos Direitos da Criança, o Unicef teve sua missão reformulada de maneira significativa. Por iniciativa de Maurice Pate e Dick Heyward – então diretores executivos dessa agência onusiana –, foi conclamada uma conferência internacional para tratar da ajuda a países pobres e atender as necessidades de suas crianças de forma mais efetiva. Assim, em 1964, foi realizada a Conferência Internacional sobre Planejamento para Crianças em Países em Desenvolvimento, em Bellagio, na Itália (STEIN, 2007; UNICEF, 2018).

De acordo com um dos organizadores da Conferência de Bellagio, Herman Stein, “Crianças e jovens são os recursos futuros para o desenvolvimento social e econômico e devem ser fortalecidos” (STEIN, 2007, p.22, tradução nossa)¹¹. Isso significa que as crianças passaram a ser parte de grandes projetos de desenvolvimento e o Unicef passou a ser uma agência que fazia parte do planejamento do desenvolvimento mundial (BLACK, 1986). Anteriormente à conferência, o bem-estar da criança era visto mais como uma questão de caridade do que de desenvolvimento nacional. Desse modo, o Unicef era apenas um organismo de menor importância na ONU, que provia ajuda emergencial a crianças e promovia campanhas contra doenças infecciosas (STEIN, 2007).

Essa abordagem ligada ao desenvolvimento nacional é relevante, pois se tornou uma maneira de chamar a atenção dos Estados para a importância do desenvolvimento infantil. Stein (2007, p.7, tradução nossa) sintetiza que: “O apelo sentimental, no entanto, não poderia ser usado para comunicar ao público em geral ou aos tomadores de decisão o papel fundamental que as crianças teriam na construção de uma sociedade viável”¹². Então, era preciso mostrar que a forma com que as crianças de um país são cuidadas iria influenciar também o futuro desenvolvimento das nações. Reunindo autoridades das áreas de economia, saúde, nutrição, educação, demografia e políticas sociais, a conferência estabeleceu que o “o bem-estar das

¹¹ No original: “Children and youth are the future resources for both social and economic development and should themselves be strengthened”.

¹² No original: “Sentimental appeal, however, could not be used to communicate to the general public or decision makers the fundamental role children would play in constructing a viable society”.

crianças era a base essencial do desenvolvimento nacional” (STEIN, 2007, p.3, tradução nossa)¹³.

Principalmente em relação aos países mais pobres, partiu-se do seguinte raciocínio:

O bebê que eventualmente fará parte desses recursos precisará primeiro sobreviver, viver seu primeiro ano enfrentando perigos, frequentar a escola dispondo de nutrição suficiente para evitar infecções e doenças graves, aprender o seu ofício, operar suas máquinas, cultivar seus talentos e tornar-se um adulto completamente produtivo. Fatores emocionais não são incluídos no caminho desse planejamento (STEIN, 2007, p. 7, tradução nossa)¹⁴.

Essa associação entre desenvolvimento infantil e desenvolvimento socioeconômico encontrou apoio no sistema internacional. É importante ressaltar que, nessa época, os países estavam em plena Guerra Fria. Rivalidades irrompiam nos países de “Terceiro Mundo” e havia uma constante disputa por zonas de influência entre os blocos capitalista e socialista. Então, era necessário mostrar o que o desenvolvimento capitalista era capaz de promover. Nesse sentido, as benesses do desenvolvimento capitalista incluíam o bem-estar da criança (STEIN, 2007).

No âmbito do Banco Mundial, por exemplo, desenvolviam-se e colocavam-se em prática ideias sobre pobreza e desenvolvimento. Em 1968, Robert McNamara – presidente do Banco Mundial entre 1968 e 1981, conhecido também por ter sido Secretário de Defesa dos Estados Unidos no começo da Guerra do Vietnã – introduziu a ideia de que o desenvolvimento não era apenas crescimento econômico, mas significava também desenvolvimento humano. Isso incluía erradicar a pobreza absoluta e controlar as taxas de natalidade de países pobres, dar incentivos para que esses países aumentassem sua produtividade e melhorassem o acesso a serviços públicos essenciais, a fim de combater a desnutrição e o analfabetismo. Isto é, a noção de desenvolvimento ganhava contornos sociais (CLARK, 1981).

Tal raciocínio pode ser visto como um aprendizado dos anos de Guerra do Vietnã, quando McNamara verificou que a desigualdade e o subdesenvolvimento tinham potencial para implodir revoluções sociais e aproximar países do bloco socialista. De acordo com a visão de McNamara, conceder um pouco de desenvolvimento humano a essas populações mais pobres como forma de manter algum domínio sobre essas regiões e evitar novos levantes poderia ser uma estratégia eficiente (CLARK, 1981).

O argumento de que o crescimento não planejado da população pode ter impactos negativos na economia não é original de McNamara, mas ele colocou tal ênfase populacional

¹³ No original: “the well-being of children was the essential foundation of national development”.

¹⁴ No original : “The baby who will eventually be part of these resources will first have to survive, live through its hazardous first year, get to school with enough nutrition to avoid serious infections and diseases, then learn its trade, operate its machinery, cultivate its talents, and become a fully productive adult. Emotional factors are not included in the planning track”

em prática ao propagar essa ideia como uma das preocupações do Banco Mundial¹⁵. Ou seja, controlar o nascimento das crianças – principalmente nos lugares mais pobres do mundo – era entendido como um dos fatores determinantes para o desenvolvimento mundial (CLARK, 1981; MADDUX; MCNAMRA 1981).

A partir dessa compreensão, o sistema da ONU abriu mais espaço para a questão da infância, visto que não se tratava apenas de proteger as crianças, mas de promover um modelo de desenvolvimento que também englobava a infância. Uma maneira de chamar atenção para o desenvolvimento das crianças deu-se por meio da formulação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), de 1989, um amplo e importante documento sobre a proteção da infância.

Tal documento apenas consolidou-se depois de um processo de engajamento internacional em torno das questões relacionadas à criança. Em 1976, a Assembleia Geral aprovou a resolução que criaria o Ano Internacional da Criança, que viria a ocorrer em 1979. Tal evento funcionou como uma espécie de revisão das medidas que tinham sido adotadas para melhorar a vida das crianças no mundo todo. Como resultado do Ano Internacional da Criança, em 1989, é finalmente proposta a Convenção sobre os Direitos da Criança, o documento de direitos humanos mais ratificado da história das Nações Unidas, totalizando 196 ratificações (UNICEF, 2019)¹⁶.

Diferentemente da Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959) que anunciara que as crianças eram sujeitos de direitos básicos, a CDC conclamava os países a tomar medidas para assegurar esses direitos. Ou seja, o papel dos Estados na garantia de tais direitos passou a ganhar maior destaque. Então, a CDC consagrou uma mudança importante que foi se consolidando ao longo do século XX: a criança deixava de ser apenas responsabilidade da família, na esfera privada, e passava a ser também responsabilidade do Estado (ONU, 1989).

¹⁵ As ideias de McNamara não deixaram de enfrentar oposição. Em relação às medidas de controle do crescimento populacional, inicialmente, alguns países - principalmente na América Latina - foram contra esse papel do Banco Mundial de dar orientações sobre questões sociais (CLARK, 1981).

¹⁶ Somália e Sudão do Sul ratificaram a CDC em 2015 (ONU, 2015). Até o ano de 2019, os Estados Unidos seguem como o único país que assinou a convenção, mas não a ratificou (UN, 2019). Grupos políticos dentro dos Estados Unidos argumentam que a ratificação do documento – que teria que ser aprovada pelo Senado estadunidense – implicaria em perda de parte da soberania do país em tomar decisões sobre suas crianças, interferindo nas legislações domésticas sobre a infância, bem como diminuindo a autonomia dos pais e responsáveis em educar as crianças (CORRARINO; DRAKE, 2015; MARK, 2015). É importante observar que os Eua não são exatamente um modelo de proteção das crianças. Por exemplo, o país mantém a possibilidade de menores de 18 anos serem condenados à prisão perpétua e regras mais flexíveis em relação ao trabalho na agricultura de menores de 18 anos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014); além das recorrentes detenções de crianças migrantes, sobretudo mexicanas, que são afastadas de seus pais (CORRARINO; DRAKE, 2015). O caso dos Eua é um exemplo de como os direitos das crianças, apesar de terem ganhado destaque e senso de urgência no cenário internacional, ainda estão subordinados a interesses econômicos e políticos. Assim, a proteção da criança acaba sendo instrumentalizada conforme esses interesses, corroborando a visão de que o debate sobre a infância não está descolado dos debates políticos (MARK, 2015).

O texto da Convenção começa por definir o que é a criança: “todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (ONU, 1989, art. 1). Isto é, o documento propõe um padrão internacional, mas deixa uma abertura para que as legislações domésticas divirjam de tal definição.

A Convenção almejou propor as diretrizes para proteger todas as crianças do mundo, mas destaca, especialmente, as crianças dos países em desenvolvimento, que seriam as mais afetadas (ONU, 1989, preâmbulo).

A CDC reafirmou os direitos da criança como o direito à vida, desenvolvimento, nome e nacionalidade, livre expressão (considerando a capacidade de discernimento das crianças, de acordo com sua idade e maturidade); direito de ser ouvida em processos judiciais e administrativos; liberdade de associação e reunião pacífica; acesso à informação; acesso à saúde e serviços médicos; segurança social e educação (ONU, 1989, art. 30).

Além desses direitos, o documento destacou a responsabilidade de os Estados ajudarem os pais na educação dos filhos, incluindo ajuda material quando necessário (ONU, 1989, art. 18, art. 27). O texto também chamou atenção para a necessidade de proteção especial de crianças refugiadas (ONU, 1989, art. 22); crianças deficientes (ONU, 1989, art. 23) e ainda reforçou o compromisso com o combate ao trabalho infantil (ONU, 1989, art. 32).

O artigo 38 é dedicado a crianças afetadas por conflitos armados, determinando que: “Os Estados Partes devem tomar todas as medidas possíveis na prática para garantir que nenhuma criança com menos de 15 anos participe diretamente nas hostilidades” (ONU, 1989, art. 38) e ainda acrescenta que: “os Estados Partes na presente Convenção devem tomar todas as medidas possíveis na prática para assegurar proteção e assistência às crianças afetadas por um conflito armado, reinserção e recuperação das crianças vítimas de violência” (ONU, 1989, art. 39).

A CDC é um instrumento importante no que concerne à proteção da infância e, de fato, concede direito de participação às crianças quando propõe que suas vozes sejam ouvidas em algumas situações relativas a assuntos que as afetam diretamente (ONU, 1989). No entanto, a Convenção também enfrenta diversas críticas. Primeiramente, a própria formulação de seu texto não contou com a participação de crianças. Estas não foram incluídas na elaboração de quais seriam as melhores práticas e melhores interesses para suas vidas. Em segundo lugar, o documento internacional não inclui alguns temas relevantes em seu escopo. Por exemplo, não aborda o casamento infantil, que impacta mais as meninas do que os meninos. Tampouco invoca um debate etário, discutindo a partir de que idade começa a infância e a adolescência. Dessa forma, a CDC não se preocupa em trazer visões plurais da criança e da infância. Logo, o ideal

infantil é formulado com base em generalizações sobre as crianças que excluem características locais¹⁷ e reproduzem a lógica de dominação dos países do Norte sobre o Sul e dos adultos sobre as crianças (ARCE, 2015).

Nesse sentido, por mais que a CDC constitua um passo importante no entendimento das crianças como atores que possuem direitos, tal concessão de direitos ainda é superficial. Aparentemente, se concede voz a elas, mas na prática não se verifica a participação infantil na elaboração legal e simbólica do que é a criança (ARCE, 2015).

Dessa maneira, proteger a infância e impulsionar o desenvolvimento das crianças passa, necessariamente, por enxergá-las como sujeitos de direito. Porém, tal fator não é a única condição para que todas as crianças desfrutem de uma infância tida como universal e ideal. Vimos até aqui que a criança e a ideia de infância foram protegidas através de documentos internacionais – como a Declaração dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Em meio a duas guerras mundiais, a necessidade de proteção da criança foi reforçada no âmbito internacional e associada ao desenvolvimento nacional e internacional, o que fez com que a temática da criança chamasse ainda mais atenção. Apesar desse avanço, os próprios documentos internacionais que deveriam funcionar como ferramentas de proteção da criança carregam suas contradições, visto que foram formulados sob uma visão estreita do que é a infância. Assim, as múltiplas infâncias coexistem no cenário internacional. Na prática, nem todas as crianças nascem iguais, em condições que garantam saúde, educação e lazer.

Levando em consideração essa diversidade das infâncias e das sociedades, os estudos sobre Sociologia da Infância desenvolvem-se a partir da década de 1980. Essa perspectiva ressalta que a infância é construída socialmente, portanto reflete a sociedade e adquire múltiplas

¹⁷ Documentos regionais e nacionais sobre as crianças também foram formulados. Um exemplo é a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, de 1990. No texto, os Estados Africanos Membros da Organização da Unidade Africana (OUA) ressaltam a situação crítica das crianças devido a fatores socioeconômicos, culturais, subdesenvolvimento, desastres naturais, conflitos armados e fome, destacando também a “imaturidade física e mental da criança” (OUA, 1990, preâmbulo). Esse documento define a criança como qualquer pessoa menor de 18 anos e aborda temas como não-discriminação, liberdade de expressão, de associação, de pensamento, de consciência e religião, além de direito à recreação, saúde e proteção contra o trabalho infantil. Destacamos ainda o comprometimento com a proteção contra práticas sociais e culturais prejudiciais às crianças - o que inclui o casamento infantil (OUA, 1990, art. 21) e outras práticas discriminatórias em relação ao gênero (ao contrário da CDC que não aborda esse tema). A Carta Africana chama atenção para a necessidade de proteger crianças contra os impactos dos conflitos armados e prevenir o recrutamento de crianças (OUA, 1990, art. 22); proteger crianças refugiadas (OUA, 1990, art. 23); e crianças que vivam sob regime de *Apartheid* (art. 26); além de crianças de mães que estão na prisão (OUA, 1990, art. 30). Diferentemente da CDC, o documento africano reserva o artigo 31 para apontar que as crianças, de acordo com suas habilidades e idades, também possuem responsabilidades que incluem: respeitar os pais e a família, colocar suas habilidades físicas e intelectuais a serviço de sua respectiva nação, contribuindo para a independência e integridade nacional; preservar e fortalecer a solidariedade social e nacional bem como os valores culturais africanos (OUA, 1990, art. 31).

formas. Problematicando os já consolidados estudos biológicos e psicológicos sobre a criança, a abordagem sociológica entende que a infância é mais do que apenas uma fase passageira na vida humana. A infância é uma categoria geracional e social não-homogênea, sendo perpassada por outras divisões como classe, gênero, raça, religião, geografia. A infância é, pois, uma categoria permanente da sociedade: a infância como categoria perdura na sociedade, mas não é imutável, visto que se transforma de acordo com as mudanças históricas, culturais, políticas, sociais e econômicas. Ou seja, a infância não se resume às características individuais de cada criança. É antes uma categoria baseada em parâmetros sociais. Entretanto, muitos desses parâmetros não levam em consideração que a criança é participante ativa da sociedade. Nesse sentido, a Sociologia da Infância fornece mais uma importante contribuição ao enxergar a criança como sujeito social capaz de criar culturas e dar sentido a suas ações, de acordo com suas idades e desenvolvimentos (ABRAMOWICZ; DE OLIVEIRA, 2010; QVORTRUP, 2010; SARMENTO, 2005).

Mesmo tendo reconhecida sua capacidade de ser um agente transformador, a criança continua sendo excluída da sociedade de forma paternalista (QVORTRUP, 2011). No entanto, novos estudos passaram a resgatar essas infâncias silenciadas, mostrando a multiplicidade de histórias de crianças que, muitas vezes, sequer são lembradas como parte constituinte da infância.

Podemos citar os estudos de Stearns (2016) sobre noções de infância no continente africano e no sul da Ásia, além dos impactos dos regimes comunistas sobre as crianças, com foco na União Soviética e na China.

Um importante trabalho também foi realizado por King (2011) que analisou crianças e jovens africanos escravizados nos Estados Unidos, no século XIX e a participação de crianças no movimento abolicionista. Mintz (2004) dedicou-se a discutir o papel das crianças dos Estados Unidos nos tempos de guerra, no crescimento industrial e os impactos do Estado de Bem-Estar Social sobre a infância. Rosen (2005) traz uma relevante contribuição ao chamar atenção para a participação de crianças judias em núcleos urbanos de resistência armada contra a Alemanha nazista, no contexto da Segunda Guerra Mundial. A participação dessas crianças na resistência armada é vista por Rosen como uma ação de autodefesa e proteção contra o Holocausto. Ademais, Rosen (2005) confere ênfase ao relevante papel desempenhado por grupos de jovens sionistas que emergiram na Europa entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, em países como Polônia, Lituânia e Ucrânia e ainda revisita a participação de crianças em prol do reconhecimento do Estado Palestino como na Organização para a Libertação da Palestina.

O autor ainda questiona o imaginário ocidental sobre a infância ao apresentar casos de crianças envolvidas em guerras anteriores ao século XXI como os meninos que participaram ativamente na Guerra Civil Americana, revelando a relação duradoura e antiga entre crianças e conflitos armados (2015).

No Brasil, foi publicado o estudo "Infância Roubada – Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil" (MERLINO, 2014) que revela casos de crianças torturadas, presas e submetidas a violências físicas e psicológicas pela ditadura militar. Ainda podemos citar o trabalho de Fernandes (2013) que chega a mencionar pontualmente as crianças na sua obra sobre a sociedade Tupinambá no Brasil, ainda que não seja seu objetivo discutir o papel das crianças. O autor cita, por exemplo, a tradição de oferecer um tacape e um arco com flechas aos meninos como forma de já transmitir os valores guerreiros. Também é retratado o ritual de furar o lábio do menino como uma maneira de despertar a coragem e o controle das emoções. Na interpretação de Fernandes: “Os adultos invadiam, assim, as esferas da vida psíquica infantil e juvenil, fazendo com que os imaturos encarassem como valores uma ampla série de ações, de compromissos, de sentimentos, de idéias e de ideais” (FERNANDES, 2013, p. 183).

Todos esses trabalhos constituem esforços de reconstruir infâncias silenciadas e contar a história de crianças que, geralmente, não são contadas na história da construção da infância moderna e ocidental. Em sua maioria, são casos de violência contra as crianças, mas também de resistência, mostrando que as crianças não estavam presentes apenas como espectadoras, mas também como participantes de eventos históricos.

O descompasso entre as múltiplas infâncias construídas socialmente e a infância idealizada no cenário internacional será analisado no próximo capítulo.

3. AS ANOMALIAS DO SUL: CORRIGIR CRIANÇAS E ESTADOS

Este capítulo analisará as relações entre o desenvolvimento dos Estados e as consequências para a vida das crianças. Daremos especial ênfase para as transformações econômicas e políticas do final do século XX e início do século XXI. Nesse contexto, a necessidade de proteger a criança ganhava mais destaque internacional, ao mesmo tempo em que os riscos à vida infantil se intensificavam.

Dividimos o presente capítulo em três partes. O item 3.1 (A “globalização da infância” e o papel dos Estados) apresentará os impactos da intensificação do processo de globalização sobre os Estados e, consequentemente, sobre o bem-estar das crianças. O item 3.2 (“Estados Falhados”, crianças desviantes) investigará, de forma mais específica, como a argumentação sobre os “Estados Falhados” foi utilizada para explicar as violações aos direitos das crianças e a existência de crianças desviantes, isto é, crianças que desviam da infância normalizada. A partir disso, chegamos no item 3.3 (A criança-soldado na Segurança Internacional) no qual argumentaremos que a chamada criança-soldado é um exemplo dessas “crianças desviantes”. Mais do que isso, o conceito de criança-soldado carrega em si duas ideias vistas como contraditórias: a ideia da criança e do soldado. Dessa união paradoxal resulta a criança-soldado, considerada uma anomalia da infância que, de acordo com os documentos internacionais que analisamos até aqui, deveria estar protegida do universo bélico. Essa urgência de proteção humana é revestida por uma abordagem securitária, em que garantir a segurança humana dessas crianças se torna um dos fatores que poderá servir para reforçar a importância de intervenções, sobretudo nos “Estados Falhados”.

3.1 A “globalização da infância” e o papel dos Estados

Partindo de um relativo otimismo sobre os caminhos que o mundo iria tomar após a Guerra Fria, Francis Fukuyama (1989; 1992) destaca-se por ser uma das vozes mais enfáticas do triunfo liberal. O autor argumenta que a ideologia liberal atingiu um patamar de hegemonia que, dificilmente, seria contestado por outra ideologia de pretensões universais. Por isso, Fukuyama aposta que o pós-Guerra Fria não representa apenas o arrefecimento dos conflitos, mas sim o “fim da história”, pelo menos o fim da história como a conhecemos¹⁸. Sendo assim, o liberalismo se estabilizaria e se difundiria como modelo dominante no mundo, simbolizando

¹⁸ Ainda que Fukuyama admita que o “fim da história” não significaria o fim dos conflitos armados, que poderiam acontecer por motivos étnicos e nacionalistas, ele argumenta que os conflitos entre grandes potências estariam em declínio.

“o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como a forma final de governo humano” (FUKUYAMA, 1989, n.p)¹⁹. Esse otimismo com a perspectiva liberal foi motivado pela hegemonia estadunidense, pelo relativo êxito em remover barreiras comerciais e de comunicação, estabelecendo a economia transnacional, e pela capacidade de exportar esse modelo (FUKUYAMA, 1989; 1992; PARIS, 2014).

Tal otimismo também pode ser sentido em relação ao futuro das crianças. Elas passavam a ser cada vez mais protegidas e representavam, assim, os receptáculos dos benefícios que a globalização poderia gerar na economia e na vida política e social. Por outro lado, o contexto de intensificação da globalização aprofundou os riscos aos quais as crianças estavam expostas, intensificando desigualdades entre as diferentes infâncias que existem – uma que, de fato, desfruta dos direitos das crianças e outra que não possui tal privilégio (MARCHI; SARMENTO, 2017).

Apesar da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1973), que conclamava os Estados a proibir que menores de 15 anos fossem admitidos ao emprego, crianças continuaram a ser trabalhadoras e produtoras nas indústrias que sustentavam a economia internacional. Em seu texto de 1985, Qvortrup advertia para o trabalho infantil, lembrando que, mesmo em países que possuíam documentos que proibiam tal prática, elas ainda eram empregadas quando era vantajoso e necessário para gerar lucro, o que não difere muito da análise feita por Marx no século XIX:

Cerca de 40% da população mundial é formada por crianças com menos de 15 anos e, dentro de alguns anos, haverá mais de dois bilhões de crianças. De longe, a maior proporção delas (talvez 80%) vive em áreas menos desenvolvidas do mundo. Quase sessenta milhões dessas crianças são registradas como economicamente ativas de uma maneira ou de outra, mas esse número é provavelmente a ponta do iceberg (QVORTRUP, 1985, p. 129, tradução nossa)²⁰.

Mais de trinta anos depois, os dados da OIT corroboram a preocupação desse autor. Em 2016, 152 milhões de crianças com idades entre 5 e 17 anos eram empregadas em trabalho infantil no mundo. O continente africano reunia a maioria dessas crianças (72,1 milhões), mas a prática também estava especialmente presente na Ásia e no Pacífico, seguido por Américas, Europa e Ásia Central, e Estados árabes. De acordo com esse relatório da OIT, a maior parte

¹⁹ No original: “the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government”.

²⁰ No original: “About 40 per cent of the world's population are children under the age of 15, and within a few years there will be more than two billion children. By far the greatest proportion of them (maybe 80 per cent) live in less-well-developed areas of the world. Nearly sixty millions of these children are registered as economically active in one way or another, but this figure is probably the tip of the iceberg”

das crianças empregada no trabalho estava na agricultura (71%), mas também era possível identificar crianças empregadas no setor de serviços (17%) e no setor industrial (12%) (OIT, 2017, p.5).

Também existem tipos de trabalhos subnotificados. Por exemplo, crianças que trabalham no setor informal da economia, que trabalham com o crime organizado, vendendo drogas e armas, e aquelas que trabalham para algum grupo armado não-estatal ou força armada nacional. O trabalho doméstico que envolve principalmente as meninas também é menos visível pela naturalização do papel doméstico das mulheres nas sociedades (COOK, 2009).

As Nações Unidas expressaram preocupação – por meio de seus relatórios e iniciativas – com a situação das crianças e dos jovens²¹. A organização argumenta que o processo de globalização concedeu novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento da economia mundial, permitiu o maior contato entre pessoas e países, maior interconexão entre jovens no mundo todo e possibilitou trocas de experiências e conhecimentos (UN, 2004).

Por outro lado, a organização também admite que o rápido processo de intensificação da globalização veio acompanhado de aumento da pobreza, desemprego e desintegração social, assim como ameaças ao bem-estar humano, tais como problemas ambientais e proliferação de doenças como HIV/AIDS. Esses impactos negativos foram sentidos principalmente nos países em desenvolvimento que continuaram marginalizados, assim como em suas populações mais vulneráveis: crianças e jovens. A faixa etária mais jovem enfrenta falta de acesso à saúde e educação, além de pobreza e fome, envolvimento em conflitos armados e doenças (UN, 2004; 2005; 2010).

Em outras palavras, a ONU parte do princípio de que a intensificação do processo de globalização gerou um movimento duplo: proporcionou crescimento econômico para alguns países, mas ao mesmo tempo gerou aumento da pobreza e riscos ao bem-estar dos seres humanos. Nos relatórios das Nações Unidas sobre a situação da juventude, é possível notar certo otimismo quanto a uma globalização inclusiva e equitativa. Isso ocorreria por meio de incentivos a políticas nacionais e internacionais que ajudariam os países que ficaram à margem da globalização. Com tais políticas, essas nações poderiam responder aos desafios que vêm passando e atingir as metas de desenvolvimento globais (UN, 2004; 2005; 2010).

Como vimos no capítulo 2, desde a década de 1960 o tratamento das crianças foi incluído como uma parte do grande projeto de desenvolvimento nacional e internacional.

²¹ Nos documentos “*World Youth Report*”, produzidos pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais do Secretariado das Nações Unidas, a ONU considera “jovens” aqueles entre 15 e 24 anos (UN, 2004; 2005; 2010).

Contraditoriamente, muitas crianças não usufruíam esse desenvolvimento vislumbrado pelas políticas do Banco Mundial, do Unicef e de parte do sistema ONU.

Marchi e Sarmento resumem a situação das crianças da seguinte forma:

Os direitos que, desse modo, estão enunciados, apenas são garantidos estruturalmente às crianças dos países e das classes sociais que mais ganham com o modelo hegemônico de globalização, mesmo se, de alguma forma ou de outra, todas as crianças do mundo sejam negativamente afetadas por algumas das consequências da desregulação social introduzida pelo capitalismo avançado: degradação ambiental e aumento, por consequência, das doenças originárias da menor qualidade do ar e da água, exposição aos conflitos da “guerra infinita” (COSTA & LOUÇÃ, 2003), da violência urbana, da degenerescência das relações de sociabilidade, da incerteza em face do emprego e das perspectivas de inserção futura no mercado de trabalho etc. Mas, é certo, são as crianças dos países e dos grupos sociais “perdedores” na nova questão social introduzida pelo capitalismo globalizado que mais duramente sofrem essas consequências (MARCHI; SARMENTO, 2017, p. 957).

É possível identificar uma incongruência na proteção da infância. Os países que proclamam os direitos das crianças são também os que excluem essas mesmas crianças a partir de políticas que barram crianças imigrantes e refugiadas ou políticas que financiam militarmente e politicamente conflitos que geram esses refugiados. Nesse sentido, por mais que a proteção da infância tenha ganhado destaque, consenso e até urgência internacional, ora ela é instrumentalizada para atender a interesses políticos, ora ela simplesmente fica em segundo plano quando outros interesses geopolíticos e econômicos estão em jogo (MARCHI; SARMENTO, 2017).

Sobretudo a partir da década de 1980, a implantação do neoliberalismo – isto é, um conjunto de medidas econômicas que visa consolidar um modelo de economia com menor interferência do Estado – agrava ainda mais as contradições e o abismo entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento (AMARAL; DUARTE, 2010).

As políticas neoliberais baseiam-se na ideia de que a maior abertura dos mercados e a desregulamentação da economia são formas eficientes de enfrentar as crises do capitalismo e fornecer melhores condições econômicas às nações. Dessa forma, as políticas neoliberais são vistas como um modo de internacionalizar o livre mercado e reduzir a interferência dos Estados. Assim, permite-se que a economia cada vez mais globalizada estabeleça as regras dos fluxos comerciais, haja vista os arranjos globais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial que se estabeleciam (AMARAL; DUARTE, 2010; CARCANHOLO, 1998).

Contudo, a perspectiva neoliberal ignora as diferenças entre os países e as consequências do processo de colonização e desenvolvimento que fazem com que os Estados não compitam de igual para igual no mercado mundial. As diferenças históricas intrínsecas à formação da sociedade internacional e a exploração de uns países sobre os outros – que possibilitou,

inclusive, o acúmulo de riqueza e modernização de algumas nações – são silenciadas pelo mito de que todos os Estados têm condições de competir no mesmo nível de igualdade em um mercado internacional desregulamentado (CARCANHOLO, 1998).

Como consequência das políticas econômicas que valorizam a menor interferência do Estado, observa-se o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, sobretudo nos países do Sul Global, aqueles que passaram por séculos de exploração colonial e continuam a sofrer alguma forma de exploração e dominação, mas agora sob a égide neoliberal (AMARAL, 2006; FERNANDES, 1975).

Quando falamos em Norte e Sul estamos nos referindo não apenas à posição geográfica dos países, mas ao conceito mais amplo de Norte e Sul Globais, expressões que resumem relações históricas ditadas pela lógica de dominação colonial, imperial e capitalista, originada por uma visão eurocêntrica. Nesse sentido, o Norte representa o lugar da epistemologia dominante, da ciência, e da exploração colonial. Enquanto o Sul representa os outros saberes para além da racionalidade moderna, e a exclusão social que é resultado das relações históricas coloniais e de dominação de sistemas econômicos e políticos (SANTOS, 1995)²². Portanto, quando mencionamos as relações Norte-Sul, estamos falando de relações de poder e dominação ditadas pela perspectiva eurocêntrica. Esta por sua vez, ainda dita quais conhecimentos, formas de governo, economia e política são mais ou menos legítimos e discrimina os que fogem desse padrão. Apesar de dividirmos o mundo entre Norte e Sul Globais reconhecemos que essa separação também possui limites, uma vez que acaba criando categorias que envolvem diferentes países e opondo essas duas grandes categorias. Ainda assim, optamos pela utilização desses conceitos e por essa forma de retratar o mundo, pois representam aquilo que queremos enfatizar na nossa análise: relações de poder historicamente desiguais decorrentes de um processo de colonização que gera consequências ainda hoje por meio da imposição de um modelo de desenvolvimento político e econômico. Na nossa análise sobre as crianças e a infância, podemos ver que o modo dominante de pensar a infância ainda é baseado no Norte Global, inspirado na infância moderna, idealizada e liberal que vimos no capítulo 2.

Fruto do Norte Global, o capitalismo – em especial, sua face neoliberal – aparece como um fator que encoraja o conflito – e não a paz – no sentido em que propõe uma sociedade de competidores aquisitivos e alimenta desigualdades econômicas que historicamente geram

²² Sobre o Sul Global e as Epistemologias do Sul, ver também: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo; Editora Cortez, 2010 e SANTOS, B. S. O fim do império cognitivo. Coimbra: Editora Almedina, 2018.

conflitos e confrontações. A distribuição desigual de riquezas aparece intimamente ligada a conflitos políticos violentos, independentemente do nível de desenvolvimento econômico do país (PARIS, 2014; VITÓRIA, 2018). Nos Estados em desenvolvimento, as tentativas de liberalização econômica e implementação de práticas neoliberais resultaram no aumento das desigualdades socioeconômicas, visto que essas políticas, frequentemente, causam redução nos subsídios dos governos, com consequências para os trabalhadores. Por isso mesmo, o modelo de liberalização econômica como sinônimo de economia estável e crescimento pode acabar aumentando as desigualdades e as tensões sociais no âmbito doméstico (PARIS, 2014; VITÓRIA, 2018)²³.

As medidas que tiram o mínimo de proteção social afetam, sobretudo, as crianças. Temas como acesso à saúde, educação, nutrição e moradia são relevantes para o pleno desenvolvimento infantil e são essas áreas que ficam especialmente expostas a cortes em setores sociais. O fim ou redução das políticas de Bem-Estar Social que incidiam sobre as crianças levaram a políticas hostis à infância até mesmo em países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido (SCHEPER-HUGHES; SARGENT, 1998)²⁴. Como consequência, pode-se notar crianças excluídas, principalmente em centros urbanos: crianças abandonadas, vivendo nas ruas, expostas à violência física, doenças, abusos sexuais, e com maior dificuldade de acesso à lazer e educação – direitos previstos na CDC (SARGENT, 1998). Essa gradual retirada do Estado como garantidor dos direitos das populações mais vulneráveis – como as

²³ Trata-se de questionar se a fórmula liberal gera os mesmos resultados no mundo todo, ou seja, se o modelo de governo liberal geraria democracias e garantias de direitos humanos em todas as diferentes sociedades em que fosse aplicado. Fernandes (1975; 1976) lembra que a maioria dos países colonizados sequer conheceu as reformas geradas pelas revoluções burguesas que incluem transformações agrícolas, urbanas, industriais, nacionais e democráticas, como os processos que ocorreram na França e nos Estados Unidos, por exemplo. Mesmo as burguesias nacionais dos países colonizados estavam submetidas à dominação das burguesias estrangeiras, à sombra das multinacionais. O capitalismo que se impõe nessas áreas de dominação colonial – e que continuam a serem verdadeiras áreas de dominação capitalista mesmo após a independência política dessas nações – é marcado pela transferência de riquezas para o exterior. Ainda assim, as burguesias nacionais dos países em desenvolvimento conseguiram ter um papel importante no âmbito doméstico a ponto de conduzir as burocracias de Estado (FERNANDES, 1976; GARBIERO, 2018). Em muitos lugares que sofreram o processo de colonização, o que se produziu foram formas inadequadas de democracia e de organização estatal, em que as burguesias nacionais desses lugares se aliaram às burguesias externas, não para gerar um contexto de igualdade política e econômica, mas para perpetuar as relações desiguais de poder que se constituem desde a colonização. Por mais que os princípios liberais sejam capitalistas e contra o sistema econômico colonial, eles acabam por perpetuar formas de dominação com traços coloniais, ou seja, reproduzindo relações de poder de uns povos sobre outros. Isto é, não se pode esperar que todos os Estados que apliquem a fórmula liberal produzam o mesmo resultado, visto que há traços agrários, patrimonialistas e coloniais nas sociedades consideradas “periféricas” (FERNANDES, 1975; 1976).

²⁴ No presente trabalho, nos referimos mais à condição da infância em sociedades capitalistas. Para mais detalhes sobre os regimes comunistas, com foco na União Soviética e na China, e seus impactos na infância, ver: Stearns, Peter, N. *Childhood in world history*. Routledge, 2016.

crianças – é um dos fatores pelos quais observamos que, no final do século XX e início do século XXI, as crianças ficaram mais expostas a violências (BUCKINGHAM, 2000)²⁵.

Soma-se a isso, o fato de que, sobretudo a partir da década de 1980, muitos países em desenvolvimento estavam mergulhados em débitos com organizações internacionais – como Banco Mundial e FMI – enquanto essas mesmas instituições insistiam na integração internacional de mercados e capitais. A implementação de políticas econômicas condicionadas por essas instituições resultava frequentemente em mais cortes sociais – como em programas de educação e saúde pública – cujas consequências foram sentidas de forma significativa em mulheres solo e crianças que viviam em áreas urbanas (SARGENT; SCHEPER-HUGHES, 1998).

Nesse ciclo vicioso que gerava impactos negativos na infância, o Unicef chegou a lançar campanhas pela sobrevivência infantil como forma de frear as taxas de mortalidade. Algumas medidas simples e de baixo custo foram tomadas, como monitoramento do desenvolvimento físico das crianças, incentivo à amamentação, imunização e terapias de reidratação oral. No entanto, tais iniciativas foram criticadas por serem mais paliativas e pontuais do que estruturais. Ou seja, procurou-se remediar rapidamente os impactos negativos nas crianças, mas não houve busca por uma efetiva reestruturação na vida dessas crianças que implicariam em medidas mais profundas como redistribuição de renda (SCHEPER-HUGHES, 1992; SARGENT; SCHEPER-HUGHES, 1998).

Para além desses riscos nas décadas de 1980 e 1990, ainda podemos citar uma série de consequências sobre as crianças que não são inéditas, mas ganham destaque como temas de maior urgência, sobretudo no século XXI: a situação de crianças migrantes e refugiadas e o

²⁵ Quando nos referimos à violência, não estamos falando apenas da violência direta, a violência armada e pessoal, cometida por um indivíduo sobre o outro. Esse tipo de violência é, de fato, visível, explícita e não menos preocupante. As situações de violência direta acabam ganhando mais destaque nas análises internacionais como fatores urgentes de serem resolvidos, que chamam mais atenção e até mesmo são vistas como mais alarmantes (GALTUNG, 1969). Porém, dar atenção ao indivíduo significa perceber as diversas formas de violência às quais estão sujeitos. Uma outra face da violência, aquela que é estrutural, torna-se menos perceptível em um cenário internacional ditado por guerras. A violência estrutural é arraigada em diversas sociedades e é gerada também pelas contradições de um modelo de Estado liberal que, por um lado, invoca a proteção do indivíduo como sua missão, mas, por outro, gera desigualdades e perpetuação de um padrão de exploração, que aprofunda o abismo entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento (GALTUNG, 1969; 1990). A violência estrutural a qual nos referimos abarca as estruturas desiguais das sociedades que impedem que os indivíduos atinjam suas plenas capacidades humanas. Por exemplo, as desigualdades sociais, as estruturas desiguais de poder dentro da sociedade, a má distribuição de renda, e as disparidades nas oportunidades de acesso à educação e saúde (GALTUNG, 1969). Isso ainda é reforçado por meio da violência cultural que se utiliza de instrumentos culturais da sociedade para reforçar o sistema de violência estrutural no qual os indivíduos estão inseridos, tornando ainda mais complicado quebrar esse sistema de violência que se perpetua nos Estados e instituições (GALTUNG, 1990; CABRAL; GONÇALVES; SALHANI, 2018).

impacto das mudanças climáticas sobre as crianças (BLOCK; BUCKINGHAM, 2007; MARCHI; SARMENTO, 2017; SWAMY et al., 2018). Esses efeitos são ainda mais sentidos por crianças em zonas urbanas pobres que estão expostas à disseminação desses riscos e carecem de serviços básicos (BARLETT, 2008).

Diante dessas contradições, Rosen (2007) argumenta que a “globalização da infância” consiste em um processo que ignora que não há um entendimento global da infância, visto que existe uma multiplicidade de infâncias que são expressas em temas culturais, étnicos, etários, de gênero e históricos. Logo, a “globalização da infância” resume, de forma superficial, esses fatores em nome de uma infância hegemônica que não corresponde à realidade das crianças que sofrem os impactos negativos do contexto de globalização.

Tal infância hegemônica é chamada de “infância minoritária” por Arce (2015), no sentido em que somente a minoria das crianças no mundo desfruta dos privilégios dessa infância. Esse autor reconhece que a “infância minoritária” representa um discurso hegemônico e opressivo que é contrário a um discurso emancipador em relação aos direitos das crianças. De acordo com Arce (2015), o conceito pretensamente universal de infância expresso pela CDC reflete apenas uma das diversas construções sociais possíveis sobre infância e criança.

O ideal que predomina nesse documento está ancorado nas ideias de autores como Locke e Rousseau e sobre as crianças como seres naturais, não civilizados, e que carecem de racionalidade, devendo, assim, serem disciplinados. A ideia da infância como uma fase de inocência e da própria criança como um ser inocente é um privilégio da concepção burguesa de infância que idealiza a criança e exclui outras formas de ser criança. Conforme Arce (2015) sintetiza, a concepção de criança hegemônica foi criada no Norte e, depois, exportada para o mundo todo.

Dessa maneira, “a infância majoritária”, que é vivida por grande parte das crianças, principalmente nas regiões mais pobres dos países em desenvolvimento, é excluída (ARCE, 2015). Em países do Norte e do Sul, mais ou menos desenvolvidos, existem crianças que foram excluídas das benesses que o desenvolvimento socioeconômico pode trazer. Há crianças excluídas no Norte, assim como há crianças que desfrutam da infância minoritária no Sul. Mesmo dentro do que entendemos como Norte Global há diferenças nos tratamentos entre as crianças. Na Noruega, por exemplo, as crianças possuem destacado poder de participação nas decisões da vida política²⁶. Em contraponto, as crianças estadunidenses são mais vistas como propriedade das suas respectivas famílias (WASHADE, 2016).

²⁶ Na Noruega há Comitês Municipais de Crianças em que é conferido às crianças parte do orçamento do município para que elas decidam como a verba deve ser alocada em relação às atividades dos jovens e crianças em suas

No momento em que apenas uma infância – idealizada e globalizada – é considerada como a norma, todas as outras vivências da infância são deslegitimadas: as crianças migrantes, refugiadas, apátridas, crianças que vivem nas ruas dos grandes centros urbanos, crianças que trabalham, crianças que são utilizadas como soldados. Tais crianças tampouco desfrutam do privilégio de serem consideradas crianças, uma vez que já não são vistas como inocentes. Pelo contrário, são consideradas perigosas. Se a criança não é inocente, logo ela não é criança: seria uma espécie de ser híbrido que ainda não atingiu a maioridade legal, contudo não se encaixa na ideia hegemônica de criança. Seria uma anomalia que não se encaixa no mundo adulto – por questões etárias – tampouco no mundo infantil (COOK, 2009).

Dowdney (2003) retrata essa condição anômala ao analisar crianças e adolescentes empregados no tráfico do Rio de Janeiro. O autor menciona que “Um gerente de boca entrevistado declarou que a infância acaba quando a criança começa a pensar como um criminoso, e não como criança, perdendo assim a inocência e a condição de criança.” (DOWDNEY, 2003, p. 107). O autor ainda acrescenta que “Quando uma criança é considerada capaz (‘preparada’) para participar de um mundo no qual a responsabilidade individual é primordial, ela começa a ser vista menos como criança e mais como adulto” (DOWDNEY, 2003, p.108). Essa visão é compartilhada pelas próprias crianças: “[...] quando solicitadas a uma definição, ficou claro que essas crianças entrevistadas não se consideravam crianças” (DOWDNEY, 2003, p. 107). Apesar de ser um estudo mais específico, focado nas crianças que atuam no tráfico no Rio de Janeiro, a análise do Dowdney nos mostra o quanto a imagem do que deveria ser a criança é disseminada – tanto na consciência dos adultos, quanto nas próprias crianças.

Marchi e Sarmiento (2017) acrescentam que tornar as crianças sujeitos de direito – por meio de documentos internacionais – foi uma maneira de aproximar todas as crianças do ideal de infância hegemônica: todas deveriam desfrutar de lazer, educação, saúde e proteção estatal. Porém, a simples concessão de direitos não foi suficiente para fazer com que as crianças anômalas gozassem de uma infância normalizada. Então, a explicação para essas crianças que,

áreas. Esse nível de participação infantil poderia ser considerado imprudente em outros Estados da União Europeia. Isso nos mostra que as crianças norueguesas possuem um grau de consciência de si mesmas e de suas capacidades de participação no país que está acima de outros países também considerados do Norte Global. Isso reflete também as diferenças de educação, cultura e participação que as sociedades conferem às crianças. (WATSON, 2004). Sobre esse tema, ver: KJORHOLT, Anne Trine. ‘Small is Powerful: Discourses on “Children and Participation” in Norway’, *Childhood: A Global Journal of Child Research*, Vol. 9, No. 1, 2002, pp. 63–82. Ver também: NORWEGIAN YOUTH COUNCIL (LNU). *Children Spoke Up! Child Hearing '98*, No. Q-0987. Oslo: BFD – Office for Publications, 1999.

mesmo com a existência desses direitos ainda se distanciam da infância ideal, recai sobre as formas com que os Estados administram suas crianças.

3.2 “Estados Falhados”, crianças desviantes

A ideia de que as violações aos direitos humanos e aos direitos das crianças resultam de falhas dos Estados em proteger seus indivíduos é relevante para entendermos o tratamento destinado às crianças, sobretudo a partir da década de 1990.

Se, durante a Guerra Fria, o que ocorria no chamado “Terceiro Mundo” ficava à sombra da disputa central entre os blocos – só sendo invocado quando relevante para as potências mundiais – no pós-Guerra Fria, as crises e questões desses países do dito “Terceiro Mundo” ganham mais destaque nas Relações Internacionais como questões de Segurança Internacional (AYERBE, 2001; 2002).

De fato, no pós-Guerra Fria houve momentos de tensões domésticas, transnacionais e internacionais que resultaram em grandes tragédias humanas – como os conflitos em Ruanda e Bósnia-Herzegovina – e discussões subsequentes do que fazer frente a violações aos direitos humanos. A fim de explicar essas situações, as análises internacionais não enfocam, prioritariamente, desestabilizações e contradições provocadas pela afirmação do modelo capitalista e as marcas de um passado colonial nesses países (PARIS, 1997; 2004; 2014).

Pelo contrário, a linha argumentativa generalizante para explicar as crises humanitárias consiste em que esses Estados onde esses eventos ocorrem são Estados anômalos no sistema internacional, visto que não se encaixam no modelo liberal, portanto perturbam o arranjo internacional de nações. São considerados, então, “Estados Falhados” que não cumprem a função que se espera de um Estado liberal – tanto na política quanto no mercado – tampouco cumprem suas responsabilidades, no sentido de proteção dos seus cidadãos. São, assim, “Estados fora da lei” (CHOMSKY, 2006, p.110), ou seja, que estão fora das regras e das instituições da ordem internacional e liberal vigentes.

O conceito de “Estado Falhado”²⁷ é, contudo, impreciso. Esse rótulo acaba agrupando em uma mesma categoria Estados com histórias e características distintas: cria-se uma categoria

²⁷ A expressão tem origem no termo em inglês “*Failed States*”, o qual Chomsky critica em seu texto *Failed States: the abuse of power and the assault on democracy* (2006). Também traduzido como “Estados Falidos” ou “Estados Fracassados”, acreditamos que o termo “Estados Falhados” representa melhor a ideia que o termo pretende passar: a de um Estado que “falhou” em cumprir seu objetivo que é proteger e prover segurança a seus cidadãos. A expressão “Estados Falidos” pode dar a ideia de um Estado apenas com dificuldades econômicas, mas a ideia é mais ampla que somente uma falha econômica, seria uma falha na própria função que o Estado deveria desempenhar.

que não se preocupa em investigar os motivos mais profundos que levam a crises humanitárias (PARIS, 2004).

Ainda assim, tal noção foi invocada repetidas vezes, sobretudo nos anos de 1990, a fim de mostrar a necessidade de proteger os indivíduos que sofriam ameaças nesses lugares. Logo, a responsabilidade por violações aos direitos humanos recai sobre as falhas de governança do “Estado Falhado” como má administração, corrupção, problemas socioeconômicos e decadência institucional. Seguindo esse raciocínio, o problema consiste na incapacidade e na falha do Estado subdesenvolvido em manter seus cidadãos em segurança.

Se a causa das violações aos direitos humanos é o “Estado Falhado”, a solução passaria, necessariamente, por resolver as debilidades desse país. Isso poderia ser feito pela implementação do institucionalismo liberal em âmbito global, estabelecendo uma “boa governança” (CHANDLER, 2009; 2010; DUFFIELD, 2001; PARIS, 2014). O institucionalismo liberal fornece, então, uma resposta conveniente como solução do problema.

Ao focar no escopo institucional dos Estados que correm o risco de “falhar” na missão de garantir segurança, a exportação do institucionalismo liberal seria uma forma de reconstruir esses Estados à imagem e semelhança do modelo liberal. A implementação do modelo liberal, por sua vez, seria uma prerrogativa para o estabelecimento da paz liberal que é mediada e garantida por atores multilaterais como instituições financeiras internacionais, instituições de cooperação regional e organismos da própria ONU. Aqueles Estados que não cooperam com esse sistema, não aderem a ele ou oferecem resistência a esse modelo acabam experimentando algum grau de isolamento. O processo de *statebuilding* – isto é, de construção de um modelo de Estado liberal – foca-se menos na proteção do indivíduo e mais na exportação de um modelo de desenvolvimento (CHANDLER, 2009; 2010; DUFFIELD, 2001).

Conforme Chomsky (2006, p. 251, tradução nossa) resume, surgem “Missões messiânicas para trazer democracia a um mundo sofrido”. Mas o interesse em estabelecer essas democracias manifesta-se fortemente quando há, concomitantemente, maiores interesses econômicos e estratégicos em determinada região (CHOMSKY, 2006). Em última instância, a finalidade é o disciplinamento desses Estados por meio da preponderância da democracia de mercado como forma de corrigi-los. Como uma reedição da era colonial em que os Estados europeus tinham o dever de “civilizar” populações e territórios, tal missão civilizadora está presente nos processos de construção da paz em países afetados por conflitos com o objetivo de impor os valores e instituições da democracia liberal na esfera doméstica dos países que são considerados periféricos (PARIS, 2002).

Duffield (2001) alega que “Através do apoio e da educação fornecida externamente, o desenvolvimento promete transformar uma vida inadequada em uma vida plena” (p. 61, tradução nossa)²⁸. Não estamos falando aqui de qualquer tipo de desenvolvimento, mas de uma forma específica de entender o que é desenvolvimento: eleições democráticas, mercado neoliberal e abertura econômica (DUFFIELD, 2001). Assim, o desenvolvimento também seria uma forma de governar o outro na medida em que muda comportamentos e atitudes e impõe uma solução considerada adequada. É com base nessa premissa que o autor aponta, criticamente, o “nexo segurança-desenvolvimento” (DUFFIELD, 2001).

Esse nexos parte do princípio de que quanto maior o grau de desenvolvimento de um país, maior a segurança deste. E quanto maior a segurança em um local, melhores as condições para atingir maior desenvolvimento. É um ciclo vicioso em busca da estabilidade internacional que levaria à paz. Ao propor que existem formas falhadas de Estados e que estes devem ser melhorados em nome da segurança dos indivíduos, abre-se espaço para apontar quais são as ameaças e inimigos que devem ser combatidos (DUFFIELD, 2001).

Ao aprofundarmos no estudo de tal nexos, vemos que ainda falta evidência empírica que assegure essa conexão, ou seja, que o desenvolvimento traga mais segurança e vice-versa. Como Chandler (2007) aponta, a relação entre segurança e desenvolvimento é sutil e possui várias nuances. Por exemplo, algumas intervenções humanitárias – ou mesmo missões de paz – podem, de fato, promover assistência em termos de desenvolvimento humano, gerenciamento de conflitos, normalização das relações comerciais locais e proteção civil. Porém, dependendo de como a intervenção externa é feita, ela pode até acirrar os conflitos internos, inflamar demandas de uma das partes beligerantes e intensificar o conflito e a violência. Paralelamente, situações de insegurança social e econômica podem levar a mudanças políticas e sociais, no sentido em que provocam descontentamento e sensação de injustiça na população que pode encontrar no conflito um caminho para a atingir um objetivo político-social por meio da implementação de mudanças na forma de governança (CHANDLER, 2007).

Mark Duffield argumenta que, ao ditar o modelo de desenvolvimento que deve ser seguido, as agências da ONU e as ONGs não objetivam levar para esses lugares que passam por conflitos os mesmos níveis de desenvolvimento e proteção social que desfrutam, por exemplo, países mais desenvolvidos. Pelo contrário, Duffield (2005; 2010) defende que, através das noções de sustentabilidade e necessidades básicas, a maneira liberal de desenvolvimento funciona para reproduzir e manter a divisão entre desenvolvimento e subdesenvolvimento e

²⁸No original: “Through externally provided support and education, development promises to make incomplete life full and wholesome”.

também para controlar a chamada “periferia”, potencialmente desestabilizadora, do sistema internacional.

O intuito seria manter as desigualdades de desenvolvimento e prover somente aquele desenvolvimento mínimo para conter as populações mais pobres em seus respectivos países, evitando assim, ondas migratórias para países mais desenvolvidos (DUFFIELD, 2006; 2010).

Seria uma política de contenção, a fim de conter as populações nos países menos desenvolvidos, evitando que tragam problemas relacionados ao subdesenvolvimento para outras áreas. Os Estados subdesenvolvidos são vistos, nesse contexto, como anomalias do sistema internacional que precisam ser corrigidos para, então, se adequarem ao modelo de governança global proposto pela ordem liberal. Não só a estrutura estatal, mas os próprios indivíduos que habitam esses Estados também podem ser enxergados como anomalias a serem corrigidas e ameaças a serem combatidas (DUFFIELD, 2006; 2010). Nesse sentido, ao designar o subdesenvolvimento e a pobreza como ameaças, o objeto da segurança passa a ser o indivíduo e não apenas o Estado.

O nexos segurança-desenvolvimento reproduz a lógica de exclusão de alguns países, pois disciplina e refreia – por meio de políticas de ajuda, assistência humanitária, doações e práticas de governança global – aqueles que são considerados “perigosos” e “inadequados” (STERN; ÖJENDAL, 2010, p.19).

Sendo assim, não se trata apenas de proteger os indivíduos, mas de conseguir implementar um modelo mais conveniente de desenvolvimento, aliado a uma contenção da pobreza nos lugares mais pobres. Mas essa contenção da pobreza não chega a ser uma reestruturação na base da sociedade – redistribuindo renda e mudando padrões de relações de dominação que poderiam dar mais poder de voz aos cidadãos desses lugares. Pelo contrário, noções como segurança e desenvolvimento são ferramentas para manter o “*liberal way of development*” e reproduzir e perpetuar a divisão entre os mundos desenvolvido e subdesenvolvido. O foco então, não é romper a divisão, mas sim mantê-la, além de policiar e isolar os atores violentos (DUFFIELD, 2005; 2010).

A ligação entre desenvolvimento e segurança é ainda respaldada pela ideia de que o fornecimento de ajuda pós-conflito por parte de doadores internacionais é mais eficiente e melhor aproveitado em ambientes seguros. A argumentação é que a insegurança dos conflitos armados, além de retardar o desenvolvimento que é necessário para reconstruir Estados, ameaça a segurança não apenas doméstica, mas também internacional (MARQUETTE; BESWICK, 2011). Então, existe uma pressão para que esses Estados que passaram por crises e conflitos armados se adequem ao modelo de Estado liberal que os doadores internacionais ajudam a

financiar (MARQUETTE; BESWICK, 2011). Ou seja, por meio de seus recursos, os países doadores – majoritariamente nações do Norte – têm a capacidade de interferir em situações de conflito e pós-conflito e de ditar qual modelo de paz e desenvolvimento é mais adequado.

Em nome dessa forma de desenvolvimento, invoca-se a proteção do ser humano como forma de exercer controle sobre outros povos e territórios, partindo do entendimento de que, em situações em que o ser humano está ameaçado, é legítimo flexibilizar a soberania dos Estados e até mesmo intervir em um Estado que não consegue prover segurança a seus cidadãos (DUFFIELD, 2006; 2010)²⁹.

O foco no indivíduo – quando é invocado – serve mais para apontar as falhas dos Estados em proteger seus indivíduos do que realmente para perceber as formas de violência que atingem os seres humanos e as razões estruturais pelas quais eles se veem envolvidos em contextos de violência.

Como vimos no capítulo 2, a ideia de que o desenvolvimento do Estado e da criança andam juntos ganhou respaldo no sistema internacional. No caso das crianças, desenvolver-se significa atender aos padrões de uma infância minoritária, desfrutar dos direitos que a CDC lhes confere, e assumir os papéis que os adultos decidiram que elas teriam. No caso dos países, desenvolvimento significa atender ao modelo de uma democracia capitalista neoliberal, que teoricamente, forneceria as melhores condições às suas crianças (ARCE, 2015). Em comum, tanto o desenvolvimento da criança quanto o da nação exigem a superação de uma condição de subdesenvolvimento que, de acordo com esse raciocínio, passaria necessariamente por corrigir

²⁹ A noção de “Responsabilidade de Proteger (R2P)” aparece como uma das formas de assegurar os direitos das pessoas que se encontram nesses “Estados Falhados”. Inicialmente introduzida pela Comissão Internacional de Intervenção e Soberania Estatal (ICISS, na sigla em inglês), a R2P reforça a ideia de proteção dos indivíduos em situações de atrocidades em massa como genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade (ICISS, 2001) e aparece como uma ferramenta para trazer mais proteção a países em desenvolvimento por meio do comprometimento dos Estados em não ignorar atos de desrespeito aos Direitos Humanos e estabelecimento de debates acerca de quando intervir, além de como reconstruir cenários permeados por atrocidades humanitárias e a possibilidade de discutir os termos de tal intervenção de forma multilateral (BELLAMY, 2009; ICISS, 2001). Por outro lado, na prática política, podemos falar na R2P como uma forma de justificar novas formas de intervencionismo em nome dos princípios morais e humanos (CHANDLER, 2007). Isso leva à convivência com o uso da força em diversas esferas, inclusive para defender modelos de governança global (CHANDLER, 2009; 2010). Ainda que métodos pacíficos de resolução de conflitos sejam levados em conta, a R2P considera a possibilidade de utilizar todos os meios necessários – incluindo sanções econômicas e o uso da força armada – para proteger os indivíduos que estão sob alguma ameaça (BELLAMY, 2009; PARIS, 2014). Contudo, associar essas atrocidades a falhas desses Estados é negar que a situação atual de muitos dos “Estados Falhados” tem raízes em seus respectivos passados coloniais e em séculos de exploração de uns Estados sobre outros. (CHANDLER, 2006; 2007; 2010) É uma forma de internacionalizar a responsabilidade por atrocidades, baseada em formas indiretas de regulação que passam a ser ferramentas retóricas para justificar o internacionalismo e institucionalismo liberal. Não é nosso objetivo colocar em discussão a eficácia do R2P, mas sim fazer essa ressalva de que é mais um conceito que pode funcionar em nome da imposição de um modelo de Estado.

os Estados mais pobres e as crianças desviantes, especialmente aquelas que se encontram exatamente nesses Estados.

3.3 A criança-soldado na Segurança Internacional

As crianças-soldado representam as crianças desviantes que habitam os “Estados Falhados”. São crianças que assumem papéis que se espera de um adulto. Portanto, simbolizam as falhas dos Estados em protegê-las.

De forma geral, o termo criança-soldado foi usado pra designar aquelas crianças em conflitos africanos (sobretudo da África Ocidental, região que abrange países como Libéria e Serra Leoa), recrutadas por forças armadas nacionais ou grupos armados não-estatais (UNICEF, 1997).

Em 1997, o Grupo de Trabalho sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança e o Unicef conduziram um simpósio na Cidade do Cabo, na África do Sul, com a participação de especialistas para prevenir o recrutamento de crianças nos conflitos armados, reintegrar as crianças que tinham participado em conflitos e tentar estabelecer 18 anos como a idade mínima para recrutamento. Como resultado desse simpósio foi produzido um documento chamado Princípios e Melhores Práticas da Cidade do Cabo. Nesse documento, é utilizado o termo “criança-soldado” pra designar as crianças recrutadas nos conflitos armados (UNICEF, 1997).

O conceito é interessante, pois reúne em um só termo a aparente incompatibilidade entre o mundo infantil – associado ao universo lúdico e aos documentos de proteção da criança – e o mundo adulto – esse sim, associado à violência, ao soldado, à guerra.

A ideia de criança-soldado também une dois fenômenos que estavam ocorrendo, sobretudo na década de 1990: 1) os conflitos armados, principalmente nos países do Sul; 2) as violações aos direitos humanos e catástrofes humanitárias que persistiam, apesar de já existirem documentos internacionais reforçando a importância da proteção da vida humana. A criança é uma das representantes máximas da ideia de necessidade de proteção durante conflitos. Portanto, a criança-soldado resume a necessidade de salvar os seres humanos dos impactos dos conflitos armados. É a expressão da proteção que os Estados e a comunidade internacional podem oferecer aos indivíduos mais desamparados.

Em 1996, um ano antes dos Princípios e Melhoras Práticas da Cidade do Cabo, a pedido da ONU, foi publicado um estudo intitulado “O impacto dos conflitos armados sobre as crianças”, conduzido pela moçambicana Graça Machel. O documento analisava as

consequências que os conflitos armados deixavam nas crianças: traumas psicológicos, fome, prejuízos à infra-estrutura do país que impedem o acesso às escolas e o recrutamento das crianças-soldado (MACHEL, 1996).

Nessa mesma década, a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Proibição e Ação Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil reforçou a proteção da criança, proibindo o recrutamento forçado de crianças em conflitos armados (OIT, 1999), entendido como mais um tipo de trabalho que degrada a criança.

Ainda em 1999, o tema “Crianças e Conflitos Armados” (*Children and Armed Conflict*) foi incluído na agenda do Conselho de Segurança da ONU. A partir disso, as Nações Unidas criaram mais mecanismos de combate ao emprego de crianças e o tema consolidou-se na agenda do organismo. Por exemplo, foi criado um Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados; um mecanismo para mapear onde estão essas crianças-soldado, chamado *Monitoring and Reporting Mechanism* (MRM); projetos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) voltados não apenas a combatentes adultos, mas também a crianças³⁰.

Dando continuidade ao foco na criança-soldado, em 2000, o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados determinava que “Os Estados Partes adotarão todas as medidas possíveis para assegurar que membros de suas forças armadas menores de 18 anos não participem diretamente de hostilidades.” (ONU, 2000, art. 1). Ademais, destacava que “Os Estados Partes devem assegurar que as pessoas que não atingiram a idade de 18 anos não sejam alvos de um recrutamento obrigatório nas suas forças armadas (ONU, 2000, art.2)” e que “Os Estados Partes que permitam o recrutamento voluntário nas suas forças armadas nacionais de pessoas abaixo dos 18 anos” devem ao menos garantir que este é voluntário, realizado com o consentimento dos pais, que as pessoas recrutadas tenham informação suficiente dos deveres decorrentes do serviço militar e que possam comprovar sua idade por meio de documentos (ONU, 2000, art. 33). Ou seja, o Protocolo não proibia completamente o emprego de menores de 18 em forças armadas, mas sugeria restrições a tal prática. O documento já foi ratificado por 168 países, isto significa que nem todos os 196 Estados que ratificaram a CDC concordaram com o texto do documento facultativo (ONU, 2000).

Finalmente, em 2007, foram acordados os Princípios e Compromissos de Paris. Ao invés de “crianças-soldado”, propuseram a nomenclatura “Crianças Associadas a Conflitos

³⁰ No capítulo 5, abordamos com mais detalhes o trabalho da ONU.

Armados” (*Children Associated with Armed Conflict* – CAAC, na sigla em inglês) para abarcar a maior complexidade do papel dessas crianças, que vai além do papel de soldado. É uma definição mais ampla que ressalta que a criança – aqui entendida como qualquer pessoa menor de 18 anos – afetada por conflito armado não é só aquela que porta uma arma na linha de batalha, mas pode ter várias funções: carregar armamentos, munições, ser escrava sexual, cozinheira, mensageira, espiã (UNICEF, 2007a; 2007b).

Essa terminologia, entretanto, acaba deixando em segundo plano casos de países que não estão envolvidos diretamente em conflitos armados em seus territórios, mas que ainda assim permitem o alistamento e recrutamento de menores de 18 anos em suas forças armadas nacionais. Um exemplo é o Reino Unido, que não presencia um conflito armado clássico dentro de suas fronteiras, porém encontra uma brecha para aceitar menores de 18 anos em suas forças e enviá-los a áreas de conflito como ao Iraque (CHILD..., 2012; 2014)³¹.

Não parece tão interessante para a comunidade internacional conferir tanta ênfase nesses casos em que há crianças-soldado fora dos “Estados Falhados” (MARTUSCELLI, 2015). Isso ocorre, porque quando as crianças-soldado não estão em “Estados anômalos”, a relação entre a proteção da criança e a intervenção humanitária não aparece tão fortemente. Dessa maneira, a agenda “Crianças e Conflitos Armados”, que abarca o tema das crianças-soldado, é mais um item na lista de justificativas que podem ser utilizadas para legitimar o emprego da força e a utilização de medidas extraordinárias em contextos de ameaça à segurança.

Dizer que uma abordagem a determinado assunto é securitária não significa dizer que ela está necessariamente atrelada a uma percepção tradicional da Segurança Internacional³², tampouco significa que atrelar algo à Segurança seja necessariamente pejorativo. Trazer debates para a agenda securitária pode ser um modo de conferir mais atenção a alguma ameaça, a um tema importante que vem sendo negligenciado nos fóruns internacionais e de mobilizar a sociedade internacional a fim de discutir medidas mais eficientes para enfrentar algum problema (BUZAN; WAEVER; WILD, 1998).

Assim, focar o indivíduo como objeto da Segurança – que tradicionalmente é dominada pela lógica estatal – pode fornecer diretrizes para ações que ressaltem a prevalência do respeito

³¹ O caso específico do Reino Unido é analisado no capítulo 6.

³² No âmbito dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) houve o entendimento de que temas dessa agenda não são estritamente militares, mas podem envolver uma pluralidade de questões, dependendo da forma como são interpretados em determinado contexto socio-histórico. O setor militar é apenas mais um setor dos estudos de Segurança, que incluem também os setores ambiental, econômico, societal e político. A partir disso, há um entendimento de que a agenda de Segurança envolve questões que extrapolam a lógica estatocêntrica. Assim, as fontes de ameaça que geram insegurança passaram a ser consideradas multidimensionais (BUZAN; WAEVER; WILD, 1998; BUZAN, 1991; KOŁODZIEJ, 1995; MCSWEENEY, 1999; PARIS, 2001; ROTHSCHILD 1995).

aos direitos humanos, ao multilateralismo nas instituições internacionais, à primazia das liberdades do indivíduo e ao diálogo constante com comunidades locais e grupos marginalizados (KALDOR, 2007; PARIS, 2001).

O termo Segurança Humana foi designado para definir a Segurança cujo objeto referente é o indivíduo, contrariamente a abordagens clássicas da Segurança marcadamente estatocêntricas. Enquanto concepção teórica, o próprio conceito foi formulado externamente aos locais em que essas violações aos direitos humanos estavam ocorrendo. Foi concebido em um fórum internacional, – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Sua discussão e aprofundamento teve grande participação de países desenvolvidos (como Canadá e Noruega que fazem parte da Rede de Segurança Humana³³) (KRAUSE, 2005; PNUD, 1994).

Em 1994, o PNUD publicou um relatório no qual utilizava a noção de Segurança Humana e esboçava as bases do conceito. De acordo com o relatório, a Segurança Humana é garantida quando o indivíduo se torna livre do medo (*freedom from fear*) e das necessidades (*freedom from want*), ou seja, quando a segurança física é garantida e quando o indivíduo pode desfrutar de uma condição que contemple os requisitos básicos para o desenvolvimento humano e o permita viver em dignidade (*freedom to live in dignity*) (PNUD, 1994).³⁴

O órgão considera que há várias ameaças que impedem a ampla segurança humana, tais como crescimento descontrolado da população, disparidades de oportunidades econômicas, migração internacional excessiva, deterioração do meio ambiente, produção e tráfico de entorpecentes e terrorismo internacional (PNUD, 1994).

Porém, cabe questionar de que forma o tratamento dessas variáveis como ameaças é pertinente, lembrando que, a partir do momento em que elas são tratadas como ameaças

³³ A Rede de Segurança Humana (*Human Security Network*) alerta para a importância do conceito de Segurança Humana em situações de conflito e pós-conflito em que os civis estão mais vulneráveis e em que o Estado não tem condições de garantir os direitos básicos, tampouco a segurança dos indivíduos. Foi criada em 1999, por iniciativa de Áustria, Noruega e Canadá com o objetivo inicial de banir minas antipessoais (AUSTRIA, s.d).

³⁴ Finalmente, em 2012, a Assembleia Geral da ONU adotou a resolução 66/290, na qual os Estados Membros, pela primeira vez, chegaram a um entendimento comum da Segurança Humana, que incluía oito pontos: 1) direito de viver em liberdade e dignidade, livres do medo e das necessidades; 2) abordagem centrada nos indivíduos, orientada para o fortalecimento e empoderamento de todas as pessoas e de todas as comunidades; 3) reconhecimento da relação entre paz, desenvolvimento e direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos sociais e culturais; 4) Segurança Humana e Responsabilidade de Proteger (R2P) são noções diferentes e possuem implementações distintas; 5) Segurança Humana não implica necessariamente o uso da força ou em medidas coercitivas, tampouco substitui a segurança estatal; 6) deve fortalecer as soluções nacionais compatíveis com as realidades locais; 7) os governos possuem a responsabilidade de garantir a sobrevivência, o sustento e a dignidade dos seus cidadãos e a comunidade internacional somente complementa e apoia os governos, sendo necessária maior colaboração e parceria entre governos, organizações internacionais e regionais e sociedade civil; 8) deve ser implementada com total respeito aos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, contribuindo para a realização do desenvolvimento sustentável, bem como para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (UNGA, 2012).

internacionais, abre-se precedente para que medidas extraordinárias sejam tomadas a fim de enfrentá-las. Entre as medidas extraordinárias que podem ser tomadas em nome da segurança está a resposta militar. Dessa forma, fatores como saúde e pobreza, que poderiam ser abordados por meio de formulação de políticas públicas específicas, podem acabar sendo vistos como problemas de Segurança, legitimando medidas intervencionistas, sobretudo em regiões subdesenvolvidas economicamente (DUFFIELD, 2006)³⁵.

Nesse sentido, a Segurança Humana, por mais que seja uma contestação da Segurança tradicional, pode servir como mais um instrumento retórico para legitimar uma forma de governança global, quando conveniente, que acaba não discutindo profundamente as causas do subdesenvolvimento (BUZAN, 1991; KOLODZIEJ, 1995; MCSWEENEY, 1999; PARIS, 2001; ROTHCHILD, 1995). O diferencial, portanto, não é o ideal de que os seres humanos possuem direitos, tampouco enfocar o indivíduo como possuidor de direitos inalienáveis, mas que o indivíduo é, ele próprio, objeto da Segurança (BESWICK; MARQUETTE, 2011).

Paralelamente, o conceito de Segurança Humana pode tornar-se demasiadamente vago (ARMIÑO, 2006-2007; KRAUSE, 2005). Uma vez que o conceito incorpora uma variedade tão grande de aspectos – abrangendo quase tudo que impacta a vida dos seres humanos – ele acaba esvaziando-se de sentido e tornando-se impreciso (KRAUSE, 2013).

Ademais, o discurso que se criou em torno da Segurança Humana pode servir a interesses e legitimar intervenções por parte de potências, o que fica mais evidente quando

³⁵ Uma importante contribuição nos Estudos de Segurança Internacional (ESI) é a Teoria da Securitização. O interessante dessa abordagem é que ela parte do entendimento de que a ameaça e o inimigo a serem combatidos são construídos por meio de atos securitizantes que partem de atores securitizantes. Esses atos são discursos que tentam convencer uma determinada audiência de que uma questão é uma ameaça para a segurança e, portanto, deve ser combatida como tal, legitimando medidas extraordinárias. Os discursos securitizantes podem ser expressos por meio de atos de fala daqueles atores que possuem o poder para tanto. Esses atores securitizantes são, majoritariamente, autoridades de segurança nacional como governantes, burocratas, líderes políticos (BUZAN; HANSEN, 2012). Securitizar uma questão implica em abrir mão de tratá-la pela via política e inseri-la na agenda de Segurança. Do mesmo modo, o movimento contrário – a dessecuritização – também é possível quando um tema é retirado da agenda de Segurança (BIGO, 2002; MCDONALD, 2008). Apesar de ter aplicabilidade em algumas análises (como nas pesquisas sobre a securitização dos imigrantes e das drogas) a teoria da Securitização, nos moldes da Escola de Copenhague, apresenta algumas limitações. Por exemplo, ao focar muito na importância do ato de fala para avaliar a securitização, termina-se por subestimar outras formas de representação da segurança no cotidiano (como imagens, mídias, práticas, controle de fronteiras, documentos). Não menos importante, acaba por superestimar a ação daqueles que têm legitimidade para falar em nome de uma coletividade, ou seja, os burocratas dos Estados que são as vozes tradicionalmente ouvidas no cenário internacional. McDonald (2008) ressalta, por exemplo, que como a maioria dos cargos políticos ainda é ocupado por homens, silencia-se as vozes das mulheres. O autor ainda salienta que os estudos de Segurança Internacional, de forma geral, ainda restringem os atores a quem dão voz, focando-se em líderes de Estados e em discursos dominantes. Assim, mulheres, crianças, imigrantes acabam sendo silenciados em alguns estudos. Na nossa pesquisa, entendemos a abordagem securitária não apenas nos moldes da securitização e do ato de fala, mas também envolta por um contexto histórico e social que abarca narrativas dominantes sobre identidade e história. Portanto, em nosso trabalho, o que nos interessa é analisar as consequências que uma visão direcionada à Segurança – seja Segurança Humana, seja uma relação entre segurança e desenvolvimento – pode trazer.

relembramos a agenda de segurança hemisférica encabeçada pelos Eua (SAINT-PIERRE, 2012)

³⁶. Soma-se a isso o fato de que a utilização do conceito de Segurança Humana para tratar de problemas econômicos e sociais acaba deixando em segundo plano outros instrumentos que os Estados poderiam utilizar para buscar soluções, como a formulação de políticas públicas com ênfase em saúde pública, segurança pública e desenvolvimento socioeconômico, além de iniciativas relevantes como o fortalecimento de instituições democráticas, combate à corrupção e medidas a fim de democratizar serviços básicos de educação e saúde (KRAUSE, 2005).

Dessa forma, envolver o indivíduo sob o aspecto securitário não necessariamente resulta em maior proteção aos seres humanos. A ampliação do escopo da Segurança para abarcar uma pluralidade de temáticas pode resultar em um esvaziamento da própria discussão sobre Segurança, além de legitimar ações militares em contextos em que os seres humanos estão em situações de fragilidade.

Assim, a inclusão da criança na agenda de Segurança e uma abordagem securitária sobre a criança-soldado pode gerar duas consequências: por um lado, chama a atenção da comunidade internacional para o fato de que as crianças continuam sendo empregadas em conflitos armados e expostas à violência. Portanto, é um alerta que significa que nem todas as crianças desfrutam de uma infância ideal. Por outro lado, cria precedentes para isso ser instrumentalizado na forma de intervenções em nome da proteção da infância. Defender a segurança das crianças dá aos adultos certa noção de poder e é feito de forma exógena às crianças, por meio de atores – como Estados e organizações internacionais – que nem sempre estão dispostos a ouvir as demandas infantis acerca de paz, conflito e violência (JACOB, 2015).

³⁶ Sobretudo após os ataques de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos esforçaram-se para traçar uma agenda de segurança hemisférica que definisse ameaças multidimensionais comuns aos países americanos, garantindo uma área de influência onde os EUA poderiam projetar seus interesses no âmbito da segurança, definindo quais seriam as principais ameaças a serem combatidas de forma continental. A Declaração Sobre Segurança nas Américas da Organização dos Estados Americanos (OEA), de 2003, sublinha que as seguintes práticas podem ser consideradas como ameaças: “[...] o terrorismo, o crime organizado transnacional, o problema mundial das drogas, a corrupção, a lavagem de ativos, o tráfico ilícito de armas e as conexões entre eles; a pobreza extrema e a exclusão social de amplos setores da população que também afetam a estabilidade e a democracia solapa a coesão social e vulnera a segurança dos Estados; os desastres naturais e os de origem humana, o HIV/AIDS e outras doenças, outros riscos à saúde e a deterioração do meio ambiente; o tráfico de seres humanos; os ataques à segurança cibernética; a possibilidade de que surja um dano em caso de acidente ou incidente durante o transporte marítimo de materiais potencialmente perigosos, incluindo o petróleo, material radiativo e resíduos tóxicos; e a possibilidade do acesso, posse e uso de armas de destruição em massa e seus sistemas vetores por terroristas” (CHILLIER; FREEMAN, 2005, p. 10). O documento apresenta uma série de questões que não são novas no subcontinente, mas que passam a ser vistas sob o enfoque da Segurança, sendo denominadas de “novas ameaças”. Entre essas “novas ameaças” encontram-se muitos aspectos da Segurança Humana, isto é, fatores relacionados ao desenvolvimento humano, violência física e condições de dignidade humana (como tráfico de armas, pobreza, doenças). No entanto, muitas das “novas ameaças” são problemas que exigem respostas de diversos setores da sociedade, não necessariamente respostas por meio militar (SAINT-PIERRE, 2012).

Pensando nos Estudos de Segurança Internacional, trazer as crianças-soldado para essa área pode significar reconhecê-las como agentes que fazem parte das Relações Internacionais. Isto é, como atores que podem expressar opiniões e participar de negociações de paz e reconstrução de sociedades no pós-guerra (JACOB, 2015). Nesse sentido, elas seriam não apenas as vítimas dos conflitos armados, mas também atores capazes de interferir nas discussões políticas sobre paz e conflitos, expondo as contradições dos discursos que os adultos produzem sobre as crianças. Ou seja, as crianças não são meros objetos passivos de caridade e salvação internacional, mas sujeitos de direitos e agentes construtores de suas realidades.

Tendo em vista as questões que desenvolvemos nesse capítulo, não acreditamos que a defesa da criança e do ideal de infância – por si só – levaria a intervenções arbitrárias em nome da Segurança Humana. Mas notamos que a proteção da infância é um dos fatores – entre outras tantas questões relativas aos direitos humanos e proteção humana – que pode ser utilizado para justificar medidas mais rígidas nos “Estados Falhados”, principalmente em contextos nos quais uma possível intervenção estaria em sintonia com outros interesses econômicos e geopolíticos em jogo. A criança-soldado é a expressão máxima da necessidade de proteção da criança e da urgência de resgatá-la de situações que ameaçam suas vidas e ameaçam o próprio ideal de infância construído ao longo de séculos e ancorado em um modelo de Estado capitalista e liberal.

4. AS CRIANÇAS-SOLDADO NA BIBLIOGRAFIA

As crianças-soldado estiveram – e, em alguns casos, ainda estão – presentes em países diversos como Filipinas, Mianmar, Serra Leoa, Irlanda do Norte, República Democrática do Congo, Libéria, entre outros. Mas as análises sobre o tema focam-se, sobretudo, em casos específicos de países africanos onde houve emprego de crianças-soldado.

A princípio, o emprego de crianças foi apontado e citado, marginalmente, em algumas análises sobre os conflitos armados, principalmente aquelas do pós-Guerra Fria. A utilização de crianças durante conflitos é citada como mais uma das atrocidades cometidas nas chamadas “Novas Guerras”, juntamente com outras práticas que ferem os Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário, tais como ataques à população civil, abusos sexuais e amputações.

Entretanto, alguns autores e autoras dedicaram-se a refinar o conhecimento sobre os impactos dos conflitos armados sobre as crianças, buscando entender os motivos pelos quais a prática ainda é recorrente no século XXI, abrindo caminho para que uma bibliografia especializada em Crianças e Conflitos Armados surgisse e se consolidasse. Nesse campo, abordam-se temas diversos como diferenças entre meninos e meninas-soldado; invisibilidade da criança nas Relações Internacionais; reintegração de crianças-soldado; o papel das crianças na construção da paz, entre outros (DENOV; MACLURE, 2006; TABAK, 2014; WESSELS, 2006).

Um dos pontos de partida para essas análises foi o relatório de Graça Machel (1996) no âmbito da ONU, como mencionamos no capítulo anterior. Machel salienta que “Os jovens nunca devem ser vistos como problemas ou como vítimas, mas como contributos-chave nas soluções de planejamento e implementação de longo prazo” (MACHEL, 1996, § 242).

Alguns estudos foram apresentados por autores africanos, europeus e americanos que veremos ao longo deste capítulo. Na América do Sul, destacam-se estudos sobre a Colômbia (SPRINGER, 2012; VARGAS; RESTREPO-JARAMILLO, 2016). Mais especificamente no Brasil, uma relevante produção bibliográfica foi produzida por Jana Tabak em sua dissertação de mestrado (2009), acerca do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de crianças-soldado, e em sua tese de doutorado (2014), sobre a construção de um conceito de infância nas Relações Internacionais. Outros artigos e dissertações também já foram publicados sobre o assunto (FAÇANHA, 2001; MARTUSCELLI, 2015; PAIVA, 2016; RIVA, 2012).

Em 2012, Rosen publicou o livro “Crianças-soldado: um manual de referência” (“*Child Soldiers: a reference handbook*”) em que faz um compilado robusto de diversas questões que perpassam o emprego de crianças-soldado, desde fatores como tratados e documentos

internacionais de proteção da criança até o retorno à vida civil de crianças-soldado desmobilizadas. O autor ainda confere destaque ao tratamento que os Estados Unidos dão às suas crianças e como o país se posiciona frente ao emprego de crianças-soldado em outras partes do mundo (ROSEN, 2012).

Reconhecemos que houve significativo avanço nos estudos sobre crianças-soldado, consolidando uma bibliografia interdisciplinar e com abordagens distintas. Observamos esforços metodológicos, empíricos, teóricos e tentativas de buscar novas possibilidades conceituais que explicassem a violência na qual a criança estava inserida. Também identificamos importantes tentativas de apontar variáveis e estabelecer relações de causalidade entre elas. Notamos que muitos trabalhos são direcionados a analisar casos específicos de emprego de crianças-soldado em determinado país, com destaque para países da África Ocidental – especialmente Serra Leoa e Libéria – região da África que, de fato, passou por longos períodos de conflitos armados. As análises, no geral, buscam esgotar as explicações sobre os conflitos, focando em visões do microcosmo daquelas sociedades. São trabalhos que dialogam com a antropologia e a sociologia e exploram as formas de se empregar as crianças em dado conflito. Frequentemente, são utilizadas entrevistas com ex-crianças-soldado e relatos pessoais de crianças. Essas fontes são interessantes, pois conferem destaque à opinião da própria criança, expressam o que ela pensa e espera. Ao longo deste capítulo, citaremos alguns desses trechos de entrevistas.

Há também estudos que procuram por questões mais teóricas e abrangentes que contemplam aspectos como: o papel da criança como ator nas relações internacionais; a influência do humanitarismo nas análises sobre crianças-soldado; a construção social da infância; a relação entre crianças e conflitos armados (MACMILLIAN, 2009; MARTINS, 2011; LEE-KOO, 2011; ROSEN, 2005; ROSEN, 2005; TABAK, 2014; WESSELS, 2006). Percebemos que nossa contribuição se junta a esses trabalhos, pois ainda há o que se explorar nesse âmbito, no sentido de desconstruir e reconstruir as bases das abordagens que são utilizadas para explicar o emprego de crianças-soldado. Enquanto não voltarmos às raízes dos pensamentos que conformam o modo dominante de retratar as crianças-soldado, estaremos mais propensas a repetir e reproduzir um padrão de tratamento das crianças-soldado, não avançando tanto quanto poderíamos no tema.

De forma geral, os estudos sobre a temática apresentam-se em duas frentes³⁷:

³⁷ Separamos esses dois âmbitos para fins didáticos. Mas essas duas áreas conversam entre si e há acadêmicos que também ajudam as ONGs a produzir seus documentos e relatórios. Não subestimamos o papel que a mídia tem para formar e reproduzir opiniões. Diversas reportagens já foram produzidas sobre o emprego de crianças-

- 1) Produção acadêmica. A princípio, o emprego de criança-soldado foi citado marginalmente em algumas análises sobre os conflitos armados contemporâneos e as chamadas “Novas Guerras”, conforme mencionamos. Porém, desenvolveu-se uma bibliografia específica – artigos científicos, dissertações, teses, revistas científicas sobre infância e criança, livros – sobre crianças e conflitos armados. Alguns trabalhos dialogam mais com a área de Direitos Humanos, outros aproximam-se mais da Antropologia, Sociologia e Relações Internacionais.
- 2) Material produzido por organizações internacionais: ONGs e o sistema da ONU. O Relatório Machel foi pioneiro em abrir espaço para essa discussão nas Nações Unidas. Posteriormente, algumas ONGs passaram a dedicar especial atenção para a temática e outras ONGs surgiram para abordar o assunto, a maior parte delas nascidas a partir dos anos 2000. Essas organizações produzem relatórios e estudos sobre a atuação de crianças em conflitos armados, onde são empregadas e por quem são empregadas. As organizações são importantes atores internacionais, visto que propõem pautas, levantam discussões, geram impacto sobre a opinião pública, influenciam tomadores de decisão e elencam temas prioritários na agenda de Segurança Internacional. Além disso, apontam possíveis causas e soluções para o emprego de crianças-soldado.

Apesar dos esforços para se construir e investigar formas de pensar as crianças-soldado, a pesquisa sobre o assunto ainda esbarra em algumas dificuldades.

Primeiro, é difícil quantificar o número de crianças-soldado e ter controle do crescimento ou diminuição da prática. Isso porque, muitos grupos agem na ilegalidade e

soldado, de certa forma, reforçando em alguma medida a imagem hegemônica da criança em conflitos armados. Ver, por exemplo: *The children's war* (2017), em: <https://www.washingtonpost.com/sf/world/2017/11/10/they-were-rescued-from-war-now-south-sudans-child-soldiers-are-going-back/?noredirect=on&utm_term=.8a2804236d42> ; *Joseph Duo and the scars of child soldiers in Liberia* (2017), em: <https://elpais.com/elpais/2017/10/20/inenglish/1508498504_569354.html>; *Afghanistan is trying to save its child bombers* (2018), em: <<https://foreignpolicy.com/2018/08/29/afghanistan-is-trying-to-save-its-child-bombers/>> ; *Firing guns, finding bodies: life for Yemen's child soldiers* (2018), em: <<https://edition.cnn.com/2018/02/02/middleeast/yemen-child-soldiers-intl/index.html>>. Grande parte das reportagens divulgadas pela imprensa internacional concentra-se em casos específicos de recrutamento de crianças-soldado em alguns países, especialmente na África e Oriente Médio, com o objetivo de denunciar e chamar a atenção para essas realidades. Ainda assim, consideramos que, para nossa pesquisa, nossas principais fontes são as organizações internacionais e a produção científica sobre o tema, pois formam pensamentos sobre as crianças-soldado. A imprensa pode agir para difundir esses pensamentos, por isso não negamos sua importância, apenas não a consideraremos como fonte principal de nossa análise. Livros autobiográficos com relatos de ex-crianças-soldado, como *First they killed my father* (Loung Ung, 2000) e *A long way gone: memoirs of a boy soldier* (Ishmael Beah, 2007) servem mais como uma inspiração para se pensar a temática.

algumas forças armadas escondem as idades das crianças empregadas. Apesar de não termos dados numéricos precisos, nos importa mais compreender as formas pelas quais esse fenômeno ocorre do que nos prender em números.

Segundo, muitas análises sobre crianças-soldado são dominadas pelas visões da ONU e de ONGs. Tem-se o desafio de ir além dessas abordagens e questionar o próprio humanitarismo do tema. Isso não significa negar a importância das organizações internacionais. Pelo contrário, elas são relevantes e essenciais para construir um pensamento sobre o assunto, mas não se pode limitar as pesquisas a esse âmbito.

Terceiro, existe dificuldade de levar em conta o pensamento das próprias crianças e tentar entender suas perspectivas. Como as análises sobre conflitos, em geral, são dominadas por adultos, por vezes nos esquecemos de olhar as crianças também como atores internacionais.

Quarto e não menos importante, todo o material e o estudo sobre o tema é relativamente recente, pois, como vimos, foi só a partir da década de 1990 que o assunto ganhou maior repercussão e passou a ser mais estudado (AMES, 2007). Apesar desses quatro pontos, ainda dispomos de material e interesse suficientes para realizar importantes estudos.

No presente capítulo, veremos algumas características que a bibliografia sobre crianças-soldado atribui a essas crianças a partir da década de 1990, época em que o tema ganhou mais destaque no cenário internacional. Dividimos a apresentação e análise da revisão bibliográfica em cinco itens, pois assim é possível explorar com mais detalhes os aspectos frequentemente apontados como decisivos no recrutamento de crianças-soldado, buscando os elementos que sustentam essas argumentações, mas também os fatores que desmontam ou problematizam tais explicações. Ao final do capítulo, apresentaremos nossas conclusões no que concerne ao desenvolvimento de narrativas sobre as crianças-soldado na bibliografia.

4.1 Recrutamento, treinamento e doutrinação

Muitos casos de recrutamento e treinamento de crianças são descritos pela bibliografia especializada no tema. De forma recorrente, são relatados os desafios e maus tratos que as crianças enfrentam para se adaptarem à realidade bélica. Elas podem passar por rigorosos treinamentos físicos, estresse psicológico e punições a fim de moldá-las para os conflitos.

As formas pelas quais as crianças se juntam às partes beligerantes durante um conflito armado suscitam diversas análises. Fala-se que as crianças podem integrar grupos armados não-estatais e forças armadas nacionais tanto involuntariamente quanto voluntariamente. No primeiro caso, as crianças podem ser sequestradas ou coagidas a unirem-se aos beligerantes.

Dado que muitas crianças perdem familiares durante conflitos e ficam sem infraestrutura básica para sobreviver, elas seriam alvos fáceis e manipuláveis. Paralelamente, existe a visão de que as crianças podem se voluntariar para atuarem como crianças-soldado (PETERS; RICHARDS, 1998; RICHARDS, 1996). Nesse caso, elas seriam motivadas por sentimento de vingança contra alguma das partes beligerantes que as fez algum mal; ideologia; vontade de entrar para um grupo, pois este ofereceria um modo de vida com vantagens econômicas e status social. Contudo, a perspectiva do voluntariado é questionada. A crítica argumenta que, em um ambiente assolado pelo conflito armado, a criança não “escolhe voluntariamente” (por mais redundante que seja essa expressão) tornar-se criança-soldado, ela é, na verdade, forçada pela situação de abandono a fazê-lo (SPRINGER, 2012).

Como forma de entender até que ponto a criança se voluntaria ou é coagida a participar das hostilidades, alguns analistas realizaram entrevistas com ex-crianças-soldado, isto é, com crianças-soldado que deixaram os atores que as empregavam – seja porque conseguiram escapar, decidiram não mais fazer parte das hostilidades ou porque algum conflito chegou ao fim.

No estudo de Springer (2012) sobre as crianças-soldado da Colômbia³⁸, 81% das crianças entrevistadas diziam-se voluntárias (§ 84). Porém, a autora é enfática em afirmar que, quando as crianças descreviam o contexto no qual começaram a participar do conflito, a conclusão é que elas não eram realmente voluntárias, mas que o ambiente em que se encontravam as obrigava a participar do conflito. De acordo com as conclusões de Springer, as crianças na Colômbia não se vinculam aos grupos armados por vontade própria, tampouco possuem maturidade suficiente para tomar essa decisão. A participação no conflito armado é uma condição de sobrevivência para as crianças e para suas famílias. Apenas 8% das crianças entrevistadas declararam ser movidas por vingança (§112) ou porque era a melhor opção de trabalho disponível. Segundo a autora, isso não comprova o caráter voluntário, mas sim o quanto as crianças são vítimas desse conflito (§141). Depois de ingressar nos grupos, as crianças sentiam dificuldade em desvincular-se. 89% das crianças entrevistadas manifestaram que “[...] não compreendiam nenhuma das consequências de vincular-se ao grupo armado ilegal” (§145)³⁹.

³⁸ Na Colômbia, as crianças-soldado foram recrutadas pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (Farc-EP), pelo Exército de Libertação Nacional (ELN) e pelas Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). De acordo com os dados de Springer (2012), cujo estudo abarca esses diferentes grupos, 50,14% dos combatentes adultos das Farc relatou ter ingressado nas fileiras de combatentes ainda criança. No ELN, esse número foi de 52,3% e na AUC, de 38,12% (§73,74,75).

³⁹ No original: “[...] no comprendían ninguna de las consecuencias de vincularse al grupo armado ilegal”.

Contudo, existe a perspectiva de que as crianças podem sim se voluntariar, em algum grau. Na obra “Jovens soldados: porque eles escolhem lutar” (*“Young soldiers: Why they choose to fight”*) (BRETT; SPECHT, 2004) – que tem por base depoimentos de crianças-soldado de diferentes países – ressalta-se que algumas crianças manifestavam vontade de ingressar no conflito de forma mais explícita, como mostra a declaração de Azis, do Paquistão: “Apesar da inclinação religiosa e espiritual, era meu sonho tomar parte em um combate [*Jihad*] e eu tive a chance de realizar o meu sonho. Além disso, também era meu desejo observar as pessoas lutarem e como elas usam diferente tipos de armamentos” (BRETT; SPECHT, 2004, p.105).⁴⁰

Como os casos de recrutamento são tão diversos, é difícil traçar uma simples causa sem recair em reducionismo e simplificação dos fatores. Tampouco é nosso objetivo ditar quais os fatores determinam o emprego de crianças-soldado em todos os casos. Estamos mais interessadas em afastar visões estigmatizadas das crianças e apontar explicações que ficam obscurecidas. Nesse caso, ler depoimentos de crianças-soldado é útil, pois retratam situações distintas que levam as crianças a considerar a ideia de unir-se a uma parte beligerante como uma alternativa de vida. Os motivos são variados: fugir de um casamento arranjado pelos pais; promessas de roupas e comida em troca do serviço prestado; proteger a família e a comunidade; e até mesmo a falta de entendimento do que é participar de um conflito e das dificuldades que podem ser enfrentadas (BRETT; SPECHT, 2004).

As noções do que é “escolher lutar” e o que é “ser obrigada a lutar” misturam-se nos relatos das crianças. Isso fica mais explícito em depoimentos como o de Michel, da República Democrática do Congo (RDC): “Involuntariamente – se você não tem nada – você se voluntaria para o exército. Involuntariamente, porque a situação requer” (BRETT; SPECHT, 2004, p.109, tradução nossa)⁴¹. Christiane, também da RDC relata: “Eu não escolhi essa situação. Você sabe que você está em um país em guerra, e assim você não tem muita escolha. Você pode correr ou lutar” (BRETT; SPECHT, 2004, p.41, tradução nossa)⁴².

Também há o argumento de que as crianças não compreendem totalmente as implicações de entrar para um conflito armado e de como é a vida nessa situação, pois são iludidas por imagens idealizadas do que é a guerra:

⁴⁰ No original: “Besides religious inclination and spirit, it was my dream to take part in a combat [*Jihad*] and I got a chance to fulfill my dream. Moreover, it was also my desire to observe people fighting and how they use various kinds of weapons”.

⁴¹ No original: “Involuntarily—if you have nothing—you volunteer for the army. Involuntarily, because the situation requires it. Michel, DRC.”

⁴² No original: “I didn’t choose this situation. You know that we are in a country at war, and then you don’t have much choice. You can run away or fight. Christine, DRC”.

Quando eu era mais novo, eu assistia muitos filmes de ação, isso me encorajou a pegar em armas [...] eu me juntei à rebelião aos dez anos de idade, você sabe, os filmes com ditadores, é encorajador [...] eu me envolvi com um major ruandês [...] eu queria aprender, descobrir, saber como era; então ele me motivou, me influenciou. Ele e seus soldados eram tão chiques em seus uniformes (Germain, RDC). (BRETT; SPECHT, 2004, p. 109 tradução nossa)⁴³.

Springer (2012) traz um estudo mais detalhado de como foi a preparação das crianças na Colômbia. A autora ressalta que existem fases pelas quais as crianças passam até se consolidarem nas atividades bélicas. Primeiro, passam pela fase de adaptação em que são incentivadas até com porções extras de comida e pequenas somas de dinheiro – é uma fase menos violenta, em que o incentivo vem por recompensa. Posteriormente, segue-se a fase de doutrinação e endurecimento emocional, em que métodos coercitivos e manipulação são empregados para fazer com que as crianças concordem com ideais e princípios, impondo dogmas, em um intrincado processo que faz com que as crianças se tornem submissas e despersonalizadas. De acordo com o estudo, “98% das crianças entrevistadas afirmaram terem sido maltratadas permanentemente, forçadas a presenciar atrocidades ou a executá-las[...]” (§ 128)⁴⁴. Depois, segue o processo de servidão, adestramento e luta, no qual aprendem a defender-se, combater, obedecer a regras e internalizar as normas impostas.

Tanto dizer que existe uma vontade violenta nas crianças, quanto dizer que são meramente manipuladas abstrai uma parte importante da realidade que é a forma pela qual os conflitos armados afetam a vida das crianças e a capacidade de algumas crianças entenderem o contexto em que vivem e transformá-los.

Na obra “Porque lutamos: vozes de jovens combatentes em Serra Leoa” (*Why we fight: voices of youth combatants in Sierra Leone*) (PETERS; RICHARDS, 1998), os autores apresentam uma visão diferente ao propor que algumas crianças podem ter o entendimento maduro de suas funções e, analisando o caso de Serra Leoa⁴⁵, defendem que algumas crianças nesse país lutaram voluntariamente, seja por vingança ou como modo de sobrevivência. Nesse sentido, os autores interpretam que, mesmo que as crianças tenham tomado parte no conflito como forma de sobreviver em um ambiente hostil, ainda assim, o caráter voluntário não pode

⁴³ No original: “When I was younger, I watched a lot of action films; it encouraged me to take up a weapon. [...] I joined the rebellion at 10 years old, so you know, the films coupled with dictatorship, is encouraging enough. [...] I hung out with a Rwandan major. [...] I wanted to learn, to discover, to know what it was; so he motivated me, he influenced me. And you know, him and his soldiers, they were so chic in their uniforms. Germain, DRC”.

⁴⁴ No original: “El 98% de los niños y niñas reportó haber sido maltratado permanentemente, forzado a presenciar atrocidades o a ejecutarlas”.

⁴⁵ Ao longo do capítulo iremos fazer mais referência ao caso do emprego de crianças-soldado no conflito civil de Serra Leoa que é mencionado frequentemente como exemplo de utilização de crianças-soldado. Basicamente, o conflito foi travado entre a Frente Revolucionária Unida e o governo vigente, entre 1991 e 2002 (PETERS; RICHARDS, 1998).

ser ignorado. A obra destaca que algumas crianças são, de fato, capazes de reconhecer as vantagens imediatas de participar das hostilidades. Alguns exemplos são: alimento, dinheiro, status social, sensação de ser parte de um grupo que, por vezes, acaba substituindo amigos e familiares perdidos no conflito. São recompensas imediatas que as crianças não encontrariam apenas indo para a escola. Apesar do rigor do treinamento e doutrinação – como Springer ressalta no caso da Colômbia –, em outros casos, as crianças relatam certa liberdade de não ter que seguir padrões de comportamento e garantia de ter uma atividade remunerada que confere poder aquisitivo, conforme mostra o depoimento a seguir, de uma criança de Serra Leoa:

Sim, eu gostava de ser livre pelo país. [...] Fomos treinados para salvar vidas e propriedades. Então eu gostei disso, porque estava salvando vida e propriedade. É por isso que eu adorava o trabalho. Quando estávamos no exército, todo mês o governo nos pagava. Eles nos permitiram ter o montante de seis mil leones [cerca de 12 dólares]. Não muito. O pagamento real era de cinco mil leones. Eu comprei bebidas e fumo: cigarros e rapé, cerveja e vinho. Só para ter um pouco de [determinação] de ir e lutar. Eu não usei outras drogas. A comida foi fornecida pelo governo. Às vezes era deliciosa, às vezes não (PETERS; RICHARDS, 1998, p. 190)⁴⁶.

Rosen (2015) destaca a experiência das meninas que serviram o Destacamento Feminino da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Elas viam essa experiência como “empoderadora” e “libertadora”, mesmo depois de adultas. Libertadora no sentido de libertarem-se dos padrões coloniais e masculinos sob os quais viveram a maior parte da vida na sociedade moçambicana tradicional. O envolvimento no combate e no conflito é visto por elas como um fator-chave que despertou suas consciências na vida política e na participação cidadã. O conflito, então, é enxergado como um ato de rebeldia e revolução contra a ordem estabelecida em Moçambique.

Algo parecido ocorreu com as meninas que se juntaram ao *Eritrean People's Liberation Front*, no sentido em que também viam no conflito a possibilidade de romper com a visão masculinizada do soldado. Todavia, elas não conseguiram alcançar plenamente seus direitos após o conflito e viram seus tradicionais papéis de gênero serem impostos novamente. Ainda assim, relatam que adquiriram perspectivas críticas com a experiência e engajamento coletivo (ROSEN, 2015).

As ex-combatentes da Libertação do Povo de Tigray, na Etiópia, mostram que as meninas-soldado se tornaram:

⁴⁶ No original: “Yes, I liked to be free in the country[side]. [...] We were trained to save life and property. So I liked that, because I was saving life and property. That's why I loved the work. When we were in the army, every month the government paid us. They allowed us the amount of six thousand leones [about US\$12-00]. Not plenty. The actual pay was five thousand leones. I bought drinks and smokes: cigarettes and snuff, beer and wine. Just to have some mind [determination] to go and fight. I didn't use other drugs. The food was supplied by the government. Sometimes the food was delicious, sometimes not”.

[...] mais autoconfiantes, independentes e politicamente conscientes do que aquelas que não tomaram parte no conflito. Todas as meninas estudadas tinham sido recrutadas com idades que variam de cinco a dezessete anos, com uma idade média de recrutamento de 12,68 anos (ROSEN, 2015, p. 182)⁴⁷.

Com esses exemplos, Rosen (2015) ressalta que, por mais que tais atividades sejam abusos contra as crianças, nenhum desses relatos coloca as lentes de vítima na criança. Nos casos citados, o engajamento em combates e os papéis desempenhados nos conflitos eram formas de contestação da ordem vigente – muitas vezes tradicional e conservadora – e o conflito era, portanto, a possibilidade de mudar suas respectivas realidades.

Dessa forma, a imagem da criança está frequentemente permeada por uma dualidade: ora é vista apenas como criminosa, ora é vista apenas como vítima. Todavia, no conjunto dos diversos cenários em que o emprego de crianças pode ocorrer, verifica-se uma realidade mais complexa que um simples dualismo. Rosen (2013) salienta que o entendimento das crianças-soldado tem sido distorcido pelas noções populares, legais e humanitárias que insistem em enfatizar a inocência da criança e a culpabilidade do adulto. Não se trata de negar os maus tratos e violência que as crianças sofrem junto às partes que as empregam. Isso constitui um fato. Mas Rosen reivindica a necessidade de entender as motivações das crianças – mesmo que influenciadas pelo ambiente e pelos adultos⁴⁸.

4.2 Conflitos armados e armas leves

Alguns autores defendem o argumento de que o emprego de crianças-soldado no contexto da década de 1990 e início do século XXI constitui uma tática nos conflitos armados, resultado das “Novas Guerras” nos “Estados Falhados” (EARLY; TYNES, 2015; SINGER;

⁴⁷ No original: “young women who served as soldiers became more self-confident, independent, and politically aware than those who did not serve. All the subjects studied had been recruited at ages ranging from five to seventeen, with an average age of recruitment of 12.68 years”

⁴⁸ Rosen (2013) cita o exemplo da campanha “Kony 2012”. Basicamente, tal campanha consistiu em um vídeo produzido pela ONG *Invisible Children* que denunciava o recrutamento de crianças-soldado por parte de Joseph Kony, líder do *Lord’s Resistance Army*, em Uganda. O vídeo, que se tornou viral e atingiu uma grande audiência internacionalmente, apelava para a divulgação dos atos de violência cometidos por Kony, a fim de sensibilizar as pessoas e criar um clamor pela urgência de sua captura. Rosen salienta que, apesar de Kony ter cometido atrocidades incontestáveis, o teor da campanha tinha um foco errado. Isso porque, da forma como foi feito, o vídeo reduz a discussão sobre crianças-soldado a uma questão de captura de criminosos, como se deter Joseph Kony fosse a medida mais importante para frear a violência contra as crianças. A campanha alimentou a imagem de que a utilização de crianças-soldado é um problema localizado de alguns recrutadores que desvirtuam as crianças e as transformam em assassinas. Então, capturando esses recrutadores o problema estaria amenizado. Além disso, foi apontado que insistir na captura de Kony era uma forma de pressionar os Estados Unidos a tomar parte contra o *Lord’s Resistance Army* (ALLEN; SCHOMERUS; VLASSENROOT, 2012). Em outras palavras, esse caso ilustra como a questão das crianças-soldado é instrumentalizada e utilizada para sensibilizar determinada audiência em nome de interesses políticos. Sobre a campanha “Kony 2012”, ver também: *Kony 20 never*, em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/africa/2014-01-14/kony-20never>> e *Kony 2012 Invisible Children*, em: <<https://invisiblechildren.com/kony-2012/>>.

2001; TYNES, 2008; TYNES, 2011; TYLER, 2018;). Buscamos contra-argumentar essa ideia, tensionando a relação do emprego de crianças com os conflitos armados e com as armas leves que se proliferaram durante e após a Guerra Fria.

Faz-se necessário, primeiro, apresentar as reflexões acerca de possíveis mudanças na natureza dos conflitos armados. No pós-Guerra Fria, novas propostas interpretativas para os conflitos armados emergiam no mundo todo. Mesmo guardando algumas diferenças entre si, as análises traçam uma linha imaginária entre os conflitos existentes antes e depois da Guerra Fria. Dessa forma, o foco dos autores está em apontar novos fatores típicos dos contextos pós-Guerra Fria e da globalização que explicassem as transformações nas guerras. Essa discussão foi importante para salientar até que ponto o modelo teórico de guerra travado entre Estados era suficiente para explicar a realidade da década de 1990 em diante. Desse debate, resultaram importantes propostas teóricas e hipóteses (HUNTINGTON, 1996; KALDOR, 2001; LA MAISONNEUVE, 1998; VAN CREVELD, 1991). Uma delas é a ideia de “Novas Guerras”.

Influenciada por sua experiência na Bósnia-Herzegovina, Mary Kaldor (2001) toma os conflitos nessa região como um paradigma para traçar um padrão de violência que se desenvolve mais especificamente no contexto de desintegração das repúblicas da ex-União Soviética e de conflitos em regiões da África. Identificando algumas características comuns em conflitos de diferentes regiões do mundo, a autora formula a hipótese de que, durante as décadas de 1980 e 1990, desenvolveu-se um novo tipo de violência organizada, própria de um contexto de globalização⁴⁹. A esse tipo de violência a autora dá o nome de “Novas Guerras”.

Desse modo, a autora justifica que o adjetivo “nova” tem a função de diferenciar esses conflitos das análises tradicionais da guerra. O aspecto “novo” poderia ser visto através do que motiva a guerra, pois não seriam mais objetivos geopolíticos e ideológicos, mas sim políticas de identidade e conflitos étnicos, que não estão vinculados necessariamente a um verdadeiro interesse de Estado. Além disso, Kaldor (2001) argumenta que a economia de guerra também é um fator diferenciador, visto que pode ser caracterizada por economias descentralizadas, dependentes de recursos externos, do mercado ilegal ou da ajuda exterior (apoio dos governos vizinhos, comércio ilegal de armas, drogas ou recursos de valor como diamantes e petróleo). Mais uma vez contrapondo-se à ideia de guerra tradicional, em que os objetivos geopolíticos eram bem definidos, Kaldor (2001) ressalta que, nas “Novas Guerras”, há interesses

⁴⁹ A autora refere-se à “globalização” como a intensificação das interconexões políticas, econômicas, militares e culturais em escala mundial. Este último conceito é crucial para a autora, pois para ela, mais do que o fim da Guerra Fria, foi a globalização que influenciou boa parte dos conflitos denominados de “Novas Guerras”, e pode ser percebida pela presença de atores internacionais nos conflitos como ONGs, grupos mercenários e organizações internacionais, ou seja, são influências externas em conflitos localizados (KALDOR, 2001).

subjacentes, políticos e econômicos, que levam as guerras a se perpetuarem no tempo. Em contraposição aos conflitos antigos, as “Novas Guerras” seriam caracterizadas pela falta de regras, falta de distinção entre combatentes e não-combatentes, desrespeito aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional Humanitário e participação de atores estatais e não-estatais⁵⁰. Toda a argumentação em torno das “Novas Guerras” reforça a ideia da falta de regras e normas nos conflitos contemporâneos.

Münkler (2005), mesmo com ressalvas, emprega o termo “Novas Guerras”, pois considera que a expressão “guerra civil” não seria adequada para nomear esses conflitos, visto que dificultaria o olhar para certas características que, de fato, são novas na guerra, como a vinculação dos conflitos à globalização. O emprego do termo “Novas Guerras” seria uma forma, mesmo que imprecisa, de chamar atenção para características da guerra intrínsecas às décadas de 1990 em diante.

Nota-se, portanto, que o argumento que apoia as “Novas Guerras” gira em torno de três aspectos principais: 1) a globalização vista como uma maior interligação econômica, comercial, política e militar entre os países; 2) a ideia de que as causas da guerra e seus meios já não são mais os mesmos, visto que os conflitos atuais desenrolam-se mais em função de causas étnicas e culturais e utilizam-se de técnicas violentas, justamente para espalhar o medo na população civil; 3) a noção de uma “nova economia de guerra”, essencial para manter o conflito, que é materializada em redes de comércio ilegal e privatização da violência em decorrência da “falência” dos Estados. Essa economia financiaria a compra de tecnologia de guerra que facilita a proliferação de conflitos por usarem armas mais leves, pequenas e populares que são utilizadas até mesmo por crianças.

Kaldor (2001) e Münkler (2005) concordam que, sobretudo a partir da década de 1990, as partes beligerantes preferem utilizar armas leves, as quais são mais fáceis de usar, de transportar, mais precisas e mais difíceis de detectar, isto é, têm as características de mobilidade, portabilidade, flexibilidade e versatilidade, além de serem mais baratas.

Nesse sentido, alguns autores defendem que, no passado, as armas pesadas limitavam a participação das crianças, pois uma preparação física extrema era requisito para dominar o armamento (EARLY; TYNES, 2015; TYNES, 2008; TYNES, 2011). De acordo com Singer (2001), a proliferação de armas leves, simples e baratas tem um papel primário no emprego de crianças-soldado. O armamento, como a AK-47, utilizado pelas crianças é mais letal e mais

⁵⁰ Mary Kaldor, no artigo “*In Defence of New Wars*” (2013), defende que a formulação teórica das “Novas Guerras” deve ser entendida como um modo de elucidar as guerras contemporâneas, uma estratégia de pesquisa e um guia para políticas.

fácil de manusear do que as armas antigas. Segundo o autor, “uma criança de 10 anos de idade pode aprender o básico em trinta minutos” (2001, n.p. tradução nossa)⁵¹. Essas armas teriam trazido uma mudança na forma de fazer a guerra, visto que melhorias na fabricação das armas, como a incorporação do plástico, as tornaram mais leves, modernas, letais e fáceis de usar (carregar, descarregar, atirar) e, assim, se difundiram em vários países que passam por conflitos (EARLY; TYNES, 2015; TYNES, 2008; TYNES, 2011).

Cabe aqui esclarecer, primeiramente, o conceito de “armas leves e pequenas” que a ONU utiliza ao abordar as principais armas utilizadas nos conflitos atuais. Por “armas pequenas” (*small arms*) entende-se: “(i) Revólveres e pistolas semiautomáticas; (ii) espingardas e carabinas; (iii) submetralhadoras; (iv) rifles de assalto; (v) metralhadoras leves”⁵² e por “armas leves” (*light weapons*):

(i) metralhadoras pesadas; (ii) lançador de granada; (iii) armas antiaéreas portáteis; (iv) armas antitanque portáteis, armas sem recuo; (v) lançadores portáteis de mísseis antitanque e sistemas de foguetes; (vi) lançadores portáteis de sistemas de mísseis antiaéreos, (vii) morteiros de calibres inferiores a 100 milímetros⁵³ (UNGA, 1997a, art. 26).

É, pois, um conceito amplo que envolve diferentes tipos de armamentos – muitas vezes, equipamentos maiores do que se supõe pela nomenclatura “armas leves e pequenas” – mas que, no geral, popularizaram-se a ponto de proporcionarem os meios para dar continuidade à violência.

Os testemunhos das crianças, de fato, mostram um fascínio por armas, que inspiram poder e status. Alguns depoimentos retratam a adrenalina de estar com uma arma⁵⁴; o costume de brincar com armas⁵⁵ – de verdade ou de brinquedo – e, finalmente, a empolgação por conseguir utilizar armamentos:

Desde criança eu gostava de armas. Toda as crianças brincam com armas e, se não podem comprá-las, fazem uma com madeira. A princípio, no treinamento, nos eram dadas armas de madeira – eu não gostava disso, eu queria as de verdade, que matavam. Eu queria lutar e morrer por uma causa. Mas foi só após me juntar ao conflito que eu

⁵¹ No original: “A 10-year-old can learn the basics within 30 minutes”.

⁵² No original: “(i) Revolvers and self-loading pistols; (ii) Rifles and carbines; (iii) Sub-machine-guns; (iv) Assault rifles; (v) Light machine-guns”.

⁵³ No original: “(i) Heavy machine-guns; (ii) Hand-held under-barrel and mounted grenade launchers; (iii) Portable anti-aircraft guns; (iv) Portable anti-tank guns, recoilless rifles; *(v) Portable launchers of anti-tank missile and rocket systems; (vi) Portable launchers of anti-aircraft missile systems; (vii) Mortars of calibres of less than 100 mm”.

⁵⁴ Como mostra o seguinte depoimento: “You got like a buzz when you done it, like I don’t know, all the adrenalin and all. Like when you pick the gun up - Billy, boy, Northern Ireland” (BRETT; SPECHT, 2004, p.40).

⁵⁵ De acordo com o relato: “Me and my mates had a good laugh. Just chilled out and everything. I enjoyed playing around with the guns and stuff like that. Stephen, United Kingdom” (BRETT; SPECHT, 2004, p.61).

aprendi sobre a verdadeira causa - Gajathukan, Sri Lanka. (BRETT; SPECHT, 2004, p. 60, tradução nossa)⁵⁶.

Porém, mesmo com as dificuldades que o armamento pesado traz, as crianças já eram utilizadas há séculos (ROSEN, 2005). Assim, explicar o recrutamento de crianças-soldado pela facilidade de obter armas leves não abarca a complexa realidade dessas crianças. Elas não são empregadas apenas nas linhas de batalhas, portando armas. A função da criança-soldado abrange trabalhar como espiã, cozinheira, escrava sexual. Isto é, inclui funções que independem do tipo de armamento usado.

Essas crianças que não estão na linha de frente podem passar despercebidas pelos estudiosos dos conflitos armados e mesmo pelas notícias e imagens que circulam sobre os conflitos. Contudo, elas não deixam de desempenhar um papel – não menos importante – e são partes integrantes dos grupos não-estatais e forças armadas nacionais. A proliferação de armas leves e a suposta mudança na natureza dos conflitos são fatores explicativos marginais que ecoam uma visão estreita acerca das crianças-soldado e do que são os conflitos do pós-Guerra Fria. Essa visão, além de ser insuficiente, subtrai o papel das outras crianças que não portam armas e ignora a história das crianças nos conflitos armados. Ademais, acaba atribuindo a responsabilidade do emprego de crianças-soldado somente aos “Estados Falhados” que passam pelas “Novas Guerras”.

Até mesmo dizer que houve aumento no número de crianças-soldado no pós-Guerra Fria é vago e impreciso (GATES; REICH, 2010). Nos faltam métodos para quantificar as crianças-soldado e dados dos conflitos de anos anteriores, de antes e durante a Guerra Fria.

A argumentação em torno das “Novas Guerras”, apesar de ser importante, apresenta algumas limitações. O ideal de mudança na natureza dos conflitos é problemático porque idealiza os conflitos do passado como sendo controlados e disciplinados, travados em nome de ideias políticas. Paralelamente, enxerga os conflitos do final do século XX e século XXI, não como resultado de disputas que vinham sendo incubadas durante a Guerra Fria, mas como guerras criminosas motivadas por lucro, ganância e violência e comandadas por senhores da guerra, milícias, grupos paramilitares e governos desestruturados.

Vejamos, a seguir, mais consequências de pensar as crianças-soldado com base nesse modelo de conflito.

⁵⁶ No original: “From childhood, I liked guns. All the children play with guns and if they can’t buy one, they make one with wood. At first, in training, we were given wooden guns—I did not like that, I wanted the real ones that kill. I wanted to fight and die for a cause. But it was only after joining that I learned about the real cause.”

4.3 (Ir)racionalidade e barbarismo

Alguns conflitos do final do século XX e início do século XXI ganharam notoriedade pela violência e ameaça à população civil. Podemos mencionar as amputações em Serra Leoa, canibalismo na Libéria e violência contra as crianças em diversos conflitos. Imagens e histórias de atrocidades ocorridas durante conflitos armados ganharam conhecimento público.

A dificuldade de explicar o motivo pelo qual esses fenômenos ocorreram levou alguns autores a associá-los com expressões de barbarismo, selvageria, brutalidade e irracionalidade, em que a guerra não era vista com um fim político, mas como um ato de violência em si mesma (ENZENSBERGER, 1994; IGNATIEFF, 1998; KAPLAN, 1994). Argumentamos que essa visão faz com que o emprego de crianças-soldado seja visto como mais uma expressão do barbarismo e irracionalidade de algumas regiões subdesenvolvidas do mundo, retratando-as como “menos civilizadas” e mais passíveis de serem corrigidas por um modelo de governança.

No pós-Guerra Fria, um dos expoentes dessa argumentação é Robert Kaplan (1994). O argumento central desse autor é que questões ambientais, escassez de recursos, crescimento populacional, juntamente com a transformação da guerra, iriam moldar a política mundial. A África Ocidental era um símbolo desses verdadeiros perigos:

Doenças, superpopulação, crime sem motivo, escassez de recursos, as migrações de refugiados, o aumento da erosão do Estado-Nação e das fronteiras internacionais, e o empoderamento dos exércitos privados, empresas de segurança e os cartéis internacionais de drogas estão agora claramente expostos através de um prisma da África Ocidental (KAPLAN, 1994, n.p., tradução nossa)⁵⁷.

O argumento de Kaplan é que Serra Leoa tornou-se o microcosmo do que estava acontecendo no mundo subdesenvolvido: conflitos tribais, acirramento de conflitos, questionamento da autoridade do Estado e doenças. Ele defende que a guerra não é necessariamente um meio para obter algo, mas um fim em si mesma “[...] em lugares onde o Iluminismo Ocidental não penetrou e onde sempre houve pobreza em massa, as pessoas acham liberação na violência” (KAPLAN, 1994, n.p., tradução nossa)⁵⁸. Kaplan segue seu raciocínio afirmando que a agressão física é parte da natureza humana e que “preocupar-se com minas e

⁵⁷No original: “Disease, overpopulation, unprovoked crime, scarcity of resources, refugee migrations, the increasing erosion of nationstates and international borders, and the empowerment of private armies, security firms, and international drug cartels are now most tellingly demonstrated through a West African prism”.

⁵⁸No original: “[...] in places where the Western Enlightenment has not penetrated and where there has always been mass poverty, people find liberation in violence”.

emboscadas liberta [o humano] de se preocupar com detalhes mundanos da existência diária” (KAPLAN, 1994, n.p., tradução nossa)⁵⁹. O autor ainda recorre a Van Creveld (1991) – analista das mudanças na guerra – para dizer que os conflitos interestatais estão se tornando cada vez mais raros e que a guerra em lugares como Libéria, Serra Leoa, Somália e Balcãs é cada vez menos política.

Kaplan (1994) até chega a citar que a configuração do mundo pós-Guerra Fria é resultado de anos de práticas colonialistas, que o próprio conceito de fronteira é um conceito da modernidade e que o Estado é um conceito ocidental, porém não se aprofunda nesses pontos.

O que esse autor defende em seus estudos é revigorar e trazer para o final do século XX um pensamento colonial sobre a África que não desapareceu, continuou e continua presente, em maior ou menor grau, nas análises sobre o continente⁶⁰. Mesmo nos séculos XX e XXI, esse discurso não difere muito das narrativas coloniais que descreviam a região como habitada por bárbaros. A crença de que corrupção, tribalismo e conflitos étnicos são fatores intrínsecos à África, e que as sociedades africanas são incapazes de formarem Estados viáveis sugere que os problemas encontrados nesse continente – apesar de serem encontrados também em outros lugares – trazem uma combinação especialmente perigosa (SMITH, 2005).

Kalyvas (2001) pontua, por exemplo, que a pilhagem é um elemento recorrente das guerras civis, em geral, incluindo aquelas com clara influência ideológica como as revoluções chinesa e russa e rebeliões anticoloniais. Até mesmo os membros da Revolução Francesa eram descritos pelos seus contemporâneos como “assaltantes, vagabundos, ladrões, hooligans cruéis e sanguinários”⁶¹ (KALYVAS, 2001, p.40). A tendência a subtrair o fator político e ideológico dos conflitos também é uma forma de deslegitimá-los, uma vez que os esvazia de significado e indica a violência – e não as ideias – como força motriz de algumas lutas.

Kalyvas (2001) cita Serra Leoa, que chegou a um acordo de paz em 1999. Porém, tal acordo enfrentou oposição daqueles – muitos ativistas de Direitos Humanos, jornalistas e

⁵⁹ No original: “worrying about mines and ambushes frees you from worrying about mundane details of daily existence”.

⁶⁰ Rosen (2013) lembra, de forma pertinente, que essa visão da África remete à obra “Coração das Trevas” (*Heart of Darkness*), de Joseph Conrad. Trata-se de um romance do começo do século XX que descreve o trabalho de um inglês na África, opondo a civilização da Europa com a realidade do continente africano, ressaltando a “missão civilizadora” na África e a desumanização dos habitantes locais. O discurso sobre a África Ocidental é cercado por dicotomias como ordem/anarquia; civilização/barbárie; eu/outro. Conforme Matthews e Solomon: “Muitos discursos ocidentais sobre a África consistem em uma identificação de problemas africanos, um diagnóstico sobre a possível causa e sugestão de soluções para estes problemas. O tom de tal discurso remete ao tom de um médico que visita um paciente enfermo, em uma posição de autoridade e conhecimento superior, diagnosticando uma doença e recomendando uma cura” (MATHEWS; SOLOMON, 2003, p.5, tradução nossa).

⁶¹ No original: “highwaymen, vagrants, robbers, vagabonds, and vicious, bloodthirsty hooligans”.

formadores de opinião – que consideravam os rebeldes como “criminosos violentos” e não “revolucionários políticos”. As análises que retiram o fator político dos conflitos acabam colocando maior peso explicativo nos atos de violência e na irracionalidade das atitudes das partes beligerantes. Isso dificulta a leitura mais atenta do significado dos conflitos, rebeliões, lutas e reivindicações que acabam sendo simplificadas. Isso também implica no risco de adotar uma visão elitista dos conflitos armados com o objetivo de deslegitimar alguma reivindicação das partes que lutaram (KALYVAS, 2001).

Soma-se a isso, o fato de que o entendimento do que é a violência é relativizado. Cria-se uma hierarquia do que é considerado violento e o que é tolerado. Por exemplo, a morte de vários civis por ataques a bomba – como na Segunda Guerra Mundial – parece ser mais tolerada do que atos também cruéis como as amputações de civis durante os conflitos armados de Serra Leoa. Contudo, na prática, ambas as situações constituem casos graves de violência contra civis e não cabe hierarquizar o sofrimento humano (KALYVAS, 2001).

Ainda assim, o mesmo sofrimento humano parece ser categorizado de acordo com uma lógica que reforça a desumanização de alguns povos e a convivência com atos igualmente violentos de outros contextos. Nesse sentido, Rosen (2015) assevera que as representações das crianças-soldado são majoritariamente destinadas à audiência ocidental e tendem a ver o emprego de crianças-soldado e os lugares nos quais elas são empregadas ainda com olhos dos séculos XVIII e XIX, de modo estigmatizado, refletindo um discurso antigo sobre a África. Assim, ocorre uma “africanização” dos estudos sobre crianças-soldado que se focam, sobretudo, nos problemas desse continente na década de 1990.

Alguns estudiosos passaram a direcionar suas análises para contra-argumentar a ideia de brutalidades sem sentido nas guerras e, mais especificamente, de que a utilização de crianças-soldado seria mais um ato irracional. A estratégia usada por muitos desses analistas é racionalizar a guerra e desvendar as estratégias por trás do emprego da violência (BAAZ; STERN, 2008; PETERS; RICHARDS, 1998; RICHARDS, 1996).

Paul Richards (1996) destina sua análise à crítica do que ele chama de “Novo Barbarismo”. Os pontos centrais do “Novo Barbarismo” sustentam que as identidades culturais são fixas e duráveis, portanto conflitos culturais são prováveis; que a natureza da guerra no pós-Guerra Fria está mudando; e que a competição por recursos naturais provoca conflitos violentos e apolíticos.

Richards (1996) recorre a relatos de crianças-soldado envolvidas no conflito de Serra Leoa. O autor salienta que a juventude rebelde da Frente Revolucionária Unida (*Revolutionary United Front*, RUF na sigla em inglês) estava longe de ser constituída por criminosos tribais,

ou seja, não era motivada pura e simplesmente pelo “Novo Barbarismo”. Pelo contrário, os jovens e crianças possuíam senso político e ideológico que os levava a lutar, visto que foram socialmente excluídos da proteção do Estado. Juntar-se a RUF era, pois, uma forma de reivindicar novas condições de vida e sair da marginalização. O conflito não seria resultado de barbarismo, tampouco de violência sem motivo. Por exemplo, o autor argumenta que a prática de decepar as mãos de civis, além de coagir e espalhar o medo, era uma forma de tornar essas pessoas fisicamente incapazes de aderir às tropas do governo. Consistia, portanto, em uma maneira de enfraquecer a parte governista.

De modo semelhante a Richards, Peters (2011) também analisa o conflito em Serra Leoa por meio de depoimentos de crianças-soldado e converge com Richards a respeito da racionalidade do conflito e da consciência dessas crianças acerca da realidade política do país, na época do conflito. Peters ainda complementa Richards ao reforçar que Serra Leoa passava por uma crise rural com crescente tensão entre donos de terra e a juventude rural marginalizada, reforçada pelo colapso do Estado patrimonial.

Porém, uma das críticas dirigidas a Richards e, em menor grau a Peters, é que, ao se concentrar em refutar a tese do “Novo Barbarismo”, o autor acaba idealizando os rebeldes e entendendo suas ações com base na propaganda que eles faziam deles mesmos (ADEDEJI, 1999). Richards defende que as táticas do conflito foram “diabolicamente bem calculadas” a fim de reivindicar igualdade e liberdade contra a opressão do governo. Em outras palavras, o autor é mais conivente com as ações da RUF, pois as enxerga no contexto de luta por objetivos políticos. Ainda assim, é um esforço válido para mostra que, além de interesses econômicos e uso da violência, existem reivindicações políticas nesse conflito.

Na mesma linha argumentativa de tentar racionalizar os conflitos armados, alguns autores dedicam-se a explicar dois fatores essenciais e, por vezes, antagônicos: a ganância, ou seja, o lucro que os conflitos armados proporcionam para algumas partes beligerantes; e a injustiça do contexto social que faz emergir a guerra (no inglês, esses dois fatores são resumidos pelas palavras *greed* e *grievance*, respectivamente) (BERDAL; MALONE, 2000). A ganância pode levar às partes beligerantes a verem os conflitos armados como meios de sobrevivência, e até mesmo lucro, em regiões pobres. Logo, os incentivos econômicos para a violência estariam por trás das guerras e funcionariam como engrenagens destas, uma vez que perpetuam relações econômicas vantajosas – que envolvem também atores transnacionais como empresas que exploram “minerais de sangue” e o tráfico de armas, por exemplo. A ganância causaria roubos, pilhagem, saques, mortes, enfim, os atos de violência contra os civis. Apesar de ser interessante explorar as relações econômicas e comerciais que sustentam os conflitos armados, essa

abordagem pode acabar superestimando a ganância como causa dos conflitos (como se o conflito em Serra Leoa, por exemplo, se resumisse a uma disputa por diamantes) (BERDAL; MALONE, 2000; COLLIER; HOFFLER, 2004).

Não menos importante, a injustiça (*grievance*) enfoca outros fatores que motivariam os indivíduos a tomarem parte nos conflitos – como questões de etnia, religião e aspectos sociais. As desigualdades sociais impulsionariam a revolta da população que buscaria no conflito uma forma de reparar essas falhas e construir novas realidades (BERDAL; MALONE, 2000).

Os argumentos em tono de *greed* e *grievance* trazem análises interessantes. Excluir um aspecto ou outro pode resultar em explicações pouco aprofundadas do motivo pelo qual as pessoas – adultos e crianças – participam do conflito.

Contudo, a discussão sobre *greed* e *grievance*, muitas vezes, dá-se mais em torno dos componentes adultos das partes beligerantes. A criança não é a protagonista das problemáticas que estão sendo postas sobre os conflitos. Esse papel é deixado para os senhores da guerra, os rebeldes, os governantes, os militares. Isso nos mostra que a bibliografia sobre crianças-soldado não é apenas sobre as crianças-soldado, mas sim sobre o universo de atores que as envolve: os “Estados Falhados” e os grupos não-estatais.

Enxergar o uso de crianças-soldado apenas como um ato de violência das partes beligerantes não explica a realidade do emprego de crianças em muitos casos. Mais do que uma explicação insuficiente, esse argumento estabelece o emprego de crianças-soldado como algo intrínseco de lugares considerados primitivos, subdesenvolvidos socioeconomicamente, que refletem o Sul Global. O peso explicativo da utilização de crianças em conflitos armados é transferido para o subdesenvolvimento socioeconômico dessas regiões – enfatizando aspectos como *greed* e *grievance* – e legitimando a exportação de modelos econômicos e políticos que corrigiriam essas falhas e salvariam as crianças.

4.4 Questões socioeconômicas

Frequentemente, a falta de estrutura socioeconômica de um país é apontada como uma das causas do emprego de crianças-soldado – com destaque para os índices de pobreza (HONWANA, 2006; MACHEL, 1996; SINGER, 2001). Contudo, ainda faltam mais análises empíricas que mostrem essa relação. Não é possível afirmar categoricamente que o emprego de crianças-soldado é fruto direto dos Estados pobres ou “Estados Falhados”.

Ainda assim, a hipótese de que a utilização de crianças-soldado está diretamente relacionada com as “falhas” do Estado é reproduzida por parte da bibliografia e isso traz três

consequências. Primeiro, direciona o foco da discussão não para as crianças, mas para como os “Estados Falhados” constituem ameaças. Segundo, estigmatiza a criança-soldado como um produto de Estados incapazes de prover proteção às crianças, enquanto outros casos de militarização e de violência contra as crianças permanecem em segundo plano. Terceiro, aprofunda as divisões entre os tratamentos das crianças do Norte e do Sul. Por conseguinte, a criança é instrumentalizada e objetificada como um apetrecho retórico do Norte sobre o Sul.

O que motiva as pessoas – adultos e crianças – a participarem de conflitos armados é um questionamento recorrente. No caso das crianças, há o diferencial de elas serem consideradas particularmente vulneráveis à manipulação e ao sequestro. Em um contexto de condições socioeconômicas precárias que impossibilitam o acesso à saúde, educação e lazer, as crianças, por ainda estarem em processo de formação, ficam ainda mais expostas aos riscos de serem recrutadas.

No caso do emprego de crianças-soldado, parte da bibliografia sugere que, em um Estado com poucas condições de fornecer qualidade de vida a seus cidadãos, o emprego de crianças-soldado representa menos custos para as partes beligerantes, visto que as crianças poderiam receber menores salários ou nenhuma recompensa. Assim, partes em conflito que não possuem muitos recursos financeiros, militares e humanos estariam mais propensas a utilizarem crianças, pois elas seriam vantajosas economicamente: conseguem desempenhar funções no conflito e não custam tanto quanto adultos (GATES; REICH, 2010).

O emprego de crianças em grupos armados não-estatais e forças armadas nacionais traria vantagens econômicas imediatas não apenas para quem as emprega, mas para as próprias crianças. Enxergando sob a perspectiva das crianças-soldado, seria uma forma de obter vantagens econômicas imediatas, sobreviver ou mesmo uma maneira de se sentirem protegidas, conforme vimos no começo do capítulo (SPRINGER, 2012).

Contudo, dada a diversificação de casos de emprego de crianças-soldado, é difícil estabelecer relações causais generalizantes e colocar a pobreza como um fator determinante. É importante notar que os tipos de atores que recrutam crianças não são homogêneos em estrutura, recursos financeiros e militares, pessoal e preparação. Então, os benefícios que cada grupo encontra em empregar as crianças são plurais. Outra dificuldade encontrada é como definir e medir a pobreza, o subdesenvolvimento e as condições socioeconômicas negativas que cercam as crianças. Alguns critérios como Produto Interno Bruto (PIB) per capita, taxa de educação secundária dos homens e taxa de mortalidade infantil já foram utilizados como medidas que expressam as condições de um Estado (COLLIER; HOEFFLER, 2004).

Embora governos e grupos paramilitares possam recrutar menores de idade em épocas nas quais não estão ocorrendo conflitos – ou seja, em tempos de paz negativa – parte da utilização de crianças em atividades militares dá-se durante conflitos armados. Vargas e Restrepo-Jaramillo (2016) argumentam que o fator determinante do emprego de crianças é mais a guerra em si e menos o grau de desenvolvimento socioeconômico. As guerras civis fragmentam as famílias, desgastam os meios de subsistência e promovem um ambiente militarizado (BRETT; SPECHT, 2004, p. 123). De acordo com o estudo de Vargas e Restrepo-Jaramillo sobre a Colômbia, o recrutamento é mais provável de acontecer em regiões mais pobres, com difícil acesso à educação e onde há plantações de coca.

Achvarina, juntamente com um grupo de pesquisadores (ACHVARINA; REICH, 2006; ACHVARINA et. al., 2007), realizou importantes estudos para traçar as relações entre pobreza e recrutamento de crianças-soldado no continente africano. Como forma de medir a pobreza de forma mais precisa, o estudo de 2007 fez uma diferenciação entre pobreza absoluta e pobreza relativa em sub-regiões africanas, com base em dados de 1990 a 2004. Assim, concluíram que, de fato, a pobreza influencia o número de crianças que são recrutadas voluntariamente. Porém, por si só, o fator pobreza não é capaz de explicar o grande número de crianças empregadas em algumas sub-regiões da África. Outras sub-regiões igualmente pobres não apresentavam tamanho recrutamento (ACHVARINA et. al., 2007).

Uma contribuição relevante do estudo é atentar-se para as variações subnacionais de pobreza, visto que os índices nacionais de pobreza absoluta podem ser imprecisos. Mesmo em regiões com baixa desigualdade, há diferenças de taxas de pobreza e riqueza dentro de um mesmo território⁶².

Com base nesses dados e nesse desenho de pesquisa, concluíram que a mera presença de grupos armados não é suficiente nem necessária para que o recrutamento de crianças ocorra em um determinado local. A investigação mostra que a pobreza é importante: quando outros fatores são mantidos estáveis, observa-se mais crianças recrutadas em municípios mais pobres. No entanto, eles descobriram que a falta de serviços básicos não era um fator de risco estatisticamente significativo. Não foi encontrado apoio para uma relação entre a pobreza

⁶² A mortalidade infantil tem sido usada como alternativa para o PIB per capita ou medidas similares em estudos quantitativos na literatura sobre conflitos armados. O estudo cruzou dados socioeconômicos locais das pesquisas com os dados registrados geograficamente sobre a localização do recrutamento de soldados. Como citado, o estudo cobre o período de 1990 a 2004, portanto ainda há a necessidade de mais pesquisas que mostrem dados mais atualizados para verificarmos se essas relações são mantidas ou não. Lembramos ainda que essa investigação concentra-se em regiões do continente africano. Análises semelhantes sobre as crianças-soldado de outras partes do mundo, como Oriente Médio, Ásia e América Latina, fazem falta.

absoluta – medida pela mortalidade infantil – e o recrutamento de crianças-soldado (ACHVARINA et. al., 2007). Assim como em outros países, as crianças-soldado, muitas vezes, vêm de famílias e zonas pobres, mas um elo causal entre a pobreza e o recrutamento infantil ainda está por ser estabelecido.

Por mais que essa análise seja passível de questionamentos, ela ainda representa um esforço significativo de buscar desmistificar alguns estudos sobre crianças-soldado. Nesse sentido, ainda faltam mais trabalhos semelhantes, que buscam, por meio da compilação e análise de dados quantitativos, contestar fatores exaustivamente repetidos como causas do emprego de crianças-soldado. Além disso, não são muitas as análises que buscam elucidar outros fatores que podem colocar em risco as crianças.

Achvarina e Reich (2006), por exemplo, enxergaram uma outra questão que ajudaria a explicar o recrutamento de crianças, pelo menos nas partes do continente africano analisadas: o grau de acesso obtido pelas partes beligerantes aos campos de refugiados. Muitas crianças nesses campos são órfãs e ficam mais suscetíveis a serem sequestradas ou mesmo convencidas a juntarem-se ao conflito. De acordo com o estudo, uma região com campo de refugiados tem quase seis vezes mais chances de experimentar recrutamento de soldados infantis do que uma região sem tais campos (2,2% contra 12,6%). Por mais que essa relação possa ser verdadeira para o continente africano, existem casos de utilização de crianças que não estão localizados próximos de campos de refugiados, como é o caso da Colômbia. Portanto, o estudo mostra uma pista importante sobre um fator explicativo relativo a partes da África, mas que ainda não pode ser generalizado para analisar outras regiões do mundo.

Outro aspecto que não é muito explorado nas análises sobre crianças é o tipo de educação que recebem. A questão não é apenas se as crianças têm acesso ou não à escola, mas que tipo de educação lhes é oferecida. O Estado Islâmico do Iraque e da Síria⁶³, por exemplo, provocou mudanças nos currículos das escolas do Iraque, de forma que crianças de diferentes idades já recebem uma educação extremista, com base em doutrinação e violência desde cedo (CNN, 2017). Ou seja, já são inseridas na cultura militar do Estado Islâmico – tendo contato com treinamento militar e armas – e são condicionadas a obedecer às ordens do grupo. As

⁶³ O crescimento do Estado Islâmico e o estabelecimento de um califado são relativamente recentes (por volta de 2014) e ainda nos faltam estudos mais robustos e análises sobre suas crianças. Por isso, não vamos nos prender às particularidades desse caso. Ainda assim, meios de comunicação internacionais vêm divulgando reportagens sobre o tema, abordando a doutrinação e violência ensinada às crianças e o que fazer para deter essa prática. Sobre a temática, ver: documentário “*Children of the Caliphate*” (2016); *Children of the Caliphate: victims or threat?* (2017), disponível em: <<https://www.lawfareblog.com/children-caliphate-victims-or-threat>>; *Children of the Caliphate: What to do about kids born under ISIS* (2016), disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/levant/2016-11-22/children-caliphate>>; *Children of the Caliphate* (2014), disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2014/10/24/children-of-the-caliphate/>>.

crianças são usadas, então, como ferramentas para espalhar o medo, haja vista a ampla divulgação de imagens e vídeos com crianças praticando atos de violência. É uma forma de o grupo mostrar que possui recursos humanos para atuar durante décadas.

É ineficaz fornecer mais educação quando esta é sinônimo de incentivo à violência. Assim, mesmo em Estados mais ricos, desenvolvidos e democráticos, pode haver um ambiente que incentiva a violência: no ensino nas escolas, no incentivo ao porte e uso de armas, na cultura de educação militarizada, na idealização da vida nas forças armadas e grupos armados, na glorificação da doutrinação militar como única forma possível de disciplina e educação, na urgência em entrar para as forças armadas ou grupos armados mesmo antes dos 18 anos. Dessa forma, mesmo na ausência de conflitos armados, as crianças podem estar envolvidas em um ambiente de “militarização da infância” e serem incentivadas a cometer e apoiar atos violentos (BEIER, 2011).

A naturalização da violência e do acesso às armas ocorre em diferentes países, porém não constitui um ponto tão abordado nas análises sobre crianças, justamente porque, muitos desses lugares que presenciam esse fenômeno não estão, de fato, presenciando um conflito nos moldes das “Novas Guerras”. A relativa prosperidade de um Estado pode até camuflar esse contexto e criar a ilusão de que crianças em países com maior grau de desenvolvimento e com acesso à escola estão necessariamente mais seguras.

Enquanto em países do Norte a iniciação da criança na vida militar pode ser vista como empoderadora, no Sul, o mesmo movimento é visto como um sinal da perda da inocência da criança. Assim, a representação das crianças-soldado é uma forma de construir argumentos políticos e morais sobre os atores em conflito e, sobretudo, de reforçar as relações de poder entre Norte e Sul (HART, 2006). A oposição entre as crianças do Norte e as crianças do Sul representa uma “[...] metáfora para diferenças sociais, culturais, políticas e étnicas mais amplas entre nós e eles” (LEE-KOO, 2011, p. 735)⁶⁴.

Nessas guerras, como vimos, o Sul e as partes beligerantes são construídos como bárbaros, irracionais e anômalos, ou seja, como “Estados fora da lei” e, portanto, um local de abuso infantil que carrega um apelo moral. É como se existisse a missão neocolonial e paternalista e a obrigação moral de intervir em nome das crianças do Sul que estariam sob ameaça. O que estaria ameaçado não seria apenas a criança, mas a própria noção de infância, construída socialmente ao longo de anos e que reflete o modelo de Estado liberal e reforça a vitimização da criança (LEE-KOO, 2011; MACMILLIAN, 2009; MARTINS, 2011).

⁶⁴ No original: “[...]metaphor for broader social, cultural, political and ethnic differences between us and them”.

Lee-Koo (2011) cita o exemplo das crianças do Talibã, no Afeganistão, no contexto da onda de intervenções nesse país. As crianças-soldado de tal Estado foram usadas pela audiência estadunidense como um dos fatores que reforçava o caráter intervencionista da ação dos Eua e a rotulação do Talibã como o inimigo a ser combatido. Então, o foco da questão não é a criança, mas a imagem que se pretende passar de quem as emprega. Como mencionamos no capítulo 2, historicamente, a criança foi retirada da esfera política, sendo idealizada como um ser inocente e passivo. Isso facilitou a instrumentalização das crianças como objetos que reforçavam o dever moral de intervenção. Acrescentamos à reflexão de Lee-Koo que a inclusão do emprego de crianças-soldado na agenda de Segurança reforça a lógica de ver aqueles que empregam crianças-soldado como inimigos e de ver a criança apenas como vítima, subestimando sua capacidade de ação (HUYNH; D’COSTA; LEE-KOO, 2015; LEE-KOO, 2011).

O problema de análises que se focam excessivamente na pobreza e subdesenvolvimento como fatores causais para o emprego de crianças-soldado é que elas reforçam a ideia do subdesenvolvimento como uma ameaça a ser combatida, o que fortalece a retórica securitária em nome de intervenções e do uso da força.

O Sul Global é mostrado como sendo incapaz de ter alguém que cuide das suas crianças. Então, o Norte aparece como aquele que vai resgatar as crianças e ensinar a protegê-las, por meio de instituições e práticas, de profissionais que fazem parte da rede do humanitarismo liberal.

Nesse sentido, as crianças-soldado do Sul podem ser vistas como a personificação do fracasso dos Estados subdesenvolvidos que não foram exitosos em adquirir um determinado nível de civilidade que possibilitasse a proteção das crianças. Dizemos isso com base na maneira pela qual a criança-soldado do Sul é representada: ela reflete o imaginário colonial de relações de poder globais, no qual o Sul é como se fosse uma criança que precisa de ajuda, que precisa ser salva (LEE-KOO, 2011). Logo, quando analisamos a criança-soldado não podemos fazê-lo sem analisar também o contexto de relações Norte-Sul. A discussão bibliográfica sobre a criança-soldado não é apenas sobre a criança em si, mas sobre as relações de poder em que estão inseridas.

4.5 Considerações sobre as narrativas na bibliografia

Neste capítulo, vimos que a bibliografia sobre crianças-soldado preocupa-se em apontar quais fatores explicariam o emprego dessas crianças, principalmente a partir dos anos de 1990. Nessa busca, frequentemente, são citados alguns fatores que, neste trabalho, resumimos em: treinamento, recrutamento e doutrinação de crianças; a influência das armas leves e baratas

que seriam mais facilmente utilizadas por crianças; a irracionalidade e o barbarismo dos conflitos e das partes beligerantes que empregam crianças e o baixo desenvolvimento socioeconômico de algumas regiões que levaria ao emprego de crianças-soldado.

Todos esses pontos, de fato, são respaldados por entrevistas com crianças-soldado e por eventos históricos como conflitos no continente africano em que foi presenciado a utilização de crianças-soldado.

Portanto, as narrativas apresentadas baseiam-se em fatos. Porém, elas selecionam esses fatos para montar argumentações que acabam associando fortemente o uso de crianças-soldado aos conflitos armados do pós-Guerra Fria. Como essa associação é repetida em diversos estudos importantes sobre o tema, ela se fortalece como uma narrativa dominante na bibliografia.

Não negamos, todavia, que essa narrativa é importante e é constituída por aspectos visíveis nos conflitos armados contemporâneos como disponibilidade de armas menos pesadas a preços mais acessíveis, existência de diversos grupos armados não-estatais e violência que atinge a população civil.

Contudo, outros aspectos igualmente importantes parecem ser citados e analisados com menos frequência. É o caso de crianças que são alistadas e recrutadas em países do Norte – como Reino Unido e Irlanda do Norte – a falta de comprometimento de países com os direitos da criança – a exemplo dos EUA que vem ignorando a ratificação da CDC – e a glorificação da vida militar que também impacta negativamente o bem-estar da criança. Assim, a criança-soldado, além de ter múltiplas funções, está presente em diversas realidades.

Ainda não podemos afirmar que existe uma contranarrativa sobre as crianças-soldado consolidada, no entanto vimos que existem estudos cada vez mais aprofundados que procuram, primeiramente, desmistificar algumas afirmações que são repetidas sobre as crianças-soldado e, posteriormente, traçar novos caminhos para entender o tema. Percebemos que esses novos caminhos vão justamente na direção de enxergar o uso de crianças-soldado de forma mais ampla que apenas um problema associado aos países em desenvolvimento e enxergar que cada país, de acordo com o contexto em que vive, produz riscos para as crianças e as associa a atividades bélicas.

5. O TRABALHO DA ONU SOBRE CRIANÇAS-SOLDADO

Ao longo do capítulo 3, mencionamos algumas iniciativas que o sistema da ONU promoveu a fim de proteger as crianças, em especial, as crianças envolvidas em conflitos armados.

Retomando esse histórico, vimos que, em 1946, o Unicef foi criado como resposta para a época de pós-Segunda Guerra Mundial. Em 1964, em plena Guerra Fria, essa agência da ONU teve sua missão reformulada, passando a abarcar o desenvolvimento das crianças como um caminho necessário para alcançar o desenvolvimento nacional e mundial (STEIN, 2007; UNICEF, 2018).

Em 1996, foi publicado o Relatório Machel que alertava para os impactos negativos dos conflitos armados nas crianças e para o emprego de crianças nas hostilidades (MACHEL, 1996). E em 1997, os Princípios e Compromissos da Cidade do Cabo utilizaram o termo criança-soldado para se referir às crianças recrutadas nos conflitos armados dessa década, além de ressaltar a necessidade de impedir que menores de 18 anos sejam empregados durante as guerras (UNICEF, 1997).

Portanto, o sistema da ONU já estava envolvido em temas relativos à infância. A partir de 1999, quando a questão da proteção de crianças durante conflitos é incorporada formalmente na agenda do Conselho de Segurança, vemos o surgimento de mais mecanismos específicos para a proteção de crianças. O tema aparece como uma emergência internacional e, a partir do momento em que é abordado pelo viés securitário, parece ganhar maior importância em todo o sistema onusiano (UNSC, 1999).

Na nossa dissertação de mestrado analisamos como Unicef, Assembleia Geral, Conselho de Segurança e Secretariado abordavam a temática das crianças-soldado. Naquele trabalho, concluímos que, apesar de serem organismos distintos no sistema onusiano, com objetivos e missões diferentes, havia uma certa convergência na abordagem que esses órgãos utilizavam para tocar na temática Crianças e Conflitos Armados. Argumentamos que todos esses braços da ONU ressaltavam que o subdesenvolvimento socioeconômico das regiões mais pobres do mundo, assim como as mudanças nas características dos conflitos contemporâneos eram fatores determinantes para explicar o recrutamento das crianças-soldado (PAIVA, 2016).

Esses órgãos da ONU estudados convergem em ressaltar que o recrutamento de crianças é apenas uma das ameaças contra as crianças. Tais ameaças seriam multidimensionais, pois abarcariam também fatores como dificuldades de desenvolvimento humano, doenças, pobreza

e conflitos armados. Nesse sentido, o Unicef possui um trabalho de evidenciar, por meio de seus relatórios, os impactos que a pobreza e o subdesenvolvimento socioeconômico têm nas crianças, tornando-as mais suscetíveis a serem recrutadas. O Unicef, então, reforça a necessidade de desenvolver os Estados a fim de garantir a proteção das crianças. Já o Secretariado das Nações Unidas destaca-se por listar em seus relatórios as partes que recrutam crianças, bem como fazer recomendações ao CS. O Secretário-Geral desempenha um papel importante de cobrar os demais organismos da ONU para que mantenham o tema Crianças e Conflitos Armados na agenda da Organização (PAIVA, 2016).

Especialmente por meio do Unicef e do trabalho do Secretário-Geral, as Nações Unidas produzem relatórios que colhem e analisam dados referentes à infância no mundo todo, com especial atenção para países em desenvolvimento. Essa coleta de dados serve como um guia para medidas mais severas que podem ser sugeridas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança. A Assembleia-Geral ainda possui o papel de conclamar os Estados a reforçar a proteção da criança. Ademais, partiu da Assembleia a iniciativa de estabelecer um Representante Especial para o tema Crianças e Conflitos Armados (PAIVA, 2016).

Notamos ainda que, no âmbito onusiano, a função do Conselho de Segurança é significativa, pois o organismo possui maior poder de constranger os Estados e grupos armados a adotarem as medidas sugeridas para a erradicação do emprego de crianças-soldado. A análise do CS e de seus relatórios sobre Crianças e Conflitos Armados nos possibilitou observar como associar esse tema à esfera da Segurança acaba conferindo maior importância para o emprego de crianças como soldados. Por exemplo, na resolução 1539 de 2004, o Conselho manifestou pela primeira vez a possibilidade de impor sanções contra partes beligerantes que violem os direitos das crianças (UNSC, 2004).

Portanto, na nossa dissertação de mestrado concluímos que importantes organismos das Nações Unidas que abordam a temática das crianças-soldado explicitam a ligação entre pobreza, subdesenvolvimento, proliferação de armas leves e conflitos armados como principais fatores para explicar o emprego de crianças. Entretanto, a organização deixa em segundo plano outras questões que não são bem aprofundadas em suas análises, tais como a origem do fluxo de armas leves que alimentam os conflitos nos quais as crianças são empregadas; a rede complexa de atores estatais e não-estatais que participam dos conflitos e envolvem até mesmo grandes empresas de armamentos; o emprego de crianças em atividades militares em situações de conflito armado ou não; e um entendimento mais multifacetado do que é a infância. Dessa forma, pudemos observar que o emprego de crianças-soldado é fortemente associado aos conflitos que ocorrem nos países em desenvolvimento, sendo que os governos desses países

e/ou os grupos armados que agem nesses Estados são apontados como os responsáveis pelo uso de crianças-soldado (PAIVA, 2016).

Tendo em vista essa explicação das Nações Unidas e como forma de termos uma visão mais completa do trabalho de ONU⁶⁵, daremos continuidade à análise dessa organização por meio do aprofundamento em dois outros órgãos mais direcionados ao tema Crianças e Conflitos Armados: 1) Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados e 2) Grupo de Trabalho do Conselho de Segurança para Crianças e Conflitos Armados.

5.1 Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados

O Relatório Machel, que mencionamos anteriormente, apontava a necessidade de um especialista para monitorar e acompanhar a situação das crianças em conflitos armados. Seguindo essa recomendação, o mandato de Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados foi criado pela Assembleia Geral. O cargo simboliza a preocupação do sistema da ONU com a proteção das crianças em conflitos armados (UNGA, 1997b)⁶⁶. De acordo com a ONU, a função do representante especial é:

fortalecer a proteção das crianças afetadas por conflitos armados, aumentar a conscientização, promover a coleta de informações sobre a situação das crianças afetadas pela guerra e promover a cooperação internacional para melhorar sua proteção (OFFICE..., 2019a, n.p)⁶⁷.

O Representante Especial acompanha em campo as situações que ferem os direitos das crianças. Além disso, pode reportar essas situações ao Secretário-Geral e ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Os relatórios do Secretário-Geral sobre o tema Crianças e Conflitos

⁶⁵ Existem outros órgãos da ONU que também podem abordar, de forma mais pontual, o impactos dos conflitos armados nas crianças e o emprego de crianças-soldado. É o caso do Departamento de Operações de Paz e do Conselho de Direitos Humanos. Por exemplo, anualmente, o Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados submete um relatório ao Conselho de Direitos Humanos sobre os progressos feitos e os obstáculos enfrentados no que concerne à proteção das crianças em regiões afetadas por conflitos (OFFICE..., 2019a). Porém, no presente trabalho, nos focaremos em organismos que abordam mais diretamente o emprego de crianças-soldado, pois nos fornecem mais materiais e revelam mais sobre o trabalho das Nações Unidas.

⁶⁶ Os seguintes especialistas ocuparam esse mandato: Olara Otunnu (1997 a 2005), de Uganda; Radhika Coomaraswamy (2006 a 2012), do Sri Lanka; Leila Zerrougui (2012 a 2017), da Argélia; e Virginia Gamba, da Argentina, que iniciou seu trabalho em 2017. Observamos que os representantes possuem diferentes nacionalidades, todos representantes de países em desenvolvimento (OFFICE..., 2019b).

⁶⁷ No original: “to strengthen the protection of children affected by armed conflict, raise awareness, promote the collection of information about the plight of children affected by war and foster international cooperation to improve their protection”.

Armados – que foram analisados em nosso trabalho de mestrado – frequentemente citam a importante participação do Escritório do Representante Especial em acompanhar de perto a situação dos países listados por cometerem violações contra as crianças. Portanto, o Representante Especial possui a função de coletar informações, acompanhar casos de graves violações contra as crianças, além de exercer um trabalho diplomático de dialogar com políticos e autoridades importantes nos países em que essas violações ocorrem (OFFICE..., 2019a).

Assim, o Escritório do Representante Especial nasceu como forma de monitorar, expor e colocar fim a graves violações contra as crianças. O órgão conta com parcerias com governos e ONGs⁶⁸ que podem fornecer informações sobre as violações cometidas contra as crianças e ajudar nos programas de recuperação de crianças impactadas pelos conflitos armados (OFFICE..., 2019c).

Logo na primeira resolução do CS sobre Crianças e Conflitos Armados, em 1999, estabeleceu-se que o trabalho do Escritório iria girar em torno das chamadas Seis Graves Violações contra as crianças. Elas se resumem em: assassinato e mutilação de crianças; recrutamento e uso de crianças como soldados; rapto de crianças; ataques contra escolas e hospitais; negação de acesso a serviços humanitários para crianças; e exploração sexual de crianças (UNSC, 1999).

Leila Zerrougui, que ocupou o mandato de Representante Especial entre os anos de 2012 e 2017, resume o trabalho realizado da seguinte maneira:

Olhando para a década de 1990, ninguém pensava duas vezes antes de recrutar crianças-soldado. Agora, em todo o mundo, existe uma consciência real de que usar crianças-soldado é errado e que deve haver responsabilidade. Eu acho que essa é a grande história de sucesso do mandato (OFFICE..., 2016a, p.31, tradução nossa)⁶⁹.

De fato, houve mudanças gradativas na urgência e na importância conferida ao recrutamento de crianças. Ao longo da década de 1990 e no início do século XXI, o sistema das Nações Unidas foi desenvolvendo mecanismos de investigação, coleta de dados, acompanhamento e monitoramento das violações cometidas contra as crianças durante e após os conflitos armados (OFFICE..., 2016a; OFFICE..., 2017).

O trabalho do Escritório ressalta que as crianças se tornaram ainda mais vulneráveis devido à ausência de campos de batalha bem delimitados durante os conflitos, ao uso de táticas

⁶⁸ Essas parcerias são detalhadas no capítulo 6.

⁶⁹ No original: “When you look back to the 1990s no one thought twice about recruiting child soldiers. Now, everywhere in the world, there is real awareness that using child soldiers is wrong and that there should be accountability. I think that is the great success story of the mandate”.

de violência extrema e ao grande número e diversidade de grupos armados não-estatais. Isso significa que o Escritório acompanha a narrativa mais ampla da ONU de que há uma escalada de violência nos últimos anos, em especial, a partir da década de 1990. Tal escalada de violência atinge fortemente as crianças em países afetados por guerras, por isso a urgência em protegê-las (OFFICE..., 2016a). Essa ideia fica mais clara no trecho:

O horrendo impacto do conflito nas crianças era impossível de ignorar. Imagens gráficas de crianças-soldado, de meninos e meninas mortos e feridos, deslocados, tornaram-se características comuns na mídia. As populações civis, incluindo meninos e meninas, não estavam mais à margem do conflito, mas se tornavam vítimas diretas, pessoas em suas casas, nos corredores do governo e em todos os lugares se perguntavam: ‘O que podemos fazer para proteger melhor os milhões de crianças que crescem em países afetados pela guerra?’ (OFFICE..., 2016a, p. 31)⁷⁰.

Diante desse senso de urgência, em 2001, por meio da resolução 1379, o CS requisitou que o Secretário-Geral anexasse uma lista de partes beligerantes (Estados ou grupos não-estatais) que cometessem violações contra as crianças (UNSC, 2001).

Inicialmente, apenas as partes que recrutavam e usavam crianças nos conflitos armados foram incluídas nos anexos do relatório anual (UNSC, 2004). Porém, em 2009, 2011 e 2015, o CS determinou que as partes que matam e mutilam crianças; cometem violência sexual contra crianças; atacam hospitais e escolas; e raptam crianças também deveriam ser listadas. Ou seja, se as partes beligerantes cometessem qualquer uma dessas cinco violações, elas poderiam ser listadas nos anexos dos relatórios do Secretário-Geral (UNSC, 2009; 2011; 2015).

É importante ressaltar que o contexto internacional impacta o nível de emergência com que essas violações são tratadas. Por exemplo, o próprio Escritório lembra que os inúmeros casos de rapto de crianças realizados pelo *Boko Haram* – grupo não-estatal que atua na Nigéria e em outros países da África e Oriente Médio – geraram comoção e proporcionaram o momento ideal para uma ação do Conselho de Segurança. Nessa conjuntura, por meio da resolução 2225, de 2015, o CS solicitou ao Secretariado Geral que incluísse o rapto de crianças em conflitos armados como mais um dos motivos para listar as partes (UNSC, 2016a).

A partir do momento em que são listadas, as partes passam a ser monitoradas por meio do *Monitoring and Reporting Mechanism* (MRM), criado em 2005 pela resolução 1612. Tal

⁷⁰ No original: “The horrendous impact of conflict on children was impossible to ignore. Graphic images of child soldiers, of boys and girls killed and injured, displaced, had become common features in the media. Civilian populations, including boys and girls, were no longer on the margins of conflict, but becoming direct victims as conflict unfolded, people in their homes, in Government halls and everywhere asked: ‘What can we do to better protect the millions of children growing up in countries affected by war?’”

instrumento é uma maneira de acompanhar as violações contra as crianças em áreas de conflito armado e reportar os dados coletados ao CS (UNSC, 2005).

Anexado ao relatório do Secretário-Geral, segue um Plano de Ação que consiste em um acordo escrito e assinado pelas Nações Unidas e pelas partes listadas por empregar crianças. O documento consiste em apontar ações concretas e efetivas para que as crianças empregadas sejam libertadas. É uma forma de tentar convencer as partes beligerantes de que elas não devem empregar crianças, respeitando os documentos internacionais já existentes sobre a proteção da infância. Ou seja, é uma tentativa de fazer valer a legislação internacional. Além disso, é uma forma de prevenir futuras violações contra os direitos das crianças ao apontar que os adultos, além de não mais empregar crianças-soldado, devem ser julgados por essa prática. Para ser retirada da lista, a parte em conflito deve ser verificada pelas Nações Unidas, garantindo que as medidas acordadas no Plano de Ação foram tomadas (OFFICE..., 2018a)⁷¹.

O Escritório ressalta que essas medidas já resultaram em progressos na proteção das crianças como o fato de que “mais de 115 mil crianças-soldado foram libertadas desde 2000 como resultado dos Planos de Ação” (OFFICE..., 2016a, p.13)⁷². Em resumo, os números mostram que 64 partes em conflito já foram listadas por cometer uma ou mais violações contra as crianças: 9 são forças armadas nacionais e 55 são grupos armados não-estatais (OFFICE..., 2018a, p.2). Tais grupos aparecem como as principais ameaças a serem combatidas pelas Nações Unidas e, conforme a organização ressalta, são também as mais difíceis de serem controladas, por sua diversidade e complexidade (OFFICE..., 2018b).

Como exemplo da atuação com Estados e grupos armados, o relatório do Secretário-Geral submetido ao CS sobre o Afeganistão – documento que contou com contribuições do Representante Especial – identificava violações aos direitos das crianças nesse país no período entre 2015 e 2018. O texto apontou que grupos armados não-estatais como Talibã, *Haqqani Network*, *Hizb-i Islami* e *Islamic State in Iraq and the Levant-Khorasan Province* (ISIL-KP), além da Polícia Nacional Afegã – incluindo a Polícia Local Afegã – e do Exército Nacional Afegão empregavam crianças-soldado (UNSC, 2019a).

De acordo com o relatório:

A pobreza, o desemprego e o acesso limitado a serviços básicos, e a ausência de proteção social, foram fatores-chave para levar as crianças a se unirem às partes em conflito. A força-tarefa do país verificou o recrutamento e uso de 274 crianças (272 meninos e 2 meninas). No entanto, estima-se que o número real de crianças recrutadas

⁷¹ Até 2019, havia 16 Planos de Ação em andamento, envolvendo grupos armados não-estatais e forças armadas nacionais nos seguintes países: Afeganistão, Iêmen, Mali, Mianmar, Nigéria, Síria, Somália, Sudão, Sudão do Sul, República Centro Africana e República Democrática do Congo. Ver mais detalhes em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/tools-for-action/action-plans/>>

⁷² No original: “Over 115,000 child soldiers released since 2000 as a result of dialogue and Action Plans”.

e usadas pelas partes em conflito seja muito maior. Em 2016, por exemplo, houve alegações de recrutamento, principalmente por grupos armados, afetando mais de 3.000 crianças, e em 2017 a força-tarefa do país recebeu relatórios confiáveis, mas não verificados, de 643 crianças recrutadas e usadas por grupos armados (UNSC, 2019a, p. 6 §22)⁷³

O Talibã, identificado como o grupo que mais emprega crianças, proíbe o emprego delas no artigo 69 de seu código de conduta. Porém, a definição de criança do Talibã é mais vaga (caracterizada como “juventude sem barba”) e não converge com a definição estabelecida nos documentos internacionais. Nesse caso, o Secretário-Geral solicitou ao Representante Especial que atuasse de forma proativa para acompanhar todas as medidas tomadas pelo governo e pelos grupos armados que atuam no Afeganistão, de modo a garantir que tomem medidas em prol da proteção das crianças e que as crianças não sejam mais recrutadas (UNSC, 2019a).

Em 2011, o governo do Afeganistão já havia assinado um Plano de Ação para impedir o recrutamento e o uso de crianças por suas forças de segurança nacional, mas continuavam a haver registros do emprego de crianças. Em fevereiro de 2016, o Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados visitou o Afeganistão e se reuniu com importantes autoridades do governo, incluindo o então presidente afegão. O Escritório do Representante Especial também realizou duas visitas técnicas, em 2016 e 2017, para apoiar o trabalho da força-tarefa no país (UNSC, 2019a).

Como resultado, houve estabelecimento de unidades de proteção infantil nos centros de recrutamento da Polícia Nacional Afegã. Ademais, o governo promulgou uma lei que criminalizava o recrutamento e uso de crianças nas Forças Nacionais de Defesa e Segurança do Afeganistão, publicado no diário oficial em fevereiro de 2015 (UNSC, 2019a).

Leila Zerrougui ressalta a importância de listar as partes que empregam crianças – e tentar controlá-las – ao citar uma experiência pela qual passou quando ocupava o mandato de Representante Especial:

Quando abordei as partes em conflito, parti da premissa de que o recrutamento de crianças é algo que elas realmente não querem que aconteça, um problema que pode ser resolvido. Eu realmente percebi o poder da listar [as partes beligerantes nos anexos do Secretário-Geral] quando conheci o comandante de um grupo armado no interior da República Centro Africana. [...] Ele e seus colegas estavam armados e alguns tinham armas apontadas para nós. Um dos meus funcionários disse: você acha uma boa ideia dizer a ele que ele está na lista do Conselho de Segurança? Nós mencionamos gentilmente [que ele estava listado] e ele perguntou: 'O que é isso?', expliquei: 'Isso não é para sempre; se você trabalhar conosco, pode sair da lista por

⁷³ No original: “Poverty, unemployment and limited access to basic services, and the absence of social protection, have been key factors driving children to join parties to conflict. The country task force verified the recruitment and use of 274 children (272 boys and 2 girls). However, the actual number of children recruited and used by parties to conflict is estimated to be much higher. In 2016, for example, there were allegations of recruitment, mostly by armed groups, affecting more than 3,000 children, and in 2017 the country task force received credible but unverified reports of 643 children recruited and used by armed groups.”

meio de um Plano de Ação e isso será bom para a sua comunidade'. Isso foi o começo de um processo e, no fim, acho que ele libertou 600 crianças (OFFICE..., 2016a, p. 31, tradução nossa)⁷⁴.

O relato de Zerrougui reforça que, ao elevar o emprego de crianças-soldado à esfera da Segurança, a ONU ganha mais ferramentas e maior poder de negociação de modo a facilitar a libertação de crianças. A passagem também reflete a crença de que existe um consenso sobre a proteção da infância e que as partes beligerantes, necessariamente, partilham desse consenso.

Dando continuidade aos esforços de negociação, entre 2014 e 2016, o Escritório conduziu a campanha “Crianças, Não Soldados”. Tal iniciativa foi desenvolvida para gerar vontade política e apoio internacional contra o recrutamento de crianças e foi apoiada pelos Estados Membros da ONU, ONGs parceiras e outras agências da ONU como o Unicef. O Representante Especial teve a função de informar periodicamente ao CS sobre os resultados dessa campanha. No ano de lançamento, os seguintes países foram incluídos: Afeganistão, Chade, Iêmen, Mianmar, República Democrática do Congo, Somália, Sudão e Sudão do Sul. Todos esses países já foram listados por empregar crianças nos conflitos armados e estão engajados em Planos de Ação da ONU. Como resposta, os representantes de tais nações comprometeram-se a colaborar com os esforços de erradicar o emprego de crianças-soldado (OFFICE..., 2018b; OFFICE..., 2019d).

Figura 1 – Cartaz da campanha “Crianças, Não Soldados”

⁷⁴ No original: “When I approached parties to conflict, I started from the premise that the recruitment of children is something they really do not want to see happening, a problem that can be solved. I truly realized the power of the listing when I met the commander of an armed group deep in the Central African Republic’s countryside [...]. He and his colleagues were armed and some had guns pointed at us. One of my staff said: do you think it’s a wise idea to tell him he’s on a Security Council list? We gently mentioned it and he asked, ‘What is this?’ I explained: ‘This is not forever, if you work with us you can get off the list through an Action Plan and it’s good for your community’. That was the beginning of a process and, in the end, I think he released 600 children”.



Fonte: OFFICE..., 2019e ⁷⁵

A imagem do cartaz acima sintetiza a narrativa do Escritório e do Representante Especial: os elementos militares que remetem ao mundo adulto e bélico (capacete e coturnos) são totalmente opostos à imagem da criança (frágil e que precisa ser protegida), reforçando o caráter infantil da criança e que seu universo não deve ser misturado ao universo bélico. Dessa forma, a imagem é representativa da oposição feita entre a “criança” e o “soldado” e da mensagem protetiva e salvacionista que o organismo pretende passar ao se referir à criança-soldado: a criança deve ser protegida pela comunidade internacional de seu emprego como soldado.

Outro ponto importante que merece ser citado é que os Princípios e Compromissos de Paris (UNICEF, 2007a; 2007b) não utilizam em nenhum momento de seu texto o termo criança-soldado (*child soldier*). Conforme notamos no capítulo 3, o documento utiliza o conceito mais amplo de “Crianças Associadas a Conflitos Armados”, por retratar melhor as múltiplas funções que as crianças podem desempenhar junto às partes beligerantes. Apesar disso, nos trabalhos do Escritório e do Representante Especial – como nesta campanha – o termo crianças-soldado é frequentemente utilizado, explorando essa dicotomia entre o papel do soldado e o papel da criança, associada a uma infância idealizada.

⁷⁵ Em tradução livre: “Mostre o seu apoio. Diga ao mundo que elas são #Crianças, Não Soldados”. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/children-not-soldiers/>>

Ainda no contexto dessa campanha, as apostas do Escritório para erradicar o uso de crianças-soldado podem ser resumidas em: proibir o uso e emprego de crianças-soldado; libertá-las e reintegrá-las à vida civil; criminalizar o recrutamento de crianças-soldado e garantir que a idade dessas crianças seja verificada em situações de recrutamento. Essas ideias estão concentradas no cartaz abaixo, lançado juntamente com o cartaz da Figura 1:

Figura 2 – Plano de Ação



Fonte: OFFICE..., 2019e⁷⁶

O Escritório ainda aponta outros desafios como a preocupação com a utilização de “crianças-bomba”, ou seja, utilizar crianças para carregar artefatos explosivos. Sem citar países, o organismo lembra que, nos anos recentes, os direitos das crianças estão se degradando em decorrência de políticas de segurança nacional e contraterrorismo que podem aumentar o número de crianças presas ou detidas sob suspeita de associação com partes beligerantes

⁷⁶ Em tradução livre: “Plano de Ação. Como acabar com o recrutamento e uso de crianças em conflitos armados. Um: dirigir ao comando militar ordens de proibição do uso e recrutamento de crianças. Dois: libertar todas as crianças identificadas nas fileiras das forças de segurança. Três: garantir a reintegração das crianças na vida civil. Quatro: criminalizar o recrutamento e uso de crianças. Cinco: integrar mecanismos de verificação de idade nos procedimentos de recrutamento”. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/children-not-soldiers/>>

terroristas. O organismo reafirma que as crianças devem ser sempre vistas como as vítimas e não as culpadas pela associação a partes em conflito (OFFICE..., 2016a, p. 41).

Além disso, o organismo menciona a necessidade de maior cooperação regional para organizar as respostas a sequestros transfronteiriços de crianças e reintegração de crianças-soldado que foram raptadas entre as fronteiras de países. Em 2013, por exemplo, foi firmado uma parceria com a União Africana que se comprometeu a prestar mais apoio ao tema. A Liga Árabe, a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) também entraram em acordo com o Escritório para implementar políticas de proteção às crianças (OFFICE..., 2019f).

Em termos de financiamento, no relatório de 2017, o Escritório ressalta que, entre os anos de 2015 e 2017, os recursos somados pelo *Trust Fund* chegaram a 2.637.494 dólares. Esse valor inclui contribuições dadas antes de 2015 e que também foram usadas entre 2015 e 2016, bem como contribuições relativas a acordos assinados durante os anos de 2015 e 2016. Conforme os dados do relatório, os países que mais contribuíram para o fundo do Escritório entre 2015 e 2017 foram: Reino Unido, seguido por Canadá e Luxemburgo (OFFICE..., 2017, p.17).

Em seus materiais divulgados, o Escritório não costuma detalhar seu financiamento, ainda assim, em tal relatório detalha as viagens feitas pela Representa Especial, Virginia Gamba, além dos demais trabalhos desenvolvidos como treinamento de equipes e investimento em pesquisas (OFFICE..., 2017).

Concluimos que mostrar os resultados alcançados pelo Escritório é uma forma de continuar conclamando a comunidade internacional a direcionar investimentos para a temática do bem-estar infantil e da violência contra a criança. Desse modo, associar a criança-soldado à agenda do Conselho de Segurança foi uma maneira de atrair atenção internacional para a temática, mantendo um senso de urgência e, conseqüentemente, legitimando e atraindo algum financiamento para que o Escritório continue desempenhando seu trabalho.

5.2 Grupo de Trabalho do Conselho de Segurança para Crianças e Conflitos Armados

Este organismo foi criado por meio da resolução 1612 do CS, em 2005, como uma forma de complementar e tornar mais refinado o trabalho do CS. O Grupo é composto por todos os 15 membros do Conselho de Segurança e toma suas decisões por consenso. A presidência do Grupo já foi ocupada por autoridades de diferentes nacionalidades como França, México,

Alemanha, Luxemburgo e Malásia. O Grupo de Trabalho também apoia iniciativas do Escritório como a campanha “Crianças, Não Soldados” já citada (OFFICE..., 2019g).

Jean-Marc de La Sablière, o primeiro a ocupar a presidência do Grupo de Trabalho, detalha as motivações que o levaram a idealizar a criação de um grupo do Conselho de Segurança especializado em crianças e conflitos armados:

Quando negociamos [a resolução] 1612, havia uma sensação de que as realizações precisavam ser consolidadas. Eu também estava procurando a arquitetura mais eficiente e estou feliz por ter tido a ideia do Grupo de Trabalho [do Conselho de Segurança sobre crianças e conflitos armados] [...]

Para mim, havia duas questões de grande importância. Primeiro, o Conselho de Segurança precisava se envolver regularmente na questão das crianças e dos conflitos armados. E segundo, pensei que era necessário garantir um vínculo estreito entre o Representante Especial e o Conselho para fornecer apoio e orientação constantes (OFFICE..., 2016b, n.p, tradução nossa)⁷⁷.

As funções do Grupo de Trabalho consistem em revisar os relatórios sobre o MRM; acompanhar o progresso e implementação dos Planos de Ação; e fazer recomendações ao CS sobre possíveis medidas que podem ser tomadas para garantir a proteção das crianças. Além disso, o Grupo de Trabalho ainda tem o papel de visitar os países que estão nessa agenda, organizar reuniões informais de especialistas sobre questões relacionadas à proteção infantil e realizar videoconferências com a equipe de proteção infantil das Nações Unidas em campo (UN, 2005; OFFICE..., 2019g).

La Sablière resume a tarefa desempenhada:

Na minha opinião, era muito importante começar abordando o problema das crianças-soldado. Ao mostrar resultados tangíveis, pensamos que as questões relacionadas à proteção das crianças se tornariam menos politizadas e as preocupações seriam tratadas com imparcialidade (OFFICE..., 2016b, n.p, tradução nossa)⁷⁸.

Entretanto, o ex-presidente do Grupo de Trabalho não detalha o que entende por “menos politizada”. O que podemos perceber de sua fala é que existia um esforço de mostrar que a proteção da criança deveria estar acima de qualquer interesse ou manipulação política.

De fato, os relatórios anuais do Grupo possuem caráter mais técnico, condenando as partes que cometem violações contra as crianças e conclamando essas mesmas partes a respeitar as legislações internacionais de proteção da infância, assim com respeitar as diretrizes dos

⁷⁷ No original: “When we negotiated 1612, there was a sense that achievements had to be consolidated. I was also looking for the most efficient architecture, and I am happy to have had the idea of the Working Group [of the Security Council on children and armed conflict] [...]”.

To me, there were two issues of great importance. First, the Security Council had to be regularly engaged on the issue of children and armed conflict. And second, I thought it was necessary to ensure a close link between the Special Representative and the Council to provide constant support and guidance”.

⁷⁸ No original: “In my opinion, it was very important to begin by addressing the problem of child soldiers. By showing tangible results, we thought the issues surrounding the protection of children would become less politicized, and concerns would be addressed with impartiality”.

Planos de Ação. O organismo também pode requerer ao Secretário-Geral que garanta a eficiência do *Monitoring and Reporting Mechanism* e pedir para que as missões de paz⁷⁹ nesses países deem maior atenção à proteção das crianças (UNSC, 2006; 2008; 2013; 2018).

Nos relatórios do Grupo de Trabalho são analisados os relatórios produzidos pelo Secretário-Geral, em colaboração com o Representante Especial. Geralmente, os documentos do Grupo seguem um padrão e são feitos por país. Tradicionalmente, apontam as iniciativas do Secretário-Geral que são bem-vindas, assim como os obstáculos que ainda serão enfrentados, fazem recomendações de medidas que devem ser tomadas pelo Conselho de Segurança e, usualmente, encerram o relatório solicitando que os doadores internacionais continuem financiando iniciativas para desmobilizar e reintegrar crianças-soldado, bem como para treinar as forças dos países que cometem violações contra crianças. Por exemplo, especificamente no relatório de 2017 sobre a Somália, é requisitado que os doadores continuem financiando iniciativas federais ou regionais como aquelas de controle da idade de recrutamento, isto é, medidas que regulem o recrutamento do Exército Nacional da Somália para garantir que menores de idade não estejam sendo recrutados (UNSC, 2017a).

No relatório sobre o Afeganistão, por exemplo, o Grupo de Trabalho examinou o relatório do Secretário-Geral sobre crianças e conflito armado nesse país. O documento expressou satisfação pelo fato de o governo afegão ter aderido ao Plano de Ação, bem como por ter participado da campanha “Crianças, Não Soldados”. Apesar disso, o relatório expressou preocupação com a continuidade das violações contra as crianças, especialmente com o processo de reintegração das crianças-soldado na vida civil e de julgamento dos perpetradores de violência contra as crianças. O Grupo também concordou em enviar uma mensagem às partes beligerantes, condenando fortemente o emprego de crianças-soldado (UNSC, 2016).

Dirigindo-se especificamente aos grupos armados no Afeganistão que, de acordo com o Secretário-Geral, são os principais atores que violam os direitos das crianças, o Grupo de Trabalho lembrou a importância de prevenir o recrutamento e libertar as crianças-soldado. O texto também conclamou os grupos armados a respeitarem os documentos internacionais sobre proteção de civis e reforçou que eles devem estar em constante diálogo com a ONU, principalmente com o Representante Especial, para que sigam todas as recomendações dos Planos de Ação. Em especial, nesse relatório do Afeganistão, o Grupo de Trabalho conclamou

⁷⁹ Sobre o papel das missões de paz da ONU para a reintegração de crianças-soldado, ver: PAIVA, G. A reintegração de crianças-soldado nas missões de paz da ONU. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v.3, p.55 - 72, 2017.

líderes religiosos e comunitários a expressarem publicamente a importância de proteger as crianças em conflitos armados (UNSC, 2016).

Nesse documento, o Grupo ainda fez recomendações à OTAN, solicitando que a organização leve em conta a proteção das crianças durante suas operações e missões no Afeganistão. Ademais, o organismo sugeriu ao Banco Mundial que apoiasse os esforços na promoção do registro de nascimento e nascimento tardio como forma de impedir o recrutamento e o uso de crianças no Afeganistão (UNSC, 2016).

No anexo desse mesmo relatório, como resposta, o representante do Afeganistão na ONU reforçou que as crianças-soldado são majoritariamente utilizadas pelo Talibã e por outros grupos que classifica como terroristas. O governo apontou que esses grupos terroristas utilizam crianças, pois elas são abundantes em número, são baratas e disponíveis, podem ser manipuladas facilmente e estão dispostas a aceitar as funções mais perigosas, visto que não possuem total entendimento do risco de morte que estão enfrentando. Ainda de acordo com o governo do Afeganistão, as crianças amedrontadas pelos grupos terroristas e por situações de pobreza e desemprego tentam integrar as forças armadas nacionais por meio de falsificação da idade em seus documentos de identificação. Ou seja, o país é rígido em condenar o emprego de crianças-soldado por grupos inimigos, mas ao explicar o fenômeno em suas próprias forças nacionais, recorre à explicação de que as crianças, por vontade própria e pela situação de violência do país, são levadas a procurar as forças armadas. Quando se trata dos grupos inimigos, as crianças são consideradas como seres facilmente manipuláveis e vítimas dessas práticas, mas quando se trata das forças armadas nacionais, as crianças têm conhecimento e destreza suficiente para falsificar documentos de identificação (UNSC, 2016).

Já no relatório do Grupo de Trabalho sobre a Colômbia, o foco está mais no processo de pós-conflito, visto que o governo e um dos grupos armados não-estatais – as Farc-EP – chegaram a um acordo de paz em 2016. No relatório do Grupo de 2017, o organismo examinou o relatório do Secretário-Geral sobre crianças e conflito armado na Colômbia, que cobriu o período de 2011 a 2016, e fez algumas recomendações. De forma geral, o Grupo de Trabalho parabenizou os esforços de ambas as partes em conflito em busca da paz e reforçou a necessidade de reintegrar as crianças-soldado utilizadas pelas Farc na vida civil – nas comunidades e nas famílias. Ou seja, uma das funções do organismo é passar mensagens às partes beligerantes acerca de seus avanços e desafios que ainda devem ser cumpridos (UNSC, 2017b).

No anexo desse mesmo relatório, o representante da Colômbia na ONU declarou que o país pretende contar com o apoio do Escritório do Representante Especial e do Unicef para

continuar cumprindo com suas obrigações de proteger os melhores interesses e os direitos de crianças e adolescentes (UNSC, 2017b, p. 9).

No Mianmar, país asiático frequentemente citado no trabalho da ONU, o tom do relatório do Grupo de Trabalho é um pouco mais enfático. Nesse sentido, o Grupo analisou o relatório do Secretário-Geral sobre crianças e conflito armado no Mianmar e expressou apreço pelo progresso feito ao longo dos anos pelo governo do país em prevenir o recrutamento de crianças. Paralelamente, expressou profunda preocupação com o contínuo recrutamento de crianças por todas as partes em conflito – incluindo grupos não-estatais e as forças nacionais – e com a detenção dessas crianças associadas a grupos ou forças armadas. O relatório também reforçou que o Mianmar deve ratificar com urgência o Protocolo Facultativo da CDC (UNSC, 2019b).

Além disso, o Grupo de Trabalho solicitou que o Conselho de Segurança enviasse uma carta ao governo do Mianmar, lembrando as violações e abusos contra as crianças que estão sendo cometidos em várias partes do país. O Grupo de Trabalho também sublinhou que é necessário desencorajar qualquer incentivo que possa levar ao recrutamento de crianças e julgar os indivíduos responsáveis – civis e militares – por tal prática (UNSC, 2019b).

O Grupo também sugeriu que o CS transmitisse uma carta ao Secretário-Geral, solicitando que este pedisse ajuda ao Unicef, OIT, PNUD e outras agências relevantes da ONU para que forneçam – dentro de seus respectivos mandatos e em estreita cooperação com o governo do Mianmar – apoio adicional ao país. Esse apoio se daria na forma de fortalecimento de instituições nacionais, melhorando os sistemas de registro de nascimento, reforçando os procedimentos de recrutamento (inclusive através da instituição de mecanismos eficazes de comprovação de idade), colaborando com programas de reabilitação e reintegração para crianças associadas a forças e grupos armados e fortalecendo o sistema educacional do país. O Grupo de Trabalho também solicitou que o Representante Especial do Secretário-Geral continuasse em constante diálogo com o governo do Mianmar. Como resultado, o país assinou os Princípios de Paris em 2017 e declarou estar em processo de ratificar o Protocolo Facultativo da CDC (UNSC, 2019b).

Os relatórios ainda ressaltam a importância das medidas que são tomadas, usualmente, no pós-conflito: desarmamento, desmobilização e reintegração das crianças-soldado; julgamento dos crimes cometidos pelas partes beligerantes – incluindo o recrutamento de crianças – para que haja senso de justiça nessas sociedades; e reforço no treinamento federal e

regional das autoridades de segurança – como forças armadas, polícia e inteligência – para saber lidar com a proteção das crianças em contextos de violência (UNSC, 2010; 2012; 2018; 2019)⁸⁰.

5.3 Considerações sobre a narrativa da ONU

Ao longo dos anos, as Nações Unidas vêm apontando as violações aos direitos da criança. Primeiramente, a ONU associou a proteção das crianças ao desenvolvimento das nações: o bem-estar das crianças seria parte de projetos de desenvolvimento nacional. Posteriormente, a organização associou a proteção dos direitos humanos – especialmente das crianças e das crianças-soldado – à Segurança Internacional. Baseando-se na ideia de que inserir o tema na agenda de Segurança aumentaria o grau de urgência da questão e constituiria uma forma de constranger as partes beligerantes a não empregarem mais crianças, o fator securitário mostrou-se relevante para manter o tema Crianças e Conflitos Armados com certo grau de relevância no sistema onusiano.

O Escritório e o Grupo de Trabalho apresentam explicações mais aprofundadas e detalhadas sobre o uso e recrutamento de crianças-soldado. Os organismos preocupam-se em coletar dados, acompanhar situações em campo e manter o senso de urgência em relação à proteção de crianças durante conflitos armados. Dessa forma, as crianças-soldado são vistas com parte de um problema maior que consiste no amplo desrespeito aos direitos das crianças durante as guerras. De acordo com a narrativa da ONU, isso ocorre pelo uso indiscriminado da violência nos conflitos atuais.

Acompanhando as resoluções do Conselho de Segurança, que cada vez mais propunham mecanismos para monitorar o emprego de crianças-soldado e outras formas de violência contra as crianças, o Escritório propõe passos práticos para erradicar o emprego de crianças-soldado. O trabalho do organismo gira em torno das chamadas Seis Graves Violações contra as crianças, em que o recrutamento e uso de crianças em conflitos armados é uma dessas violações.

Porém, na narrativa do Escritório e do Grupo de Trabalho, não vemos o aprofundamento de questões mais estruturais, por exemplo, a causa desses conflitos armados e as funções que os países do Norte – incluindo os membros permanentes do Conselho de Segurança – desempenham nesses conflitos no que concerne ao apoio às partes beligerantes.

⁸⁰ De 2006 a 2019, os seguintes países apareceram nos relatórios do Grupo de Trabalho por terem cometido violações contra direitos das crianças em situações de conflito armado: Afeganistão; Burundi; Chade; Colômbia; Costa do Marfim; Filipinas; Iêmen; Iraque; Mali; Mianmar; Nepal; Nigéria; República Centro Africana; República Democrática do Congo; Síria; Somália; Sri Lanka; Sudão; Sudão do Sul; Uganda (UN, 2019).

Outro fator que se evidencia é que a maioria das partes listadas são grupos não-estatais. Isto significa que os principais inimigos dos direitos das crianças são esses grupos. Nesse sentido, a responsabilidade dos Estados fica em segundo plano.

Além disso, é questionável a ideia de que apenas listar as partes beligerantes nos anexos dos relatórios da ONU vai realmente intimidá-las a ponto de fazer com que parem de empregar crianças. Conforme vimos no capítulo 4, as causas do recrutamento de crianças-soldado apontadas pela bibliografia são diversas e não apenas ligada a existência de um conflito armado.

Observamos também que o trabalho dessas duas agências da ONU depende do engajamento dos doadores, o que inclui o Banco Mundial e outros países que podem fornecer recursos para que tais organismos aprimorem seus trabalhos. Nesse sentido, compreende-se a urgência em tratar do tema e em colocá-lo na agenda de Segurança da ONU: seria uma forma de atrair doadores internacionais e manter a relevância do combate ao emprego de crianças-soldado. Assim, os doadores internacionais têm capacidade de interferir na atenção que cada tema recebe, indicando aquelas questões que são consideradas primordiais e aquelas que são consideradas de menor importância.

Desse modo, concluímos que a ONU desempenha um papel determinante na narrativa sobre o emprego de crianças-soldado. É a partir dos documentos onusianos, dos relatórios e das ações de suas agências que se constrói um ideal de como as crianças – e a infância – devem ser protegidas. Também cabe à organização e a seus Estados Membros, principalmente os mais poderosos, designar quais as principais ameaças que devem ser combatidas e de que forma. Nessa lógica, o objeto da proteção é a criança-soldado e a principal ameaça nos últimos anos são os conflitos armados que ocorrem nos países do Sul, territórios que passam por intensas guerras. Nesse contexto, os grupos armados não-estatais aparecem como ameaças iminentes pela falta de comprometimento com os documentos internacionais e utilização de táticas violentas direcionadas à população civil. Essa narrativa implica a escalada de utilização de mecanismos de coerção contra os grupos armados em prol da proteção da criança.

A narrativa sobre crianças-soldado construída pela organização se baseia em fatos. Realmente, há conflitos intensos ocorrendo em países da África, Oriente Médio e as crianças são utilizadas nessas conjunturas como soldados. Porém, a forma como a ONU articula tais fatos coloca luz apenas sobre uma face do recrutamento e uso de crianças-soldado que ressalta o papel protecionista e salvacionista dos atores internacionais que têm a missão moral e com traços paternalistas de proteger a criança. À sombra, fica outra face do mesmo assunto: a responsabilidade dos Estados mais poderosos sobre os conflitos nos quais as crianças-soldado são empregadas; os diversos motivos que levam as crianças a atuarem como soldados conforme

vimos no capítulo 4; e os múltiplos entendimentos do que é a criança e o que é a infância. Dessa forma, a narrativa onusiana é ancorada em relações desiguais de poder entre os Estados e na associação da agenda Crianças e Conflitos Armados com a Segurança Internacional.

6. O TRABALHO DAS ONGS SOBRE CRIANÇAS-SOLDADO

As Organizações Não-Governamentais têm ganhado espaço crescente nas Relações Internacionais como atores que não representam interesses de um ou outro Estado. Tais organizações pretendem representar anseios das sociedades e agem em constante diálogo com governos e organizações internacionais de forma a levar demandas de diversos temas para fóruns internacionais (BETSILL; CORELL, 2008).

Algumas nasceram como instituições beneficentes, destinadas apenas a arrecadar dinheiro para causas humanitárias e, gradualmente, foram desenvolvendo seus próprios estudos e linhas de ação. É o caso, por exemplo, da *Save the Children*. Outras surgiram no século XXI, em um contexto no qual o papel das ONGs já estava mais consolidado. Logo, objetivavam reforçar pautas e demandas junto à comunidade internacional, além de explicitar suas respectivas visões e possíveis soluções para questões globais. É o caso da *The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative*, que veremos mais adiante.

No âmbito dos direitos humanos, algumas ONGs se destacam por denunciar violações a esses direitos e pressionar governos e organizações internacionais a colocarem pautas relativas a essa temática em debates internacionais. Sendo assim, acreditamos que tais organizações possuem capacidade de influenciar tomadores de decisão. Além disso, ao produzirem materiais investigativos – que reúnem, compilam e analisam dados sobre determinado tema – e fazerem recomendações sobre a problemática tratada, as ONGs expressam suas respectivas visões acerca dos temas estudados.

Em meio a essas diversas iniciativas de ONGs, algumas dedicam-se especificamente à proteção das crianças. Na impossibilidade de abarcar todas essas ONGs em nosso trabalho e, tendo consciência de que estudar o trabalho de ONGs é apenas uma das partes de nossa investigação – que se constituiu também pela análise do sistema ONU, da bibliografia especializada em crianças-soldado e de uma base teórica sobre os Estados e as crianças –, tomamos a decisão de selecionar algumas organizações.

O Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados, que analisamos no capítulo anterior, nos dá algumas pistas sobre as ONGs que desenvolvem trabalhos sobre as violências contra as crianças. O Escritório disponibiliza em seu site oficial a lista de ONGs que têm status consultivo, isto é, podem ser consultadas e podem trabalhar em parceria com o sistema da ONU. Isso não significa que essas organizações sigam exatamente a mesma abordagem da ONU, tampouco que concordem com todas as ações do sistema onusiano. Essa lista inclui as seguintes organizações: *All Survivors Project*; *Caritas*;

Child Fund Alliance ; Child Soldiers International; Child Rights Connect; Defence for Children International; Geneva Call; Global Coalition to Protect Education from Attack; The Global Centre for the Responsibility to Protect; Human Rights Watch; International Centre for Transitional Justice; International Committee of the Red Cross (ICRC); International Crisis Group; International Displacement Monitoring Centre; International Rescue Committee; Oxfam International; Plan International; Protecting Education in Insecurity and Conflict; The Romeo Dallaire Child Soldiers Initiative; Save the Children; Security Council Report; Terre des Hommes; Watchlist on Children and Armed Conflict; War Child; WPDI – Whitaker Peace and Development Initiative; World Childhood Foundation e World Vision.

Algumas dessas ONGs tratam de outras questões envolvendo as crianças como as diversas formas de violência contra crianças (*Child Fund Alliance*); ataques a escolas (*Global Coalition to Protect Education from Attack*); acesso a saúde, nutrição e água para crianças (*World Vision*); justiça juvenil restaurativa (*Terre des Hommes*); envolvimento de crianças na construção da paz (WPDI) e dificuldade de acesso à educação (*Protecting Education in Insecurity and Conflict*).

Outras ONGs até chegam a abordar o envolvimento de crianças em conflitos armados e as dificuldades que as crianças enfrentam nesses contextos de violência, porém de forma mais pontual, como mais um tema que está dentro do amplo escopo de proteção das crianças. É o caso da *Child Rights Connect*, *Defence for Children International* e *Human Rights Watch*.

Interessa-nos analisar não apenas a proteção da criança em contextos mais amplos de violência, mas o envolvimento das crianças em forças armadas ou grupos não-estatais, durante um conflito armado ou não. Ou seja, o envolvimento da criança no universo bélico. Pensando nesses termos, algumas ONGs possuem um trabalho mais aprofundado e detalhado sobre as crianças empregadas em conflitos armados ou em atividades militares: *Child Soldiers International; The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative; Save the Children; Watchlist on Children and Armed Conflict* e *War Child*.

Esta última, apesar de abordar especificamente crianças afetadas pelos conflitos armados e realizar campanhas a fim de arrecadar fundos para recuperação dessas crianças, não possui um material de pesquisa significativo, concentrando-se mais em ações locais de proteção da criança e em ações beneficentes (WAR CHILD, 2019)⁸¹.

Fazemos a observação de que a *Child Soldiers International*, não obstante ainda conste no site oficial do Escritório, encerrou suas atividades em junho de 2019. Seu site oficial está

⁸¹ Ver mais em: <warchild.org.uk>

fora do ar, assim como o material que havia sido publicado pela organização. Em sua conta oficial no *Twitter*⁸², a *Child Soldiers International* expressou apoio à *The Romeo Dallaire Child Soldiers Initiative* e ao *Child Rights International Network* (CRIN), que se autodenomina um *think tank*⁸³. Assim, tomamos a liberdade de também incluir o CRIN em nossa análise. Apesar de não se classificar como uma ONG, como as demais organizações aqui citadas, o CRIN desempenha um trabalho específico e aprofundado sobre o recrutamento de menores de 18 anos, que foi iniciado pela *Child Soldiers International* (CRIN, 2019a). Como forma de acompanhar esse trabalho que agora é desempenhado totalmente pelo CRIN, abriremos uma exceção para analisar esse *think tank*.

Logo, chegamos à seleção de quatro ONGs e um *think tank*: *Save the Children International*; *The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative*; *Watchlist on Children and Armed Conflict*; *Child Soldiers International* e *Child Rights International Network*⁸⁴.

Neste capítulo, não temos a pretensão de esgotar o estudo sobre o trabalho das ONGs que se dedicam ao tema da infância, tampouco de analisar a efetividade, eficiência e mérito dessas organizações. Objetivamos entender como elas constroem suas narrativas sobre o emprego de crianças-soldado, de que forma abordam o tema, quais os principais fatores explicativos que apontam como relevantes para a análise desse assunto e o que entendem por criança e criança-soldado.

Cada item deste capítulo analisará uma ONG. Primeiramente, apresentaremos as características gerais de cada organização, analisaremos seus relatórios e materiais disponibilizados em seus sites oficiais e tentaremos extrair as respectivas formas de tratar a temática das crianças-soldado. Ao final, faremos as últimas considerações sobre os trabalhos das ONGs selecionadas e suas narrativas.

6.1 *Save the Children International*

Entre as organizações aqui estudadas, a *Save the Children* é a mais antiga. A história da organização mostra a relação íntima entre guerras e crianças. O embrião da ONG surgiu em

⁸² Ver mais em: <<https://twitter.com/childsoldiersin>>

⁸³ *Think tanks* podem ser definidos como instituições de pesquisa de políticas públicas que identificam, pesquisam e produzem materiais que expressam formas de pensar sobre diversas questões que perpassam as políticas públicas globais (MCGANN; SABATINI, 2011).

⁸⁴ Sabemos que existem ONGs e iniciativas locais que também se dedicam às crianças-soldado como a *Coalición contra la vinculación de niños, niñas y jóvenes al conflicto armado en Colombia* (Coalico) (ver mais em: <coalico.org>). Porém, optamos por organizações de abrangência internacional que não se focam apenas em uma região, mas procuram estabelecer uma visão global do emprego de crianças-soldado.

1919, quando a britânica Eglantyne Jebb, vendo que crianças da Áustria e da Alemanha passavam fome ao final da Primeira Guerra Mundial, lançou o *Save the Children Fund* para arrecadar dinheiro (SAVE..., 2019a).

A partir disso, a organização se fez presente nas principais guerras e crises humanitárias: forneceu ajuda a crianças afetadas pela Guerra Civil Espanhola; estabeleceu-se nos Eua na época da Grande Depressão; trabalhou no Reino Unido no pós-Segunda Guerra Mundial; foi a primeira agência de ajuda internacional a entrar no Vietnã após a guerra; em 1979, lançou uma campanha de prevenção ao HIV/AIDS; proveu ajuda humanitária em Ruanda no contexto do genocídio de 1994; além de ter prestado ajuda às crianças afetadas pelo furacão Katrina, nos Eua e pelo terremoto no Haiti, em 2010 (SAVE..., 2019a).

A ONG mantém-se por meio de doações e parcerias com governos, grandes empresas e instituições. Toda a lista de empresas está disponibilizada no site oficial da *Save the Children*, de forma clara e visível⁸⁵. A organização apresenta os dados relativos às doações recebidas, ao montante acumulado e aos trabalhos que desempenha em cada ano. Possuem uma equipe de mais de 25 mil pessoas que estão em distribuídas em 120 países (SAVE..., 2019b).

A *Save the Children* também ressalta seu papel de advogar em nome das crianças, no sentido de influenciar governos, instituições internacionais e o setor privado a garantir os direitos e a saber ouvir as vozes das crianças (SAVE..., 2019a).

A organização conduz pesquisas com crianças, em que elas respondem a perguntas e expressam seus desejos e opiniões. Isso fica mais evidente no relatório da organização sobre a guerra na Síria, no qual confere importância à opinião delas sobre os impactos do conflito (SAVE..., 2019c). A ONG ainda possui diversos estudos mais amplos sobre a infância, nos quais aborda temas variados como saúde mental em crianças afetadas por conflitos armados (SAVE..., 2018a), trabalho infantil (SAVE..., 2019d), impacto da guerra do Afeganistão nas crianças (SAVE..., 2019e), importância da educação para a paz (SAVE..., 2008), educação de crianças afetadas por conflitos armados (SAVE..., 2006), bem-estar psicossocial de crianças afetadas por conflitos armados e deslocadas (SAVE..., 1996), fome e conflitos armados (SAVE..., 2018b).

Foi durante a década de 1990 que a organização aprofundou o trabalho sobre crianças-soldado, apesar de admitir que é difícil estabelecer estimativas precisas sobre o número de crianças recrutadas por forças e grupos armados (SAVE..., 2018c).

⁸⁵ Para mais detalhes, ver: <<https://www.savethechildren.org/us/about-us/financial-information>>

Em seus documentos, a *Save the Children* define a criança como qualquer ser humano menor de 18 anos, seguindo a Convenção sobre os Direitos da Criança. Frequentemente em seus relatórios é utilizado o termo crianças-soldado para se referir às crianças empregadas durante conflitos armados (SAVE..., 1996; 2006; 2008; 2018c; 2019d; 2019f).

A ONG aponta dois fatores essenciais que sustentam a explicação sobre as crianças-soldado: pobreza e conflitos armados. Uma das ideias centrais da organização é que a desigualdade socioeconômica entre as crianças faz com que umas desfrutem de maior grau de proteção e usufruam de seus direitos, enquanto outras, por terem nascido em regiões mais pobres, sofrem com a falta de acesso a serviços básicos. As crianças de lugares mais pobres enfrentam más condições de saúde, desnutrição, morte precoce e falta de acesso à educação básica de qualidade. Também correm mais riscos de se envolverem em trabalho infantil⁸⁶ e de serem forçadas a se casarem, principalmente as meninas (SAVE..., 2017; 2018c).

A pobreza é classificada como uma ameaça a ser vencida em prol do bem-estar das crianças. Assim, a organização traça algumas recomendações para superar essa ameaça: sugere que todos os países tomem medidas para erradicar ou reduzir a pobreza; que governos garantam proteção social universal para as crianças em situação de pobreza; e que governos e doadores invistam em reduzir o nível global de desnutrição através de planos que priorizem a saúde (SAVE..., 2017; 2018c).

A situação de pobreza, que já deixa as crianças mais vulneráveis, somada à violência dos conflitos armados deixaria as crianças ainda mais expostas à utilização por grupos armados ou forças armadas⁸⁷. A ONG ressalta que os conflitos não resultam apenas em violência física contra as crianças, mas que exacerbam situações de fome, colapso de serviços essenciais e tendem a intensificar desigualdades econômicas e de gênero já existentes nas sociedades. Isso nos mostra que a organização possui uma visão multifacetada da violência que inclui fatores estruturais que afetam diretamente a educação e a saúde infantis.

Essa conjuntura seria agravada pelas táticas cada vez mais violentas dos conflitos armados nos últimos vinte anos. A ONG compartilha da visão de que a natureza dos conflitos está se transformando. Como exemplo, a organização menciona que os conflitos

⁸⁶ Com relação especificamente ao trabalho infantil, a organização lembra que a prática não está presente apenas em países mais pobres. Pelo contrário: "More than half of all child laborers (84 million) live in middle-income countries and 2 million live in high-income countries. These statistics make clear that while poorer countries require special attention, the fight against child labor will not be won by focusing on poorer countries alone" (SAVE..., 2018d, p. 12).

⁸⁷ Mesmo entre as crianças-soldado, algumas são mais vulneráveis que outras. Como exemplo, a organização cita que a Al-Qaeda mantinha no Iraque um grupo de crianças menores de 14 anos chamado "Aves do paraíso". O grupo teve como alvo recrutar crianças órfãs, que moravam nas ruas e deficientes mentais, a fim de que elas fossem utilizadas para realizar ataques suicidas (SAVE..., 2018c, p.23).

contemporâneos estão mais complexos – com maior participação de grupos armados não-estatais – maior duração temporal, ocorrem cada vez mais em áreas urbanas e há maior uso de armas explosivas, além da proliferação de armas leves e baratas (SAVE..., 2017; 2018c).

Um dos diferenciais da *Save the Children* é conduzir estudos levando em consideração a opinião das crianças afetadas pelos conflitos armados (SAVE..., 2018d; SAVE..., 2019c). Por exemplo, no trabalho da organização no Mali, foram formados grupos de discussão nos quais as crianças puderam expressar suas respectivas visões do conflito armado no país. As crianças relataram presenciar ou serem vítimas de mortes, amputações, sequestros, estupros, além de terem de trabalhar para ajudar no sustento familiar como consequência do conflito armado. Também relataram aumento da sensação de insegurança nas cidades, evidenciando que estão constantemente sujeitas à falta de proteção estatal (SAVE..., 2018d).

O relatório da organização sobre o Mali ainda aponta que as crianças se envolviam nesse conflito em nome da defesa de algum território reivindicado por grupos armados e participavam ativamente de movimentos de revolta popular. Ademais, principalmente os meninos funcionavam como mensageiros e cometiam violência contra meninas e mulheres, incluindo estupro, abuso sexual, violência física e casamento forçado (SAVE..., 2018d).

A violência de gênero é um ponto ressaltado pelo documento sobre o Mali como uma consequência da escalada de violência. A organização notou que as meninas-soldado geralmente realizam tarefas domésticas, algumas são usadas como escravas sexuais por combatentes, outras são obrigadas a se casar com membros de grupos armados, o que resultou em casos de gravidez durante o conflito armado (SAVE..., 2018d).

Diante de um cenário assim, a organização concluiu que o conflito exacerba a violação aos direitos das crianças, deixando-as ainda mais vulneráveis a problemas de saúde, má nutrição, falta de acesso à escola, violência física e violência sexual. Desse modo, a reintegração de crianças por meio de escolas e centros de recreação torna-se um objetivo difícil de ser alcançado (SAVE..., 2018d).

Ainda de acordo com os dados da *Save the Children*, o Oriente Médio é a região na qual as crianças têm maior probabilidade de viver em zonas de conflito. Conforme levantamento de 2016, duas em cada cinco crianças nessa região viviam a 50 quilômetros de um foco de conflito (SAVE..., 2018c, p. 15).

Como forma de propor recomendações para proteger as crianças do emprego como soldados, a organização alerta que os países e grupos não-estatais devem respeitar a legislação internacional já existente sobre a proteção das crianças e os doadores internacionais devem investir em proteção, saúde mental e serviços psicossociais e educação infantis, setores que não

recebem tanta atenção dos fundos humanitários (SAVE..., 2018c). Outra ação importante seria julgar aqueles que empregam crianças-soldado, libertar as crianças e garantir que elas não sejam vistas como ameaças à segurança. Ademais, a organização considera essencial responsabilizar empresas, políticos e atores armados envolvidos em práticas que alimentam conflitos armados (SAVE..., 2018c, 2019d; 2019f).

É válido ressaltar que, em diversos relatórios, a organização utilizou o termo “Estados frágeis afetados por conflitos” (*conflict-affected fragile states*, CAFS na sigla em inglês) para se referir aos países que possuem baixo desenvolvimento socioeconômico e passam por conflitos armados (SAVE..., 1996; 2006; 2009). Conforme o relatório de 2009, os CAFS são:

países afetados por conflitos, disparidade de renda, governança fraca e/ou desigualdade na alocação de recursos. Essas situações são provocadas por emergências induzidas por conflitos ou desastres naturais, crises e instabilidade política crônica, períodos de reconstrução pós-conflito ou desastre e/ou fragilidade contínua do Estado (SAVE..., 2009, p.21, tradução nossa)⁸⁸.

A ONG explica que o termo é baseado em análises de outras organizações internacionais – como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Índice de Estados Falidos (*Failed States Index*) e o Banco Mundial – e admite que não há uma lista fechada de CAFS (SAVE..., 2009)⁸⁹. Nos relatórios mais recentes, a organização utiliza apenas a expressão “países afetados por conflitos” (*conflict affected countries*) (SAVE..., 2018c, 2018d, 2019f).

Por meio da análise do material que a *Save the Children* disponibiliza, observamos que a narrativa da organização acompanha os elementos narrativos do sistema onusiano, especialmente do Escritório do Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados e do Grupo de Trabalho. Esses elementos narrativos consistem em ressaltar a pobreza e os conflitos armados como pontos-chave para se entender o emprego de crianças-soldado no mundo todo. Nesse sentido, a ONG também apresenta um caráter salvacionista e protecionista, de modo a ressaltar a necessidade de salvar as crianças das múltiplas violências que sofrem, principalmente nos Estados mais pobres. Sobretudo quando se refere aos CAFS, a organização

⁸⁸ No original: “countries that are impacted by conflict, income disparity, weak governance, and/or inequality in resource allocation. These situations are brought about by conflict - or natural disaster-induced emergencies, chronic political crises and instability, post-conflict or disaster reconstruction periods, and/or on-going state fragility”.

⁸⁹ De acordo com a explicação da *Save the Children*: “countries are classified as ‘conflict affected’ if they are included on the Project Ploughshare list of states that experienced at least one armed conflict between 1995 and 2004, or if they are classed as ‘critical’ on the Foreign Policy 2006 Failed States Index. Countries are categorized as ‘fragile’ if they are classified as either ‘Core’ or ‘Severe’ on the World Bank 2006 Low Income Countries Under Stress list” (SAVE..., 2009, p. 21).

deixa mais evidente a diferenciação que faz entre os Estados e que as nações em desenvolvimento representam mais ameaças às crianças.

Notamos que a *Save the Children* aprofunda a explicação da ONU sobre as táticas dos conflitos armados que afetariam mais as crianças. A ONG fornece alguns detalhes sobre a duração, intensidade e impacto dos conflitos armados nas crianças. Por exemplo, cita que a guerra na Síria está durando mais tempo do que a Segunda Guerra Mundial e, quanto mais um conflito se prolonga, mais danos pode causar aos civis (SAVE..., 2019c). Nesse sentido, as crianças que presenciam esses conflitos ficariam mais vulneráveis a serem recrutadas ou utilizadas pelas partes beligerantes. A pobreza é outro fator essencial que sinaliza o quanto as crianças dos países mais pobres – por não desfrutarem de todos os direitos das crianças – também se encontram em situação de vulnerabilidade, sendo facilmente manipuladas a tomarem parte nos conflitos armados (SAVE..., 2018c; 2018d; 2019e; 2019f).

Portanto, essa combinação entre pobreza e conflitos armados formaria o ambiente ideal para o recrutamento e utilização de crianças. A organização enfatiza, especialmente, os grupos armados não-estatais que, de acordo com seus relatórios, constituem crescentes ameaças, pois estão se proliferando, estão fora do escopo das legislações internacionais sobre proteção de civis e são difíceis de serem monitorados. As verdadeiras ameaças seriam, então, esses grupos que utilizam as crianças, não as crianças-soldado em si (SAVE..., 2019e).

As menções são tímidas às responsabilidades que os países mais ricos têm nessas situações de conflito. A organização até chega a conclamar esses países a fornecer maior ajuda financeira a projetos de proteção e reintegração de crianças. Porém, os países do Norte são vistos mais como doadores, como se a doação bastasse para reparar esses danos. A ONG não enfatiza, por exemplo, o peso que esses países tiveram e ainda têm em vários desses conflitos armados, inclusive na guerra na Síria. A responsabilidade, em última instância, ainda recai sobre os próprios “Estados Falhados” associados a conflito armados.

6.2 *Watchlist on Children and Armed Conflict*

A *Watchlist* foi fundada em 2001 por um grupo de organizações humanitárias e de direitos humanos como uma forma de melhorar o monitoramento das violações contra as crianças em conflitos armados. Em 2012, a organização estabeleceu uma nova estrutura de governança com o *Tides Center* como seu novo patrocinador fiscal. O *Tides Center* é uma organização sem fins lucrativos da Califórnia que gerencia aproximadamente 60 milhões de dólares em fundos para 217 projetos independentes (WATCHLIST..., 2013, p. 2).

De acordo com o site oficial da organização, os membros associados à *Watchlist* incluem as seguintes ONGs: *Child Fund Alliance*; *Geneva Call*; *Global Centre for the Responsibility to Protect*; *Human Rights Watch*; *Plan International*; *The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative*; *Terre des Hommes*; *War Child* e *World Vision* (WATCHLIST..., 2019a).

Países como Alemanha, Austrália, Bélgica, Estados Unidos, Liechtenstein, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Suécia, Suíça e a região do Reino Unido, além de instituições de caridade como *John T. and Catherine D. MacArthur Foundation* e *American Jewish World Service* já apareceram na lista de doadores que é divulgada pela organização em seus relatórios anuais (WATCHLIST...2013, 2014, 2016, 2017, 2018).

Assim, a *Watchlist* se define como uma rede global que constrói parcerias com organizações não-governamentais internacionais, nacionais e locais (WATCHLIST..., 2019a)⁹⁰.

As publicações da organização se dividem em: relatórios anuais sobre crianças e conflitos armados (de 2013 a 2018); atualizações mensais sobre crianças e conflitos armados; *policy reports* (contêm recomendações sobre políticas que devem ser tomadas); e relatórios de monitoramento em campo (acompanham a situação de cada país analisado pela organização) (WATCHLIST..., 2019b)⁹¹. A *Watchlist* emprega o termo criança-soldado em seus relatórios, porém não discute o que significa a expressão nem o que entende por “criança” e “infância”. A organização parece seguir a mesma definição acordada pela CDC e utilizada pela ONU, considerando criança qualquer pessoa menor de 18 anos.

O principal papel da ONG é ser um canal de diálogo que levanta dados, compila, apresenta e faz recomendações sobre formas de se proteger as crianças durante conflitos armados. Como mencionamos no início deste capítulo, a *Watchlist* possui status consultivo junto ao sistema da ONU e acompanha de perto o trabalho das agências das Nações Unidas, podendo recomendar mudanças de políticas e defender a adoção e implementação de novas medidas (WATCHLIST..., 2019a).

A título de exemplo, em fevereiro de 2013, a *Watchlist*, juntamente com a Missão Permanente de Liechtenstein nas Nações Unidas e com o *Liechtenstein Institute for Self-Determination*, promoveram um *workshop* sobre como lidar com perpetradores de violência contra as crianças. Em sessões privadas, os especialistas da *Watchlist* elaboraram

⁹⁰ Como exemplo da parceria com comunidades locais, a *Watchlist* apoiou a *Coalición contra la vinculación de niños, niñas y jóvenes al conflicto armado en Colombia* (Coalico) (WATCHLIST, 2013, p. 6).

⁹¹ Os seguintes países são contemplados nesses relatórios: Afeganistão, Colômbia, Iêmen, Mali, Mianmar, Nepal, Nigéria, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Sri Lanka, Sudão, Sudão do Sul e Uganda (WATCHLIST..., 2019d).

recomendações para o sistema da ONU. O evento resultou em um relatório que ofereceu vinte e duas recomendações ao Conselho de Segurança, ao Grupo de Trabalho do CS sobre Crianças e Conflitos Armados, aos Estados Membros e ao Secretariado da ONU (WATCHLIST..., 2019c).

A ONG deixa claro que tem o objetivo de usar suas publicações como ferramentas para influenciar tomadores de decisão na ONU e, de forma mais geral, profissionais envolvidos com a proteção das crianças no mundo todo (WATCHLIST..., 2019d).

A organização almeja que a agenda Crianças e Conflitos Armados se estabeleça firmemente no *mainstream* dos debates internacionais. Ou seja, que a proteção de crianças seja lembrada quando se fala em assuntos que perpassam a violência contra a criança, por exemplo, em discussões sobre proliferação de armas leves e mandatos de missões de paz (WATCHLIST..., 2014). A ONG trabalha no sentido de alertar o sistema onusiano e os Estados Membros que a proteção de crianças deve ser explicitamente citada nos documentos das Nações Unidas – como resoluções do CS. Durante a renovação do mandato da Missão Multidimensional de Estabilização Integrada da ONU no Mali, por meio da resolução 2164, a *Watchlist* contribuiu para que a proteção de escolas e a detenção ilegal e arbitrária de crianças fossem incluídas entre as principais preocupações no país (WATCHLIST..., 2017).

Mais especificamente sobre o emprego de crianças-soldado, a organização divulgou um estudo em parceria com a *Human Rights Watch* que aponta que “nos últimos vinte anos, pelo menos 130 mil crianças-soldado foram libertadas ou desmobilizadas de forças armadas ou grupos armados” (HUMAN RIGHTS WATCH; WATCHLIST..., 2019, p. 1)⁹².

As organizações chamam a atenção para o fato de que, especialmente em conflitos envolvendo grupos classificados como terroristas ou extremistas, os governos tornam-se mais propensos a deter crianças que participaram desses grupos do que a prover reabilitação e reintegração a essas crianças-soldado. Dessa forma, a criança-soldado é punida e estigmatizada por ter participado junto ao grupo armado. A criança, em si, é considerada uma ameaça à segurança nacional do Estado que sofreu ataques de algum grupo extremista e é julgada conforme padrões adultos. A *Watchlist* alerta que, em caso de ter violado leis internacionais, a criança deve ser tratada conforme os padrões de justiça juvenil que são diferentes da justiça que recai sobre os adultos. A ONG cita que:

No nordeste da Nigéria, por exemplo, desde 2013 as autoridades detiveram mais de 3.600 crianças, incluindo 1.600 meninas, por suspeita de envolvimento com o *Boko*

⁹² No original: “Over the past 20 years, at least 130,000 child soldiers have been released or demobilized from armed forces or armed groups”.

Haram. Algumas das crianças tinham até cinco anos de idade (HUMAN RIGHTS WATCH; WATCHLIST..., 2019, p. 2)⁹³.

Uma das preocupações da ONG é que a agenda Crianças e Conflitos Armados seja “politizada” e que os perpetradores de violência contra as crianças saiam impunes (WATCHLIST..., 2018, p. 1). Um exemplo citado pela organização da “politização” da agenda ocorreu em 2016, quando o então Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, documentou que forças de coalizão lideradas pela Arábia Saudita haviam cometido graves violações no conflito no Iêmen, incluindo ataques a escolas e hospitais. A Arábia Saudita foi listada nos anexos do relatório do Secretário-Geral por tais violações. No entanto, Ban Ki-moon removeu a Arábia Saudita da lista, alegando que o país ameaçou cancelar sua contribuição financeira ao fundo humanitário da ONU se não fosse retirada do relatório (WATCHLIST..., 2016, p. 1)

Nesse contexto, a *Watchlist* – conjuntamente com a *Save the Children* – conseguiu reunir mais de 37 mil assinaturas em uma petição que solicitava ao Secretário-Geral que a Arábia Saudita e sua coalizão fossem listadas por ataques a escolas e hospitais e por matar e mutilar crianças no Iêmen. Por meio dessa petição, a *Watchlist* influenciou as delegações no debate aberto promovido pelo CS sobre Crianças e Conflitos Armados, de forma a reiterar o apoio à imparcialidade do processo de listagem do Secretário-Geral, que acabou por acatar a recomendação da organização (WATCHLIST..., 2017, p. 4).

Conforme os materiais disponibilizados pela *Watchlist* em seu site oficial, concluímos que a ONG se preocupa mais em tomar medidas práticas e efetivas que tenham impacto direto no sistema da ONU – que ainda é o maior sistema internacional relativo à paz e à segurança internacionais – e menos em explicar o porquê da existência das crianças-soldado.

Entendemos que, diante das violações cometidas contra as crianças – em que o recrutamento e uso de crianças em hostilidades é apenas mais uma entre tantas violações – discutir sobre quais bases o sistema da ONU ancora seu trabalho parece pouco efetivo e não gera medidas a curto prazo. Devido à gravidade e urgência do tema, a *Watchlist* foca mais em melhorar os mecanismos de pressão que o CS já possui, bem como fiscalizar a implementação de Planos de Ação. Através de seus relatórios mensais, a *Watchlist* é capaz de acompanhar, em campo, a situação das crianças em diferentes países.

Pelo fato de ser composta por diversos membros associados e estabelecer múltiplas parcerias com outras organizações locais e nacionais, a *Watchlist* foca mais em trazer dados e

⁹³ No original: “In northeast Nigeria, for example, since 2013 authorities have detained over 3,600 children, including 1,600 girls, for suspected involvement with Boko Haram. Some of the children have been as young as five years old”.

acompanhar o trabalho da ONU do que em estabelecer uma narrativa paralela que aprofunde ou dê novas explicações sobre o emprego de crianças-soldado.

Mesmo não tendo o objetivo de criar uma nova narrativa, ao fazer recomendações aos tomadores de decisão, a *Watchlist* expressa a importância de abordar a proteção de crianças por meio do viés securitário. A ONG considera essenciais os mecanismos que constroem as partes que empregam crianças-soldado.

6.3 *The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative*

A *Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative* se define como uma parceria global ligada à Faculdade de Artes e Ciências Sociais da Universidade Dalhousie, em Halifax, no Canadá. A organização também é parte do *Institute for Children and Youth in Challenging Contexts* da mesma universidade (BOYTER, 2017).

A ONG foi fundada pelo General Roméo Dallaire em 2007. Dallaire teve contato com as crianças-soldado durante o genocídio de Ruanda, em 1994, quando era Comandante da Força da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda. Nesse período, Dallaire concluiu que as tropas que ele comandava não estavam preparadas para lidar com crianças-soldado (THE ROMÉO..., 2019a).

De acordo com o próprio site da organização, o objetivo é:

trazer a perspectiva do setor de segurança para a questão da criança-soldado, ao mesmo tempo equipar o setor de segurança por meio de treinamento e ferramentas para prevenir o recrutamento e uso de crianças-soldado no mundo inteiro (THE ROMÉO..., 2019a, tradução nossa)⁹⁴.

A ONG aceita doações, possui programa de trabalho voluntário e dispõe de uma equipe própria que inclui pesquisadores e militares aposentados. A organização ainda conta com parceiros como OTAN, *British Peace Support Training Association*, Escritórios do Procurador-Geral do Tribunal Penal Internacional e o Departamento de Operações de Paz da ONU (HOLLAND; WHITMAN, 2015).

Até 2019, a organização havia publicado 42 documentos, quase todos disponíveis integralmente no site oficial, contando com a autoria ou coautoria de Shelly Whitman, diretora executiva da organização desde 2010 (THE ROMÉO..., 2019a). Dessas publicações, 29 são documentos de pesquisa, 5 são relatórios com diretrizes de treinamento para funcionários de

⁹⁴ No original: “to bring the perspective of the security sector to the issue of child soldiery, while equipping them with the training and tools to prevent the recruitment and use of child soldiers worldwide. Through this we hope to build a more holistic, prevention oriented approach to the issue of child soldiers that complements current efforts while providing innovative solutions”.

segurança, 7 são relatórios anuais nos quais publicam a lista de seus doadores⁹⁵ e 3 são publicações chamadas de *Allons-y*, que consistem em conjuntos de artigos publicados por jovens acadêmicos e comentados por especialistas (THE ROMÉO..., 2019b).

Além disso, a ONG produz relatórios específicos para cada país analisado: Colômbia, Iêmen, Jordânia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Líbano, Líbia, Mali, Mianmar, Síria e Iraque, Somália, Sudão do Sul e Turquia (THE ROMÉO..., 2019c). A organização concentra sua análise mais na África e no Oriente Médio, dando destaque para situações que não aparecem em outras ONGs como a utilização de crianças-soldado por grupos armados não-estatais que atuam nos territórios de Jordânia e Turquia. Além desses países, a *Roméo Dallaire* também dedicou um espaço em seu site oficial para publicar artigos curtos sobre a situação de crianças recrutadas na Coreia do Norte (THE ROMÉO..., 2019d).

A organização toca em temas que giram em torno da proteção da infância durante situações de conflito armado: crianças-soldado com deficiência (JOHNSON; WHITMAN, 2016); utilização de crianças em ações de pirataria marítima (JOHNSON; REEVES; WHITMAN, 2016; WHITMAN, 2013; CONRADI; HOLLAND; WHITMAN, 2013); relação entre tráfico de crianças e utilização de crianças-soldado (CONRADI, 2013); meninas-soldado sob a perspectiva de gênero (CONRADI et al., 2012); envolvimento de crianças em processos de paz (JOHNSON et al., 2012); violência sexual contra crianças na República Democrática do Congo (WHITMAN, 2012a); Responsabilidade de Proteger e crianças-soldado (WHITMAN, 2012b); os desafios de se realizar pesquisas sobre crianças-soldado na República Democrática do Congo (WHITMAN, 2011); e mulheres no Setor de Segurança e a prevenção ao uso de crianças-soldado (HOLLAND; WHITMAN, 2014).

Diferentemente da *Watchlist*, a *Roméo Dallaire* possui a preocupação de explicar porque as crianças-soldado devem ser vistas sob um viés securitário. Isto é, de que forma essa temática possui relação com a Segurança Internacional e, mais especificamente, com o Setor de Segurança.

A ONG parte da explicação de que as crianças-soldado são utilizadas, pois oferecem vantagens táticas: são facilmente manipuláveis, baratas e não necessitam de amplo treinamento (HOLLAND; WHITMAN, 2015). Ademais, as partes beligerantes podem usar táticas específicas para garantir que as crianças-soldado sejam afastadas de suas comunidades – como forçá-las a cometer violência – fazendo com que seja difícil que elas consigam se inserir em

⁹⁵ A organização conta com uma lista variada de doadores que inclui: *Canadian Forces Central Fund* (BOYTER et al., 2016); *The University of Western Ontario United States Institute for Peace* (CONRADI; WHITMAN; ZAYERD, 2013) e Unicef (BOYTER et al., 2015; THE ROMÉO..., 2019c).

outras atividades na sociedade quando o conflito chega ao fim (HOLLAND; WHITMAN, 2015, p. 17). De acordo com o relatório da organização, na Somália, entre 2011 e 2017, 6163 crianças foram recrutadas por grupos armados e forças armadas nacionais. Aproximadamente 50% dos combatentes do grupo armado não-estatal *Al-Shabaab* eram crianças e a criança mais jovem documentada utilizando armas tinha 9 anos de idade (THE ROMÉO..., 2018, p.5).

A *Roméo Dallaire* também dá o exemplo da Jordânia, país que não é citado nos relatórios da ONU sobre Crianças e Conflitos Armados, tampouco em outras ONGs aqui analisadas. De acordo com o estudo, o país já condenou publicamente o uso de crianças-soldado. Ainda assim, crianças continuam a serem recrutadas em campos de refugiados, sendo levadas por grupos armados para a Síria a fim de atuarem nas linhas de batalha. Há relatos de crianças que são treinadas para cometer atentados suicidas. Fatores como apoio ideológico a grupos armados e protesto ao governo; falta de acesso à educação e falta de recursos financeiros são citados como causas desse recrutamento (LORI...; THE STAHALI..., 2017).

A ONG também cita que a Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos documentaram relatos de recrutamento de crianças-soldado pelo Estado Islâmico, as quais funcionariam como combatentes, escravas sexuais e seriam até mesmo utilizadas para transfusões de sangue para combatentes adultos feridos (LORI...; THE STAHALI..., 2017).

A organização explica que, em “Estados frágeis e fracos” as crianças são mais facilmente influenciadas a participar de atividades criminosas e trabalho degradante, incluindo o recrutamento. Conforme a organização argumenta, quando expostas à violência e degradação endêmica desses Estados, as crianças tornam-se mais suscetíveis a serem recrutadas durante épocas de conflitos armados. Desse modo, a ONG acredita que conhecer as realidades nas quais essas crianças estão inseridas é um fator-chave para prevenir o recrutamento (HOLLAND; WHITMAN, 2015).

Por vezes, a ONG descreve as crianças-soldado como “armas de guerra”⁹⁶ ou como “sistemas de armas” (*weapons system*), no sentido em que elas são manipuladas ou até mesmo utilizadas como escudos humanos pelas partes beligerantes. Sobre o emprego desse último termo, a organização explica que:

The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative usa o termo ‘sistema de armas’ para descrever o uso de crianças como soldados. Ao fazê-lo, reconhece a perversidade do conceito. O uso deste termo de forma alguma impede ou ignora a humanidade das crianças; em vez disso, serve para destacar as preocupações de segurança colocadas

⁹⁶ Como na seguinte passagem: “Our mission is to progressively eradicate the use and recruitment of child soldiers through a security sector approach. Our vision is a world where children are no longer recruited or used as weapons of war” (THE ROMÉO..., 2019g, grifo nosso).

por crianças-soldados que geralmente são negligenciadas. Ao enfatizar essas preocupações, a Iniciativa Dallaire ressalta sua crença de que os atores do setor de segurança têm um papel importante a desempenhar na proteção das crianças durante os conflitos (THE ROMÉO..., 2019f, n. p., tradução nossa)⁹⁷.

A organização acredita que as respostas globais ao recrutamento e uso de crianças-soldado têm sido insuficientes, visto que se focam mais no processo de desarmamento, desmobilização e reintegração dessas crianças do que na prevenção de novos recrutamentos. Assim, as crianças ficariam ainda mais vulneráveis a serem sequestradas, manipuladas e utilizadas como soldados, especialmente por grupos armados. A *Roméo Dallaire* alerta que a comunidade internacional tem falhado em prevenir conflitos e recrutamento de crianças. Como exemplo, a organização cita a República Centro Africana, país no qual foi registrada a utilização de crianças-soldado em 2007 e, mais de uma década depois, a situação persiste. Na análise da ONG, os esforços da ONU por meio de programas de reintegração de ex-combatentes foram em vão, visto que o conflito continua ocorrendo e ainda há relatos do uso de crianças pela Frente Democrática do Povo da África Central e pelo Movimento de Libertação do Povo da África Central (HOLLAND; WHITMAN, 2015).

A partir dessa constatação, a ONG propõe-se a interromper o ciclo de utilização de crianças-soldado ao treinar os funcionários de segurança para identificar essa prática, além de saber lidar com essas crianças, quando as encontram em campo de batalha. Ou seja, a organização aposta na Reforma do Setor de Segurança como uma maneira de lidar e prevenir o emprego de crianças-soldado. De forma geral, a Reforma do Setor de Segurança⁹⁸ consiste em reformas em forças de segurança que apresentam problemas como ineficiência e corrupção. Instituições internacionais como o Banco Mundial e a OCDE reiteram que tal reforma deveria se dar em direção às normas democráticas e de direitos humanos e que ela é necessária para que haja maior progresso econômico, social e desenvolvimento. Em outras palavras, a Reforma do Setor de Segurança reforça o vínculo entre desenvolvimento e segurança que vimos no capítulo 3, de maneira que quanto maior a segurança proporcionada pelos agentes de tal reforma maior seria a possibilidade de alcançar desenvolvimento nessas regiões. Assim, o objetivo seria reestruturar forças armadas, polícia, serviços de inteligência e instituições penais e judiciais, sobretudo em países em desenvolvimento (ABRAHAMSEN; WILLIAMS, 2006). De acordo

⁹⁷ No original: “The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative uses the term “weapons system” to describe the use of children as soldiers. In doing so, it acknowledges the perversity of the concept. The use of this term in no way precludes or ignores the humanity of children; instead, it serves to highlight the security concerns posed by child soldiers that are often overlooked. By emphasising these concerns, the Dallaire Initiative underscores its belief that security sector actors have an important role to play in the protection of children during conflicts”.

⁹⁸ Sobre esse assunto e suas críticas, ver também: BRYDEN, A; FLURI, P., (eds). *Security Sector Reform: Institutions, Society and Good Governance*. Baden-Baden, Nomos, 2003.

com a *Roméo Dallaire*, a Reforma do Setor de Segurança deveria incluir também o treinamento para lidar com as crianças-soldado.

Dessa forma, a organização entende que a prevenção do uso de crianças-soldado deve ser vista como prioridade na agenda de Segurança Internacional, tanto para proteger a infância quanto para que os profissionais de segurança possam desempenhar seu papel (HOLLAND; WHITMAN, 2015).

Nesse sentido, a iniciativa de Dallaire converge com a visão da *Watchlist* de que governos, organizações internacionais e tomadores de decisão devem investir na proteção das crianças para que qualquer esforço de construção da paz e da segurança funcione (HOLLAND; WHITMAN, 2014; 2015).

A fim de atingir esse objetivo, a organização argumenta que o Setor de Segurança possui um papel fundamental e maior do que, normalmente, lhe é atribuído. Assim, o trabalho da ONG consiste em capacitar militares e policiais sobre como tratar crianças em conflitos armados. A *Roméo Dallaire* reconhece que a efetiva aplicação do treinamento que ela fornece exige preparação a nível nacional dos funcionários de segurança e mudanças de comportamento na polícia nacional, mesmo durante tempos de paz (BOYTER, 2017; WHITMAN; ZAYED, 2014).

Em 2012, por exemplo, a *Roméo Dallaire* desenvolveu um projeto de dois anos, em parceria com o Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (*United Nations Institute for Training and Research* – Unitar, na sigla em inglês) a fim de criar padrões de treinamento para atores que trabalham no Setor de Segurança. Conjuntamente, a organização e a Unitar conduziram treinamentos em Ruanda, baseados na experiência da *Roméo Dallaire*. Os pontos centrais desse exercício de treinamento envolveram: saber identificar crianças-soldado (reconhecer que não são apenas aquelas que carregam armas, elas podem desempenhar múltiplas funções como cozinheiras e escravas sexuais); conhecer as legislações nacionais e internacionais de proteção da infância; saber como as crianças são recrutadas; como são usadas estrategicamente (por exemplo, podem ser utilizadas como escudos humanos); e ter consciência dos desafios específicos que as meninas-soldado enfrentam (como dar à luz enquanto ainda está envolvida com algum grupo ou força armada) (BOYTER, 2017; DALLAIRE, 2018; WHITMAN; ZAYED, 2014)⁹⁹.

⁹⁹ A *Roméo Dallaire*, juntamente com o governo do Canadá, e com a consultoria do Departamento de Operações de Paz da ONU, do Unicef e do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos estabeleceram os Princípios de Vancouver em 2017. Tal iniciativa consiste em uma série de compromissos a fim de treinar as tropas da ONU e profissionais de segurança para que saibam identificar e prevenir o recrutamento e uso de crianças-soldado durante mandatos de operações de paz da ONU (CANADA, 2017a). Até 2019, 89

Para isso, forneceram material de leitura e aulas sobre como lidar com as crianças-soldado, incluindo material audiovisual, apresentações, pequenos grupos de trabalho e discussões em grupo. De acordo com a *Roméo Dallaire*, já foram treinados mais de 700 profissionais do Setor de Segurança em mais de 64 países (WHITMAN; ZAYED, 2014, p.6). Em Serra Leoa, por exemplo, a organização treinou mais de 1400 funcionários de segurança, incluindo polícia e militares. Destes, um em cada três eram mulheres (BOYTER et. al., 2018, p.3).

A organização ainda considera que “o recrutamento e uso de crianças-soldado, como um crime contra a humanidade, é abarcado pela aplicação da R2P, mas é apenas um indicador de alerta [para atrocidades em massa]” (HOLLAND; WHITMAN, 2015, p. 11, tradução nossa)¹⁰⁰. Mesmo ciente das críticas, a organização aposta na aplicação do princípio da Responsabilidade de Proteger (R2P) como uma possibilidade de prevenir atrocidades em massa, como um instrumento para impedir a escalada de violência e, consequentemente, o emprego de crianças-soldado. A ONG reconhece que ainda é necessário desenvolver um consenso sobre quando utilizar a R2P e quais são os sinais que podem indicar que uma situação de extrema violência está por vir. Ainda assim, a *Roméo Dallaire* conclui que a questão das crianças-soldado “tem o potencial de galvanizar o apoio global e, ao mesmo tempo, alcançar o objetivo de Ban Ki-moon que pede por uma ‘abordagem estreita, mas profunda’ [da R2P]” (HOLLAND; WHITMAN, 2015, p. 11, tradução nossa)¹⁰¹.

Analisando o trabalho dessa organização, podemos observar que ela apresenta uma narrativa mais evidente do que entende por crianças-soldado, a causa do fenômeno e as possíveis soluções. A ONG enxerga as crianças como “armas de guerra”, facilmente recrutadas e manipuladas pelas partes em conflito – especialmente pelos grupos não-estatais. Sob essa perspectiva, a própria criança – definida de acordo com os padrões internacionais como qualquer pessoa com menos de 18 anos – é vista mais como um ser passivo do que como um ator de suas ações. Apesar disso, a organização reconhece que a criança pode participar ativamente de processos de paz e é um ator relevante na resolução de conflitos.

Estados Membros da ONU – incluindo o Brasil – já haviam apoiado os Princípios de Vancouver. Ver mais em: <<https://www.vancouverprinciples.com/endorsers/>> Também é relevante mencionar que o governo canadense desenvolveu a primeira doutrina nacional sobre crianças-soldado (chamada *Child Soldier Doctrine*) de modo a preparar seus militares para executar ações que envolvam crianças (CANADA, 2017b).

¹⁰⁰ No original: “The recruitment and use of child soldiers, as a crime against humanity, falls under the mandate of R2P but has yet to be used as an early warning indicator”.

¹⁰¹ No original: “it has the potential to galvanize global support while at the same time achieving Ban Ki Moon’s call for a ‘narrow but deep approach’”.

A causa do emprego de crianças-soldado converge com a narrativa da ONU no que concerne à escalada de violência dos conflitos contemporâneos. A organização foca no uso indiscriminado da violência que acaba por atingir também as crianças.

Como forma de vislumbrar um futuro em que o emprego de crianças-soldado seja erradicado, a organização critica a abordagem focada apenas em libertar as crianças de grupos armados e enfatiza uma estratégia preventiva – o que constitui o diferencial dessa ONG. A partir disso, a organização passa a focar na importância do Setor de Segurança. A possibilidade do emprego da Responsabilidade de Proteger como forma de prevenir o uso de crianças-soldado deixa em aberto até que ponto é possível instrumentalizar a temática das crianças-soldado como mais um fator que pode ajudar a legitimar intervenções com interesses outros além da proteção de civis.

6.4 Child Soldiers International e Child Rights International Network (CRIN)

A *Child Soldiers International*, originalmente chamada de *Coalition to Stop the Use of Child Soldiers*, foi fundada em 1998, no Reino Unido. Sua criação deu-se no contexto das negociações junto à Comissão de Direitos Humanos da ONU, que culminaram no Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, adotado em 2000. Esse protocolo foi uma resposta ao fato de que a Convenção sobre os Direitos da Criança não logrou estabelecer a proibição de recrutamento militar para menores de 18 anos (CHILD..., 2012, p. 5).

Quando encerrou suas atividades, a ONG solicitou que a *Roméo Dallaire* e o *Child Rights International Network* (CRIN) dessem continuidade aos seus esforços. Assim, a *Roméo Dallaire* ficou responsável por alguns projetos na República Democrática do Congo e no Sudão do Sul (THE ROMÉO..., 2018, p. 27)¹⁰². Já o CRIN deu sequência aos estudos sobre o recrutamento de menores de 18 anos no Reino Unido.

Conforme mencionamos no início deste capítulo, o CRIN se autodenomina um *think tank* que almeja que as crianças sejam reconhecidas como pessoas com direitos humanos e que a reponsabilidade pela proteção da criança seja compartilhada por governos e sociedades¹⁰³.

¹⁰² No relatório de 2018, a *Roméo Dallaire* expressou que: “We are honoured that CSI [Child Soldiers International] has requested our help in ensuring that the important work they started lives on through a handover of key existing programs and resources. This includes CSI’s projects in DRC [Democratic Republic of Congo] and South Sudan, the World Index, Red Hand Day and their research publications” (THE ROMÉO..., 2018, p. 27).

¹⁰³ O CRIN surgiu de forma embrionária em 1991, composto pelas equipes da *Save the Children* Suécia e *Defence for Children International* (DCI), com o objetivo de ser uma rede de informação sobre os direitos da criança,

Ainda explicitam que defendem direitos, e não caridade, para as crianças, pois consideram que elas não são objetos passivos de caridade, mas sim sujeitos de direito (CRIN, 2019a). Entre os temas tratados pelo *think tank* estão: justiça para as crianças; crianças na era digital; estratégias de contraterrorismo que afetam as crianças; direitos civis e políticos; crianças em detenção e privadas de liberdade; impacto dos problemas ambientais na infância; alistamento militar de crianças e violência sexual contra crianças (CRIN, 2019b).

O *think tank* publicou 13 relatórios de pesquisa sobre esses diversos temas, 4 relatórios com compilação de dados sobre o mapeamento das condições das crianças em diferentes países e 24 relatórios que abordam questões preocupantes ligadas à infância em diversas nações¹⁰⁴. O CRIN trabalha em parceria com agências da ONU, submetendo seus relatórios e pesquisas à organização (CRIN, 2019d).

O principal ponto da abordagem conferida ao tema das crianças-soldado pela *Child Soldiers* e pelo CRIN é a posição “*Straight 18*”. Isto significa defender que todos os países e grupos armados tomem as medidas necessárias para que nenhuma pessoa menor de 18 anos seja alistada ou recrutada – voluntariamente ou não – em épocas de conflito armado ou em épocas de relativa estabilidade política. Logo, não implica apenas em cuidar para que crianças não sejam empregadas durante conflitos armados, mas que, mesmo em países que não passam por conflitos em seus territórios, as crianças não sejam envolvidas nos treinamentos militares (CHILD..., 2012; CRIN, 2019e).

Assim como a *Roméo Dallaire*, a *Child Soldiers* apostou na Reforma do Setor de Segurança como maneira de tentar prevenir o emprego de crianças-soldado. A organização criticou o trabalho da ONU, pois ele se foca mais nos casos em que as crianças-soldado já estão sendo empregadas ativamente nas hostilidades e menos em garantir que as crianças sejam poupadas de serem empregadas em forças armadas e grupos armados, ou seja, em criar impedimentos para o recrutamento de crianças (CHILD..., 2012).

No início de seus relatórios, a *Child Soldiers* colocava um glossário com as definições que costumava adotar em seus trabalhos. Isso tornava mais evidente o entendimento da organização sobre a infância e a violência. Por exemplo, a ONG entende que criança é qualquer

logo após a Convenção sobre os Direitos da Criança ser estabelecida em 1989. Ao longo dos anos, o CRIN foi ganhando maior independência como uma rede de monitoramento e produção de conteúdo sobre os direitos da criança (CRIN, 2018a). Além de receber doações voluntárias, o CRIN é financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Noruega, pela *Oak Foundation* (fundação que desenvolve projetos na área de direitos humanos); *Save the Children* Suécia e Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional e Cooperação (*Swedish International Development and Cooperation Agency - Sida*) (CRIN, 2018b).

¹⁰⁴ África do Sul, Argentina, Austrália, Áustria, Bangladesh, Bulgária, Colômbia, Croácia, França, Estados Unidos, Índia, Irlanda, Libéria, Nigéria, Paraguai, Peru, Quênia, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Senegal e Ucrânia (CRIN, 2019c).

pessoa menor de 18 anos e que criança-soldado é o equivalente a “criança associada a força armada ou grupo armado” e “não se refere apenas a uma criança que está participando ou participou diretamente de hostilidades” (CHILD..., 2012; 2014)¹⁰⁵.

Em seu relatório de 2012 – que teve apoio financeiro dos governos da Noruega, Suécia e Suíça – a *Child Soldiers* chamou a atenção para o fato de que os Estados conseguem achar brechas para empregar crianças. Apesar de muitos países já proibirem – ou afirmarem proibir – que pessoas com menos de 18 anos façam parte de suas forças armadas, isso nem sempre se traduz em proteção para as crianças (CHILD..., 2012).

O estudo do CRIN destaca a falta de rigor dos Estados e dos grupos armados em conferir a idade das crianças; as leis nacionais que não criminalizam o recrutamento de menores de 18 anos; e a incapacidade dos sistemas de justiça domésticos de investigar, processar e punir tal prática. Ou seja, ainda não existe total vontade política e comprometimento dos atores internacionais para que a posição defendida pelo CRIN, o “*Straight 18*”, seja, de fato, implementada (CRIN, 2019e).

Desse modo, podemos observar que tanto a *Child Soldiers* quanto o CRIN entendem que a criança-soldado não é uma questão apenas dos países que estão passando por conflitos armados em seus territórios (como Síria e Iêmen), mas consiste em um problema de compartilhamento de responsabilidade internacional. Isto é, faz-se necessário que cada país se comprometa a não empregar menores de 18 anos em suas forças. Mais do que isso, de acordo com o entendimento dessas organizações, ainda é preciso que os Estados se comprometam a não apoiar militarmente governos e grupos armados que utilizam crianças-soldado, além de vigiar suas fronteiras para que crianças não sejam raptadas e utilizadas em outros países (CHILD..., 2012; 2014; CRIN, 2019e).

Os EUA, por exemplo, tomaram medidas para proteger as crianças do envolvimento em hostilidades. No entanto, o país considera que atividades como transportar armas e munições não constituem “participação direta em hostilidades”. Alguns governos até chegaram a aprovar legislações para criminalizar o recrutamento e uso de crianças-soldado, no entanto, estas não estão em total conformidade com o Protocolo Facultativo de 2000¹⁰⁶. A título de exemplo, a Austrália criminalizou o recrutamento apenas dos menores de 15 anos (CHILD..., 2012, p. 65).

¹⁰⁵ No original: “It does not only refer to a child who is taking or has taken a direct part in hostilities.”

¹⁰⁶ De acordo com o relatório, esse é o caso de países como Alemanha, Bielorrússia, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Burundi, Canadá, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Estados Unidos, Geórgia, Irlanda, Malta, Mali, Nova Zelândia, Países Baixos, Quênia, Reino Unido, República da Coreia, Samoa e Trinidad e Tobago (CHILD..., 2012, p.65).

A *Child Soldiers* também chama atenção para países nos quais os menores de 18 anos que frequentam escolas militares são considerados membros das forças armadas¹⁰⁷. Nessa situação, os estudantes dessas escolas são considerados ativos no serviço militar, o que os coloca em risco de serem convocados para participar de hostilidades se a lei nacional assim permitir (CHILD..., 2012, p.55).

Especificamente sobre o Reino Unido, há sete relatórios produzidos pela *Child Soldiers* e que agora estão disponíveis no site do CRIN, além de outros estudos desenvolvidos pelo CRIN com a colaboração da *Child Soldiers*. Embora o Ministério da Defesa britânico não colete dados socioeconômicos dos seus militares, o CRIN conduziu pesquisas sobre o tema e concluiu que os menores de 18 anos vinham das partes mais pobres do Reino Unido, principalmente das áreas urbanas do norte da Inglaterra (CRIN, 2019e, p.4).

De acordo com o documento:

A cada ano, as forças armadas britânicas recrutam mais de 2000 crianças de 16 e 17 anos, principalmente para o exército e, especialmente, para a infantaria [...]. O Reino Unido é o único Estado da Europa e um dos poucos em todo o mundo que permite alistamento aos 16 anos (CRIN, 2019e, p. 4)¹⁰⁸.

Desde que ratificou o Protocolo Facultativo da CDC sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, pessoas com menos de 18 anos não são normalmente enviadas para participar de hostilidades. No entanto, o uso militar de jovens no Reino Unido despertou a preocupação de organizações de saúde pública e de direitos humanos – como o Comitê de Direitos Humanos da ONU (CRIN, 2019e, p. 4).

Os dados levantados pelo CRIN mostram que o recrutamento anterior aos 18 anos prejudica a educação e a saúde dos jovens, visto que os padrões de educação das forças armadas aparecem abaixo dos padrões mínimos de escolas e faculdades civis no Reino Unido; e o treinamento inicial dos recrutas envolve disciplina severa, privação do sono, exaustão e isolamento social. O estudo mostra que problemas relacionados ao estresse nas forças armadas britânicas, tais como ansiedade e depressão, são duas vezes mais comuns que na esfera civil (CRIN, 2019e, p.22-23).

O relatório ainda aponta que a infantaria – área que concentra a maioria dos menores de 18 – é a que expõe o soldado aos maiores riscos. No Afeganistão, as tropas de infantaria

¹⁰⁷ É o caso dos países: Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Chile, Guatemala, Honduras, Japão, México, Paraguai, Peru, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão e Vietnã. (CHILD..., 2012, p.55).

¹⁰⁸ No original: “Each year the British armed forces enlist over 2,000 children aged 16 and 17, mostly for the army and particularly for the infantry [...] The United Kingdom (UK) is the only State in Europe and among only a few worldwide allowing enlistment at age 16”.

britânicas eram seis vezes mais propensas a serem mortas do que o resto do exército e, durante a invasão do Iraque e do Afeganistão, eram duas vezes mais propensas a sofrer de transtorno de estresse pós-traumático. Em relação ao restante do exército, o treinamento de infantaria apresenta o dobro da taxa de desistência entre os recrutas (CRIN, 2019e, p.25).

Mais do que isso, as campanhas de recrutamento do exército do Reino Unido de 2018 e 2019 miraram, estrategicamente, jovens de 16 a 24 anos das classes mais pobres. O público-alvo consistia em jovens de famílias com renda anual média de 10 mil libras (CRIN, 2019e, p.15). As campanhas geralmente associavam a vida militar à oportunidade de emprego e aventuras¹⁰⁹. Contudo, pesquisas com soldados mostram que a taxa de satisfação no trabalho militar é mais baixa se comparada com os trabalhadores civis (44% contra 69%, respectivamente) (CRIN, 2019e, p.17). Além disso, o CRIN lembra que, quando a gama de opções de trabalho na esfera civil aumenta, os índices de alistamento tendem a cair¹¹⁰. Embora, teoricamente, seja necessário o consentimento dos pais para que os menores de 18 anos possam se alistar, na prática, o consentimento é tratado como uma formalidade (CRIN, 2019e).

O CRIN ressalta que o recrutamento de menores de 18 anos no Reino Unido deve ser diferenciado de outros casos de crianças-soldado empregadas ativamente em conflitos armados ao redor do mundo. Todavia, a postura conivente do Reino Unido confere legitimidade para que Estados e grupos armados continuem empregando crianças em hostilidades (CRIN, 2019e).

Guardadas as devidas diferenças entre situações de conflitos armados e situações que não estão na iminência de conflitos, há que se ressaltar que a contribuição do trabalho da *Child Soldiers* e do CRIN é lembrar das responsabilidades compartilhadas entre os Estados. Não se trata de responsabilidade no sentido da R2P (responsabilidade de proteger, intervindo em algum país e utilizando a força), mas responsabilidade de tomar medidas preventivas e que sirvam de exemplo e incentivo para que outros países façam o mesmo.

Outra contribuição da *Child Soldiers* e do CRIN é analisar os tipos de violência às quais as crianças de cada país estão submetidas e entender, dentro de cada contexto, o que ainda pode

¹⁰⁹ O relatório do CRIN exemplifica esse fato com um anúncio da campanha britânica 'Seu Exército Precisa de Você', de 2019, que contrasta imagens de uma jovem trabalhando no supermercado - associando essa tarefa à monotonia - com a imagem do trabalho militar - associado à emoção e aventura (CRIN, 2019e, p. 17).

¹¹⁰ Outros fatores também importam para o baixo índice de alistamento como: envelhecimento da população, estudantes que prolongam seu tempo de educação, adiando a entrada no mercado de trabalho, e taxas mais altas de empregabilidade. Devido a essa baixa procura pelo trabalho nas forças armadas, jovens de áreas pobres acabam sendo os alvos do alistamento. Sobre esse tema, ver: WATLING, 'The Army's "Recruitment Crisis" is Not Just an IT Failure', RUSI, 14 December 2018. Disponível em: <<https://rusi.org/commentary/army%E2%80%99s-%E2%80%98recruitment-crisis%E2%80%99-not-just-it-failure>>

ser feito para garantir os direitos das crianças, seja em tempos de guerra, seja em tempos de relativa paz.

6.5 Considerações sobre as narrativas das ONGs

As ONGs analisadas possuem linhas de trabalho distintas que giram em torno do mesmo tema. Enquanto a *Save the Children* dedica-se a entender o porquê do emprego de crianças-soldado, associando-o aos conflitos armados recentes, a *Watchlist* preocupa-se mais em agir para pressionar os tomadores de decisão e monitorar a situação das crianças em campo. Já a *Roméo Dallaire* insiste na Reforma do Setor de Segurança como maneira de prevenir o emprego de crianças-soldado e que essas crianças são utilizadas como “armas de guerra” pelas partes beligerantes. A *Child Soldiers* e o CRIN ressaltam a posição “*Straight 18*” e entendem como criança-soldado qualquer menor de 18 anos envolvido em atividades bélicas e treinamento militar.

Tendo em vista os trabalhos dessas ONGs, podemos notar alguns fatores explicativos em comum com o sistema da ONU e com parte da bibliografia. Por exemplo, a convergência em apontar a violência extrema dos conflitos armados do pós-Guerra Fria e a importância dada ao subdesenvolvimento estatal como uma das causas que levam as crianças a atuarem nos conflitos. Essas organizações também concordam que é necessário reforçar a proteção de crianças contra a violência física e estrutural presente, sobretudo, em países em desenvolvimento.

A definição de criança, infância e criança-soldado também apresenta pontos em comum: implícita ou explicitamente, as ONGs parecem utilizar a definição de criança da CDC (ou seja, menores de 18 anos). Dessa forma, a conceituação de infância se aproxima daquela definida pela Convenção: uma fase em que as crianças devem desfrutar de seus direitos e serem protegidas. Sobretudo a *Save the Children*, a *Roméo Dallaire*, a *Child Soldiers* e o CRIN enfatizam que, o fato de as crianças serem consideradas vítimas nos conflitos armados não significa que elas não tenham poder de ação. Assim, as crianças também podem ser consideradas atores e participantes ativos em processos de negociação da paz. Isto é, as crianças são capazes de expressar suas respectivas opiniões. Essa posição fica ainda mais clara na argumentação do CRIN que ressalta que as crianças são sujeitos de direito e cidadãos.

As ONGs aqui analisadas concordam que algumas temáticas que perpassam o universo das crianças-soldado são de grande urgência. Destacamos a Reforma do Setor de Segurança e libertação de crianças-soldado em detenção. Esses fatores que não são tão apontados pela ONU

ou pela bibliografia sobre crianças-soldado ganham maior atenção por meio do trabalho de ONGs. Através de seus relatórios e estudos, as organizações chegaram à conclusão que o Setor de Segurança precisa passar por um novo treinamento para entender os riscos que as crianças correm e que, essas mesmas crianças, devem receber um tratamento diferenciado, não sendo julgadas como se fossem adultas.

As organizações que estudamos apresentam elementos explicativos que contribuem para construir uma outra narrativa sobre as crianças-soldado, amparada também por parte da bibliografia sobre a temática. Essa “nova” narrativa é construída com base em alguns fatores: 1) o emprego de criança-soldado é uma questão ampla que envolve a utilização de menores de 18 anos em conflitos armados e em atividades de treinamento militar, seja em épocas de guerra ou de relativa paz; 2) a criança-soldado está presente tanto em países do Norte quanto do Sul Global; 3) as crianças-soldado são utilizadas devido a diversos fatores que incluem pobreza, falta de acesso à saúde, educação, lazer, emprego de crianças no trabalho infantil, falta de legislações mais rígidas de proteção da criança, falta de combatentes adultos para atuarem militarmente e glorificação do trabalho militar em grupos e forças armadas. Sendo assim, a responsabilidade pela utilização de crianças-soldado recai de forma compartilhada nos diferentes países que incentivam essa prática – seja pela falta de rigidez em suas legislações domésticas de proteção das crianças, seja pelo apoio militar a grupos e forças armadas que empregam crianças em várias partes do mundo.

Por fim, é interessante notar que a lista de governos doadores que apoia iniciativas da ONU e das ONGs sobre o tema ainda é dominada por países como Noruega, Suíça, Suécia e Canadá – nações desenvolvidas que investem em temas relativos a direitos humanos e Segurança Humana. Contraditoriamente, chama a atenção que o Reino Unido – o maior doador do fundo do Escritório do Representante Especial conforme vimos no capítulo 5 – é citado pela *Child Soldiers* e pelo CRIN justamente por sua postura de empregar menores de 18 anos em suas forças armadas. Logo, ser um grande doador internacional em assuntos sobre a infância é uma forma de interferir nesse tema, de direcionar as prioridades internacionais em torno dessa questão e, conseqüentemente, de mostrar o poder econômico e político de um Estado. No entanto, doar recursos para essa temática não significa necessariamente assumir a responsabilidade pela proteção da criança no âmbito doméstico, tampouco ser um exemplo de amparo à infância.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, ressaltamos que as crianças não estão descoladas das transformações que ocorrem nas relações internacionais. As crianças já presenciaram diversos conflitos armados, nascimentos e colapsos de Estados, intensificação do processo de globalização, surgimento e fim de organizações internacionais. Dessa forma, as crianças não são apenas espectadoras, mas são também participantes – coadjuvantes e protagonistas – de eventos históricos. Entretanto, geralmente ficam à sombra das relações internacionais, sendo lembradas apenas como as principais vítimas dos conflitos armados, que devem ser salvas com urgência.

De fato, as grandes tragédias humanitárias que ocorreram e ainda ocorrem em todo o mundo fazem muitas vítimas crianças. Pelo fato de vidas humanas estarem em jogo é importante agir rapidamente para proteger a infância e chamar atenção para tal fato. Contudo, a temática não se resume a uma questão moral de proteger as crianças. O esforço de entender quais engrenagens sustentam as discussões sobre as crianças-soldado nos pareceu essencial. O objetivo deste trabalho consistiu, justamente, em analisar os elementos mais profundos que sustentam as explicações sobre crianças-soldado.

Na tentativa de pensar a respeito de como as explicações são construídas e sustentadas, a presente investigação nos possibilitou refletir sobre a construção de narrativas: quais atores são essenciais para construir narrativas de abrangência global; como são construídas e reafirmadas; e como construir contranarrativas ou, pelo menos, narrativas alternativas. Mais do que isso, ressaltamos que decisões e ações são tomadas a partir da criação dessas narrativas. Desse modo, nosso estudo sobre narrativas é importante porque traz consigo a reflexão sobre as ações que estão sendo e serão colocadas em prática. Isso nos faz pensar também sobre a capacidade das próprias crianças de influenciarem essas ações, colocando-se como sujeitos políticos no cenário internacional – algo semelhante já ocorre no que concerne à temática ambiental, com crianças colocando-se como ativistas e pressionando organizações e governos para que tomem medidas contra as mudanças climáticas. Portanto, elas mesmas possuem capacidade de ocupar um espaço no cenário internacional, demandar mudanças, fiscalizar medidas políticas e expressar suas respectivas opiniões. Ou seja, elas mesmas possuem capacidade de construir suas próprias narrativas alternativas.

Sobre a construção de narrativas, destacamos a importância e a responsabilidade que a produção acadêmica carrega. É nosso papel investigar, buscar relações de causalidade e elencar fatores explicativos sem, no entanto, cairmos na armadilha de recorrermos a explicações simplistas. Desse modo, enfatizamos que o emprego de crianças-soldado é uma prática

multicausal. Subtrair a complexidade das múltiplas infâncias e os diversos papéis que as crianças podem desempenhar em suas sociedades – seja durante conflitos armados ou não – é reduzir a criança-soldado apenas ao papel de vítima que deve ser resgatada pelas potências mundiais. Se toda a explicação sobre crianças-soldado for construída em bases frágeis e simplistas, focando no dever moral de proteger as crianças, o debate não avançará e girará sempre em torno dos mesmos fatores.

No que concerne ao trabalho do sistema da ONU, concluímos que essa organização desempenha um relevante papel de mapear o emprego de crianças-soldado; manter o senso de urgência entre os tomadores de decisão, associando a temática à Segurança Internacional; e pressionar países para que se comprometam com a proteção da infância, ainda que o ideal de infância que a organização carrega seja baseado na infância minoritária e ideal.

As ONGs mostram-se como atores de crescente relevância, visto que possuem o papel de não apenas reforçar o trabalho da ONU, mas de desenvolver seus próprios estudos, relatórios e até mesmo contestar ou complementar as medidas tomadas pelas Nações Unidas. Ainda assim, fazemos a ressalva de que ONGs estrangeiras nem sempre representam os interesses locais e que, ao mesmo tempo em que as ONGs são capazes de influenciar governos, instituições e tomadores de decisão, elas também podem ser influenciadas por seus doadores que – em maior parte – são compostos por países desenvolvidos.

Também concluímos que existe alguma dificuldade de manter a atenção internacional e o financiamento para questões relativas à proteção da infância – incluindo o emprego de crianças-soldado. Visto que o tema ainda não está firmemente consolidado no *mainstream* dos assuntos de urgência internacional, ele acaba sendo invocado, majoritariamente, quando já há alguma situação humanitária grave ou quando significativos interesses políticos e econômicos estão em jogo. Frequentemente, os relatórios da ONU sobre crianças e conflitos armados solicitam que os doadores internacionais financiem práticas que possam impedir o recrutamento de crianças – como mecanismos de verificação de idade – e programas de reintegração de crianças-soldado.

Ainda pontuamos que, apesar da ONU e de ONGs clamarem por uma não-politização do emprego de crianças-soldado – isto é, defenderem que o assunto deve ser tratado de forma imparcial e até mesmo técnica –, observamos que já existe uma politização atrelada ao tema. Como já mencionamos, a criança não está acima ou abaixo das questões políticas que são intrínsecas à área de Relações Internacionais. Portanto, a discussão sobre a temática irá refletir o modo pela qual os Estados e as organizações internacionais tomam decisões: levando em conta também interesses políticos e econômicos. Assim, cabe questionar, por exemplo, até que

ponto essas organizações possuem poder e vontade política para condenar coalizões de países – que incluem potências mundiais – que realizam ataques a escolas, hospitais e até mesmo apoiam grupos que empregam crianças-soldado em nações como Síria, Iraque, Afeganistão ou Irã.

Os atores construtores de narrativas – ONU, ONGs e produção acadêmica – direcionam o foco especialmente para casos de emprego de crianças-soldado em países da África e Oriente Médio. Isso não significa apenas que existe um maior número de estudos destinados a analisar essas regiões, mas que os problemas de desenvolvimento e de segurança ali encontrados – como pobreza e conflitos armados – são a base para desenvolver as narrativas sobre as crianças-soldado que enfatizam o quão “perigosos” e “inadequados” são esses Estados.

Os fatores explicativos frequentemente apontados como causas do emprego de crianças-soldado refletem concepções sociais, políticas, culturais e econômicas. Dessa maneira, a análise desses fatores foi proveitosa para desenvolvermos outros questionamentos. Em uma primeira camada de análise, vimos que a pobreza, os conflitos armados e o subdesenvolvimento socioeconômico estatal são apontados como questões-chave para o entendimento da realidade das crianças-soldado. Em uma segunda camada de análise, questionamos até que ponto esses fatores constituem ameaças em si. Eles parecem ser mais reflexos da distribuição desigual de riqueza, das desigualdades socioeconômicas, das contradições geradas pelo modelo de desenvolvimento capitalista e até mesmo da desigualdade entre os países que compõem o sistema internacional.

No mundo todo, as crianças sofrem as consequências dessas contradições. As crianças mais pobres correm mais riscos e ficam mais expostas a trabalhos degradantes – tanto aquelas crianças que se encontram em países como Serra Leoa e Síria, quanto aquelas que se encontram no Reino Unido. Também são alvos mais fáceis de campanhas de alistamento e recrutamento e são os alvos preferidos quando a sociedade tem necessidade de mão-de-obra para trabalhar, lutar, matar e morrer. Ou seja, a proteção da criança é flexibilizada em diversos contextos e em diferentes países.

Apesar de os abusos contra as crianças ocorrerem em realidades diversas, ainda há maior associação dessas violações com países em desenvolvimento, criando uma relação intrínseca de subdesenvolvimento e desrespeito aos direitos da criança. Paralelamente, práticas semelhantes contra as crianças são menos analisadas quando ocorrem em países desenvolvidos, sendo mais associadas à glorificação da vida militar e à disciplina para as crianças. Logo, temas relacionados à infância podem ser instrumentalizados e funcionar como reflexos diretos desses tratamentos desiguais entre países. O uso de crianças-soldado deve ser visto sob esse prisma.

Pensando nesses termos, uma das contribuições que buscamos trazer neste trabalho foi aproximar e traçar relações entre os estudos sobre a infância – que perpassam diversas áreas como Sociologia e Antropologia – e os estudos sobre desenvolvimento, direitos humanos e Segurança Internacional, especialmente o nexo segurança-desenvolvimento. Acreditamos que existem relações frutíferas a serem analisadas a partir da aproximação dessas áreas, enriquecendo tanto os estudos focados nas crianças quanto os estudos focados nas Relações Internacionais.

Tendo em vista todos esses pontos, nosso trabalho aponta que existe a construção de uma narrativa dominante sobre a infância e sobre o modo de desenvolvimento dos Estados que se reflete nas formas de se enxergar as crianças-soldado. Tal narrativa dominante é mais fortemente notada nos trabalhos do sistema onusiano, mas também é visível em parte da produção acadêmica sobre crianças-soldado e no trabalho de algumas ONGs. Ressaltamos sobretudo que, enquanto o viés securitário dessa narrativa é mais explícito e mais facilmente identificado, fatores como as relações de poder entre países do Norte e do Sul e a exportação de um modelo liberal de Estado aparecem como traços mais sutis, mais difíceis de serem identificados por já estarem na estrutura do sistema de Estados que a ONU representa.

A narrativa dominante aqui estudada enxerga a criança-soldado com base em pares antagônicos: criança/adulto; criança/soldado; vítima/perpetrador; vítima/sujeito de direitos. Entretanto, nosso estudo nos possibilitou concluir que a criança-soldado não precisa ser definida por dicotomias. Ao compreendermos as construções sociais por trás de conceitos como criança e infância e as múltiplas faces dos conflitos armados e das violências, vemos que é mais proveitoso deixarmos de lado algumas aparentes oposições e incompatibilidades e admitirmos que a complexidade do assunto e sua riqueza consiste justamente em abarcar os muitos fatores que vão além dessas dualidades. Desse modo, dicotomias simples e puras não são necessárias para explicar o emprego de crianças-soldado.

Nesse sentido, vemos que os pontos de inflexão nas narrativas alternativas que estão surgindo para explicar o emprego das crianças-soldado abordam exatamente a flexibilização dessas dualidades. Assim, não é necessário classificar a criança como apenas vítima ou apenas perpetradora da violência; a criança pertence à infância (enquanto categoria social e geracional) e ao mesmo tempo está inserida em um ambiente de conflito e violência.

Essa quebra de dicotomias ocorre quando entendemos que as crianças nem sempre estão cercadas por um ambiente lúdico e propício a desenvolver seus plenos potenciais, mas estão sim cercadas pelas contradições – políticas, econômicas, sociais – das sociedades em que vivemos e das relações entre os atores que compõem o nosso sistema internacional.

Até mesmo a dicotomia entre Norte e Sul – uma das bases de análise de nosso trabalho – pode ser relativizada ao vermos que existem diferentes infâncias dentro do Norte e dentro do Sul. Ainda assim, essa oposição nos é útil, pois expressa as relações desiguais de poder e projetos de dominação que remetem a um passado colonial e a uma continuidade dessas relações assimétricas que, muitas vezes, são naturalizadas.

Construir narrativas alternativas não significa apenas inverter a narrativa dominante, mas sim jogar luz sob aspectos que estavam, propositalmente, à sombra de uma visão que se pauta por projetos de dominação de uns Estados sobre outros e de um modelo de segurança e desenvolvimento.

Pensando nisso, observamos que existe potencial para que outros fatores explicativos sejam igualmente importantes quando falamos nas crianças-soldado. Discussões crescentes sobre qual deve ser a idade mínima para o envolvimento em atividades militares, assim como a compreensão de que existem diferentes tipos de violências às quais as crianças estão expostas são pistas que podem nos indicar caminhos para que o emprego de crianças-soldado seja entendido em suas múltiplas faces. Ademais, ressaltamos a importância de discutir a Reforma do Setor de Segurança e em que termos essa reforma deve ser feita: como incluir as crianças, pensando não somente no trabalho dos funcionários de segurança, mas nas próprias crianças. Esse tema vai além de uma discussão moral sobre a proibição de matar crianças-soldado e perpassa questões mais profundas como a forma de enxergar as crianças; quais são as especificidades das crianças-soldado e a possibilidade de intervenções precoces com a prerrogativa de proteger essas crianças.

Também destacamos as discussões sobre como reintegrar à sociedade crianças-soldado desmobilizadas e, sobretudo, a questão da militarização da infância e glorificação da vida militar. Esse último tema nos é de especial interesse, principalmente levando em consideração a conjuntura brasileira e latino-americana no geral – onde alocamos nossa contribuição. Acreditamos que todas essas temáticas mencionadas ensejam mais investigações. Nossa contribuição almejou adicionar algum esforço analítico nessa busca por novos caminhos nos estudos sobre crianças-soldado.

Por fim, mas não menos importante, partilhamos da ideia de que a criança-soldado deve ser vista de forma mais ampla, entendendo que ela se refere tanto aos menores de 18 anos que estão envolvidos em conflitos armados quanto a crianças alistadas e recrutadas por forças armadas nacionais. Não se trata de um debate meramente etário, mas de compreender as diversas formas pelas quais as violências podem atingir as crianças em países e regiões mais ou menos desenvolvidos. Nesse caso, não importa tanto o grau de desenvolvimento

socioeconômico de um Estado, mas sim de que forma as crianças são afetadas pela militarização e pelas violências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSEN, Rita; WILLIAMS, Michael. Security sector reform: bringing the private in, *Conflict, Security & Development*, 6:1, 1-23, 2006. DOI: 10.1080/14678800600590595

ABRAMOWICZ, Anete; DE OLIVEIRA, Fabiana. A sociologia da infância no Brasil: uma área em construção. *Educação (UFSM)*, v. 1, n. 1, p. 39-52, 2010.

ACHVARINA, Vera, et. al. Poverty and Child Soldier Recruitment: A Disaggregated Study of Sub-National African Regions, 1990–2004, presented at the 48th Annual Meeting of the International Studies Association, Chicago, IL, 28 February–3 March, 2007.

ACHVARINA, Vera; REICH, Simon. ‘No Place to Hide: Refugees, Displaced Persons, and the Recruitment of Child Soldiers’, *International Security* 31(1): 127–164, 2006.

ADEDEJI, A. Comprehending and mastering african conflicts: the search for sustainable Peace and good governance. London: Zed Books, 1999.

ADLER, Emmanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova*, 47: 201-246, 1999.

ALLEN, Tim; SCHOMERUS, Mareike; VLASSENROOT, Koen. Kony 2012 and the Prospects for Change. Examining the Viral Campaign. *Foreign Affairs*, 2012. Disponível em: < <https://www.foreignaffairs.com/articles/africa/2012-03-13/kony-2012-and-prospects-change> > Acesso em: 03 maio 2018.

AMARAL, Marisa. Silva. A Investida Neoliberal na América Latina e as Novas Determinações da Dependência. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

AMARAL, Marisa Silva; DUARTE, Pedro Henrique. Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a constituição de um novo padrão de dependência. *Leituras de Economia Política, Campinas, (16): 111-138, jun. 2010.*

AMES, Barry. Methodological problems in the study of child soldiers. *Child soldiers in the age of fractured states*, p. 14-26, 2007.

ANDVIG, Jens; GATES, Scott. Recruiting Children for Armed Conflict, in Gates, Scott; & Simon Reich, eds, *Child Soldiers in the Age of Fractured States*, 2010.

ARCE, M.C. *Hacia un discurso emancipador de los derechos de las niñas y los niños*. Lima: IFEJANT, 2015.

ARIÈS, Philippe. *Centuries of childhood: A social history of family life*. 1965.

ARMIÑO, K. P. El concepto y el uso de la seguridad humana: análisis crítico de sus potencialidades y riesgos. *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, n. 76 p. 59-77. Diciembre 2006 - enero 2007.

ASHLEY, R.; WALKER, R. Introduction: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies". *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 3, p. 259-368, 1990.

AUSTRIA. The Human Security Network. Disponível em: < <https://www.austria.org/the-human-security-network>> Acesso em: 09 ago. 2019.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: A construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. Perspectivas. *Revista de ciências sociais. A nova ordem hegemônica e a governabilidade nas Américas*. Vol. 24/25 (2001/2002).

BAAZ, Maria; STERN, Maria. Making sense of violence: Voices of soldiers in the Congo (DRC). *The Journal of Modern African Studies*, 46(1), 57-86, 2008.

BARBOSA, M. Culturas infantis: contribuições e reflexões. *Rev. Diálogo Educ. Curitiba*, v. 14, n. 43, p. 645-667, set./dez, 2014.

BARTLETT, Sheridan. *Climate change and urban children*. London: IIED, 2008.

BEIER, J. *The militarization of childhood: thinking beyond the Global South*. Palgrave Macmillan US, 2011.

_____. Children, childhoods, and security studies: an introduction. *Critical Studies on Security*, Vol. 3, No. 1, 1–13, 2015

BELLAMY, A. J., *Responsability to protect: the global effort to end mass atrocities*. Cambridge: Polity Press, 2009.

BERDAL; MALONE. (eds.). *Greed & Grievance*. Lynne Rienner Publishers, Inc.: London, 2000.

BETSILL, Michele Merrill; CORELL, Elisabeth (Ed.). *NGO diplomacy: the influence of nongovernmental organizations in international environmental negotiations*. Mit Press, 2008.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Interrogando a identidade. p.70-104.

BIGO, Didier. Security and immigration: Toward a critique of the governmentality of unease. *Alternatives*, v. 27, n. 1_suppl, p. 63-92, 2002.

BLACK, Maggie. *The children and the nations*. Peregrine Smith Books, 1987.

BLOCK; BUCKINGHAM. Será possível uma voz global? Crianças migrantes, novos *media* e limites do *empowering Media & Jornalismo*, (11) 2007, pp. 9-28.

BOYTER ET. AL. *A Holistic Approach to Preventing the Use of Child Soldiers: Education, Integration, and Doctrine Change in Sierra Leone*. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative. March, 2018. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/a-holistic-approach-to-preventing-the-use-of-child-soldiers/>> Acesso em: 21 set. 2019.

_____. *The Dallaire*

Initiative Annual Report 2014/2015, 2015. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative. Disponível em: <<https://www.childsoldiers.org/publications/annual-report-20142015/>> Acesso em: 06 set. 2019.

_____. *The Dallaire*

Initiative Annual Report 2015/2016, 2016. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative. Disponível em: <<https://www.childsoldiers.org/publications/the-dallaire-initiative-annual-report-20142015/>> Acesso em: 06 set. 2019.

BOYTER, Josh. *Annual Report 2016, 2017*. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative. Disponível em: <<https://www.childsoldiers.org/publications/annual-report-2016/>> Acesso em: 06 set. 2019.

BRANCOLI, Fernando L. Brasil e o uso da força no pós-Guerra Fria: narrativas simbólicas como ferramentas de Política Externa. Coleção Meira Mattos-Revista das Ciências Militares, v. 10, n. 37, p. 47-57, 2016a.

_____. Companhias Antropofágicas de Segurança no Sul Global: narrativas de privatização da violência e construção de ameaças na Líbia e no Afeganistão. Tese de Doutorado em Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Unesp/Unicamp/Puc-SP). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2016b.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata[recurso eletrônico] / Fabio Vaisman (org). – 17. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

BRETT, R; SPECH, I. *Young Soldiers: Why They Choose to Fight*. Front Cover. Lynne Rienner Publishers, 2004.

BUCKINGHAM, David. *After the death of childhood: growing up in the age of electronic media*. Cambridge, UK: Polity Press; Malden, MA: Blackwell, 2000.

BUMPASS, Larry L.; PRESSER, Harriet B. Contraceptive sterilization in the US: 1965 and 1970. *Demography*, v. 9, n. 4, p. 531-548, 1972

BÜHLER-NIEDERBERGER, D; VAN KRIEKEN, R. Rethinking the Sociology of Childhood: Competition, Conflict and Cooperation in Contemporary Children's Lives. IN: *New Handbook of International Sociology*, edited by Ann Denis & Deborah Kalekin-Fishman, London, 2009.

BUZAN, B. *New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century*. International Affairs, 1991.

BUZAN, B; HANSEN, L. *A evolução dos estudos de segurança internacional*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BUZAN, B; WAEVER, O; WILDE, J. *Security: A New Framework for Analysis*. Lynne Rienner Publishers, 1998.

CABRAL, I. Digerindo o passado: rituais de purificação e reintegração social de crianças-soldado no sul de Moçambique. *Antropologia Portuguesa* 22/23, 2005/2006: 133-156, 2005.

CABRAL, R; GONÇALVES, G; SALHANI, J. Violência organizacional: reflexões a partir da perspectiva dos estudos para a paz. *Organicom*, ano 15, n.28, 1º sem. 2018.

CANADA. “The Vancouver Principles,” 2017a. Disponível em: <http://international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/human_rights-droits_homme/principles-vancouver-principes.aspx?lang=eng> Acesso em: 15 out. 2019.

_____. Canada, Department of National Defence, *Canadian Forces Joint Doctrine Note 2017b-01, Child Soldiers*, 1-6, 2-12

CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do Governo FHC. In: MALAGUTI, M. L.;

CARCANHOLO, R. A. ; CARCANHOLO, M. D. (Org.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

CHANDLER, David. R2P or Not R2P? More Statebuilding, Less Responsibility. *Global Responsibility to Protect*, 2, 2010, pp.161–166.

_____. Unravelling the Paradox of 'The Responsibility to Protect'. *Irish Studies in International Affairs* Vol. 20, 2009, pp. 27-39.

_____. _____. The security development nexus and the rise of “anti-foreign policy” *Int Relat Dev*, 2007. <<https://doi.org/10.1057/palgrave.jird.1800135>>

_____. The responsibility to protect? Imposing the ‘Liberal Peace’, *International Peacekeeping*, 2004, 59-81, DOI: 10.1080/1353331042000228454

_____. The security development nexus and the rise of “anti-foreign policy” *Int Relat Dev*, 2007. <<https://doi.org/10.1057/palgrave.jird.1800135>>

_____. *Empire in Denial: The Politics of State-Building*, Pluto Press, 2006.

CHILDREN RIGHTS INTERNATIONAL NETWORK (CRIN). The CRIN Code, 2019a. Disponível em: <<https://home.crin.org/the-crin-code>> Acesso em: 07 set. 2019.

_____. Issues, 2019b. Disponível em: <<https://home.crin.org/issues>> Acesso em: 07 set. 2019.

_____. Legal case studies, 2019c. Disponível em: <<https://home.crin.org/evidence/legal-case-studies/>> Acesso em: 08 set. 2019.

_____. UN Submissions, 2019d. Disponível em: <<https://home.crin.org/evidence/un-submissions/>> Acesso em: 14 out. 2019.

_____. Conscription by poverty? Deprivation and army recruitment in the UK, 2019e.

_____. History of CRIN, 2018a. Disponível em: <

<https://archive.crin.org/en/home/about/history-crin.html>> Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. *Donors*, 2018b. Disponível em: <<https://archive.crin.org/en/home/about/donors.html>> Acesso em: 05 ago. 2019.

CHILLIER, G; FREEMAN, L. O Conceito Novo de Segurança Hemisférica da OEA: Uma Ameaça Potencial. Washington Office on Latin America (WOLA). Julho 2005. pp.1-15. Disponível em: <http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/0108-001_g.pdf> Acesso em: 04 jan. 2017.

CHOMSKY, N. *Failed States: The Abuse of Power and the Assault on Democracy*, Metropolitan Books, 2006.

CLARK, William. Robert McNamara at the World Bank. *Foreign Affairs*, Vol. 60, No. 1, pp. 167-184, Fall 1981.

CNN. How ISIS changed Iraqi schools. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/interactive/2017/07/world/iraq-schools-cnnphotos/>> Acesso em: 20 set. 2018.

COLLIER, A.; HOEFFLER. Greed and grievance in civil war. *Oxford Economic Papers*, Volume 56, Issue 4, 1 October 2004, Pp. 563–595.

CONNOLLY, M.; ENNEW, J. Children out of place. *Childhood*, v. 3, n. 2, p. 131-145, 1996.

CONRADI, Carl. Child Trafficking, Child Soldiering: exploring the relationship between two ‘worst forms’ of child labour. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/455/>> Acesso em: 09 set. 2019.

CONRADI et al. Living within Armed Groups: A Gendered Perspective. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2012. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/living-within-armed-groups-a-gendered-perspective/>> Acesso em: 09 set. 2019.

CONRADI; HOLLAND; WHITMAN. Security Sector Interactions with Children in Marine Piracy, Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2013. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/security-sector-interactions-children-marine-piracy/>> Acesso em: 09 set. 2019.

CONRADI; WHITMAN; ZAYERD. Our Work in the Democratic Republic of Congo, Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2013. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/our-work-in-the-democratic-republic-of-the-congo/>> Acesso em: 09 set. 2019.

COOK, D.T. When a child is not a child, and other conceptual hazards of childhood studies. *Childhood*, v. 16, n. 1, p. 5-10, 2009.

CORRARINO, Megan; DRAKE, B. Shaw U.S. Stands Alone: Not Signing U.N. Child Rights Treaty Leaves Migrant Children Vulnerable. 10 dez. 2015. Disponível em: <https://www.huffpost.com/entry/children-migrants-rights_b_8271874?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xILmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAAGnBEp_wyYi5NFbqrTYk8HgRQwu3cgViNGcnYvtZ8wKjFfTezRjr5rjIb1KFWwhlO8emtmEnBIjX9tGNkNfByvxM7IvQ6c47dKgcnvHMIpv24JPWYpMZTP1SzwGQWq6nTho1EYAi_NchlzSNKvDZ2AByfR6m1OK69YuDX2nhgPt> Acesso em: 09 ago. 2019.

CUNNINGHAM, Hugh. Children and childhood in western society since 1500. Routledge, 2014.

DALLAIRE, Roméo. They Fight Like Soldiers, They Die Like Children. by Roméo Dallaire Toronto: Random House Canada, 2010.

DEMAUSE, L. (Ed.) The history of childhood. New York: Psychohistory Press. 1974.

DENOV, M; MACLURE, R. 2006. 'I Didn't Want to Die So I Joined Them: Structuration and the Process of Becoming Boy Soldiers in Sierra Leone.' *Terrorism and Political Violence*, 18 (1): 119-135.

DOWDNEY, Luke T. Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

DUFFIELD, M. Human Security and the Development-Security Nexus. An historical overview, in "Ragion pratica" 1/2017, pp. 61-76.

_____. Human Security: Linking Development and Security in an Age of Terror, In: *New Interfaces between Security and Development: Changing Concepts and Approaches*, ed. S. Klingebiel, German Development Institute, Bonn, 2006.

_____. *Global Governance and the New Wars*. London: Zed Books, 2001.

_____. *The Liberal Way of Development and the Development-Security Impasse: Exploring the Global Life-Chance Divide*. *Security Dialogue*, 2010.

DUFFIELD, M.; HEWITT, V. *Empire, development and colonialism. The past in the presente*. New York: James Currey, 2009.

ENZENSBERGER, H. *Civil Wars: From L.A. to Bosnia*. New York: The New Press, 1994.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Declaração de independência dos Estados Unidos, 1776. Disponível em: <<http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/brief-history/declaration-of-independence.html>> Acesso em: 08 ago. 2018.

FAAS P. S. (Ed.). *The Routledge History of Childhood in the Western World*. London: Routledge, 2013. <https://doi.org/10.4324/9780203075715>

FAÇANHA, L. *A Construção Social das Crianças-Soldado: representações e dilemas dentro do marco regulatório da ordem internacional do Pós-Guerra Fria*. Mestrado em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante. Tradução Coletivo Sycorax, 2017.

_____. *O Ponto Zero da Revolução*. São Paulo: Editora Elefante. Tradução Coletivo Sycorax, 2019.

FERMEM. C. "Archetypes of humanitarian discourse": Child soldiers, forced marriage, and the framing of communities in post conflict Sierra Leone. *Humanity*, 4(1), 49–71, 2013.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. Globo Livros, 2013.

FIDDIAN-QASMIYEH, E; PACITTO, J. Writing the "Other" into humanitarian discourse

Framing theory and practice in South-South humanitarian responses to forced displacement. Working paper series No. 93 Refugee Studies Centre Oxford Department of International Development University of Oxford, August 2013.

FRANÇA. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>> Acesso em: 09 ago. 2018.

FUKUYAMA, F. The end oh history? The National Interest, Summer 1989.
_____. The end of history and the last man. New York: The Free Press, 1992.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. International Peace Research Institute. Oslo, 1969.
_____. Cultural Violence. Journal of Peace Reasearch , v. 27, n.3, 1990.

GARBIERO, G G. Interpretações sobre a burguesia no Brasil: as perspectivas de Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Em Tese. 15, n. 1 (parte II), p.49-74, mar./abr., 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2018v15n1p49>

GATES, SCOTT, and SIMON REICH, eds. Child Soldiers in the Age of Fractured States. Pittsburgh, Pa: University of Pittsburgh Press, 2010.

GOLDEN, M. Childhood in classical Athens. Baltimore/ London:The Johns Hopkins University Press, 1990.

GOMES, Áureo. Da paz liberal à virada local: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding. Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2. n.3, jul./dez., 2013 Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes> 47> Acesso em: 11 maio 2018.

HART, Jason. The Politics of" Child Soldiers". The Brown Journal of World Affairs, v. 13, n. 1, p. 217-226, 2006.

HEYWOOD, C. A history of childhood. Children and childhood in the West from medieval to modern times, Cambridge, Polity Press, 2001.

HIRST, Mônica. O Brasil Emergente e os Desafios da Governança Global: a Paz liberal em questão. Brasília: IPEA, 2014.

HOBBS, Thomas de Malmesbury, Leviatã. Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

HOFFMANN, Stanley. The crisis of liberal internationalism. Foreign Policy, n. 98, p. 159-177, 1995.

HOLLAND, Sam; WHITMAN, Shelly. Prevention of the Use of Child Soldiers: Women in the Security Sector. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2014.

Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/prevention-of-the-use-of-child-soldiers-women-in-the-security-sector/> > Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Understanding the Recruitment and Use of Child Soldiers as an Early Warning Indicator, 2015. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2014. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/understanding-the-recruitment-and-use-of-child-soldiers-as-an-early-warning-indicator/> > Acesso em: 09 set. 2019.

HONIG, M.-S. How is the child constituted in childhood studies? In: QVORTRUP, J.; CORSARO, W.A.; HONIG, M.-S. (orgs). *The palgrave handbook of childhood studies*. Houndmills/New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 62-77.

HONWANA, A. Child Soldiers in Africa. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2006.

HUMAN RIGHTS WATCH. Child soldiers in Liberia, 1994.

HUMAN RIGHTS WATCH; WATCHLIST..., Military Detention of Children in Armed Conflict. The Role of Handover Protocols in Protecting Children's Rights, December 2019. Disponível em: < <https://watchlist.org/publications/military-detention-of-children-in-armed-conflict/> > Acesso em: 03 jan. 2019.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York, NY: Simon and Schuster, 1996.

HUYNH. K; D'COSTA, B; LEE-KOO, K. Children and global conflict. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

ICISS. The Responsibility to Protect. Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty. International Development Research Centre, December, 2001.

IGNATIEFF, M. *The Warrior's Honor: Ethnic War and the Modern Conscience*. New York: Henry Holt and Company, 1998.

JACOB, Cecila. 'Children and armed conflict' and the field of security studies, *Critical Studies on Security*, 3:1, 14-28, 2015. DOI: 10.1080/21624887.2015.1014675

JOHNSON et al. From Youth Affected by War to Advocates of Peace: Roundtable Discussions with Former Child Combatants from Sudan, Sierra Leone and Cambodia. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2012. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/youth-affected-war-advocates-peace-roundtable-discussions-former-child-combatants-sudan-sierra-leone-cambodia/> > Acesso em: 09 set. 2019.

JOHNSON; REEVES; WHITMAN. Children Used In Maritime Piracy: A Handbook for Maritime Security Sector Actors. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2016. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/children-used-in-maritime-piracy-a-handbook-for-maritime-security-sector-actors/> > Acesso em: 09 set. 2019.

JOHNSON; WHITMAN. Child Soldiers and Disability: Gaps in Knowledge and Opportunities for Change. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2016.

Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/child-soldiers-disability-gaps-knowledge-opportunities-change/> > Acesso em: 09 set. 2019.

JOHANSSON, S. Ryan. Centuries of childhood/centuries of parenting: Philippe Ariès and the modernization of privileged infancy. *Journal of Family History*, v. 12, n. 4, p. 343-365, 1987.

KALDOR, M. Las nuevas guerras: la violencia en la era global. Barcelona: Tusquets, 2001.

_____. *Human Security: Reflections on Globalization and Intervention*, Cambridge, UK: Polity Press, 2007.

_____. Kaldor, M., (2013). "In Defence of New Wars". *Stability: International Journal of Security and Development*. 2(1), p.Art. 4. <http://doi.org/10.5334/sta.at>

KALYVAS, Stathis N. "New" and "old" civil wars: a valid distinction?. *World politics*, v. 54, n. 1, p. 99-118, 2001.

KANT, I. *À Paz Perpétua*. Porto Alegre: L & PM Pocket, 2010.

KAPLAN, R. The Coming Anarchy: How Scarcity, Crime, Overpopulation, and Disease are Rapidly Destroying the Social Fabric of our Planet," *Atlantic Monthly* 44 (February 1994).

KING, Wilma. *Stolen childhood: Slave youth in nineteenth-century America*. Indiana University Press, 2011.

KOŁODZIEJ, E. A Segurança Internacional depois da Guerra Fria: da Globalização à Regionalização. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 17, nº 2, jul/dez, 1995, pp.313-349.

KRAUSE, K. Critical perspectives on human security. In: *Routledge Handbook of Human Security*. Ed: Martin, M; Owen. Routledge: London and New York, 2013.

_____. Seguridad Humana: ¿Ha alcanzado su momento?". *Papeles de Cuestiones Internacionales*. No 90. pp. 19-30. 2005.

KUCHERENKO, Olga. *Little Soldiers. How Soviet Children Went to War* Oxford University Press, 2011,

KUHLMANN JR., Moysés; MAGALHAES, Maria das Graças Sandi. A infância nos almanaques: nacionalismo, saúde e educação (Brasil 1920-1940). *Educ. rev.*, Belo Horizonte , v. 26, n. 1, p. 327-349, Apr. 2010 .

LABOV, W. Some further steps in narrative analysis. *Journal of Narrative & Life History*, 7(1-4), 395-415, 1997. DOI: <http://dx.doi.org/10.1075/jnlh.7.49som>

LA MAISONNEUVE, E. de: *Metamorfosis de la violencia. Ensayos sobre la guerra moderna*. Bs. As., Grupo Editor Latinoamericano, 1998.

LAYNE, C. "Kant or Cant: The Myth of the Democratic Peace," *International Security*, Vol. 19, No. 2 , Fall 1994, pp. 5-49.

LEE-KOO, Katrina. Horror and Hope:(re) presenting militarised children in global North–South relations. *Third World Quarterly*, v. 32, n. 4, p. 725-742, 2011.

LEITE, Lucas. A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós guerra fria. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Unesp/Unicamp/Puc-SP). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). São Paulo, 2013.

LINARD, Danilo. As “armadilhas” da narrativa e as narrativas como “armadilhas”: um exercício teórico. *Revista de História Bilros. História (s), Sociedade (s) e Cultura (s).*, v. 5, n. 8, p. 25-49, 2017.

LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano: segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

LORI E. TALSKY CENTER FOR HUMAN RIGHTS OF WOMEN AND CHILDREN; THE STAHILI FOUNDATION. Jordan Country Report, January 2017. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/jordan/>> Acesso em: 22 out. 2019.

MACGINTY, R., 2012. Against Stabilization. *Stability: International Journal of Security and Development*, 1(1), pp.20–30. DOI: <http://doi.org/10.5334/sta.ab>

MACGINTY, R; RICHMOND, O. Myth or Reality: Opposing Views on the Liberal Peace and Post-war Reconstruction, *Global Society*, 21:4, 491-497, 2007. DOI: 10.1080/13600820701562710

MACHEL, Graça. Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças: Impacto do conflito armado nas crianças, 1996.

MACMILLAN, L. The Child Soldier in North-South Relations. *International Political Sociology*, 36–52, 2009.

MADDUX, John L.; MCNAMARA, Robert S. The Development Philosophy of Robert S. McNamara. World Bank, 1981.

MARCHI, Rita de Cássia. *Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a “não criança” no Brasil*. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

MARCHI, Rita de Cássia; SARMENTO, Manuel Jacinto. INFÂNCIA, NORMATIVIDADE. [online]. 2017, vol.38, n.141, pp.951-964. Epub Aug 10, 2017.

MARK, Engaman. "And Then There Were Two: Why is the United States One of Only Two Countries in the World That Has Not Ratified the Convention on the Rights of the Child?," *International Human Rights Law Journal*: Vol. 1 : Iss. 1 , Article 4, 2015.

MARQUETTE, H; BESWICK, D. State Building, Security and Development: state building as a new development paradigm?, *Third World Quarterly*, 32:10, 1703-1714, 2011.
DOI: 10.1080/01436597.2011.610565

MARTEN, James and Robert Coles. *Children and War: A Historical Anthology*. NYU Press, 2002. Project MUSE

MATHEWS; Sally; SOLOMON, Hussein. The necessity of a challenge to western discourses by the African renaissance. *Acta Academy*, vol. 35, n.2, 2003.

MARTINS, C. The dangers of the single story: Child soldier in literary fiction and film. *Childhood*, Nov. 2011.

MARTUSCELLI, P. Crianças soldado na Colômbia: a construção de um silêncio na política internacional. *Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais*. Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2015.

MARX, Karl. *O capital: livro 1, o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, v. 894, 2013.

MCSWEENEY, B. *Security, Identity and Interests: A Sociology of International Relations*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MCDONALD, Matt. Securitization and the Construction of Security. *European journal of international relations*, v. 14, n. 4, p. 563-587, 2008.

MCGANN, J. G ; SABATINI, R. . *Global Think Tanks: Policy Networks and Governance*, Abingdon: Routledge. 2011.

MERLINO, Tatiana (Ed.). *Infância roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2014.

MILLS, K. Neo-Humanitarianism: The Role of International Humanitarian Norms and Organizations in Contemporary Conflict. *Global Governance* Vol. 11, No. 2 (Apr.–June 2005), pp. 161-183 .

MINILLO, Xaman Korai. Imagens e narrativas da África: desmistificando as teorias de Relações Internacionais. *Revista InterAção*, v. 5, n. 5, 2013.

MINTZ, Steven. *Huck's raft: A history of American childhood*. Harvard University Press, 2004.

MITTON, K. Irrational actors and the process of brutalisation: Understanding atrocity in the Sierra Leonean conflict (1991–2002). Taylor & Francis Group, 2012.

MOLL NETO, Roberto. Imaginando o "outro" e a nação nas relações internacionais: Commentary Magazine, The New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977 –1992). Tese de Doutorado em Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”

(Unesp/Unicamp/Puc-SP). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). São Paulo, 2015.

MOREIRA, A. Narrativas de fundação: considerações sobre Iracema e a Eneida para a construção de sentido de nacionalidade. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2007.

MOTTA, L. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Barbara. Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda guerra do Iraque. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Unesp/Unicamp/Puc-SP). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). São Paulo, 2014.

MÜNKLER, Herfried. *Viejas y nuevas guerras: asimetría y privatización de la violencia*. Madrid: Siglo XXI, 2005.

OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL FOR CHILDREN AND ARMED CONFLICT. Twenty Years to Better Protect Children Affected by Armed Conflict, 2016a. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/virtual-library/documents/publications/>> Acesso em: 08 maio 2019.

_____. Interview with First Chair of the Security Council Working Group. 8 Nov. 2016b. Disponível em:

<<https://childrenandarmedconflict.un.org/interview-with-first-chair-of-the-security-council-working-group/>> Acesso em: 08 maio 2019.

_____. Report on Activities Supported by Contributions to the Trust Fund for Children and Armed Conflict 2015-2017. 2017. Disponível em:

<<https://childrenandarmedconflict.un.org/virtual-library/documents/publications/>> Acesso em: 09 ago. 2019.

_____. Children and armed conflict. Report of the Secretary-General. Annual Report. Summary 2018, 2018a. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/virtual-library/documents/publications/>> Acesso em: 09 maio 2019.

_____. Building Peace: Protecting Children in Conflict, 2018b. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/virtual-library/documents/publications/>> Acesso em: 09 maio 2019.

_____. About us, 2019a. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/about-us/>> Acesso em: 26 mar. 2019.

_____. Former Special Representatives, 2019b. Disponível em:

<<https://childrenandarmedconflict.un.org/about-us/special-representative/>> Acesso em: 26 mar. 2019.

_____. Children and armed conflict and the SDGs, 2019c. Disponível em:

<<https://childrenandarmedconflict.un.org/tools-for-action/children-and-armed-conflict-and-the-sdgs/>> Acesso em: 26 mar. 2019.

_____. Working with the United Nations, 2019d. Disponível em:

<<https://childrenandarmedconflict.un.org/about-us/working-with-the-united-nations/security-council-working-group/>> Acesso em: 26 mar. 2019

_____. Children, Not Soldiers, 2019e. Disponível em:

<<https://childrenandarmedconflict.un.org/children-not-soldiers/>> Acesso em: 26 mar. 2019.

_____. Library. Security Council Working Group, 2019f. Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/virtual-library/?wpv-un-office%5B%5D=security-council-working-group-en&wpv_aux_current_post_id=2680&wpv_view_count=110467-TCPID2680> Acesso em: 19 maio. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Carta nas Nações Unidas, 1945. Disponível em: <<http://www.un.org/en/documents/charter/index.shtml>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php> Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. Declaração dos Direitos da Criança, 20 de novembro 1959. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, 1965. Disponível em: <www2.ohchr.org/english/law/pdf/cerd.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

_____. Declaração sobre Proteção de Mulheres e Crianças em Situação de Emergência ou de Conflitos Armados, 1974. Disponível em:

<http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_6.htm> Acesso em: 06 fev. 2019.

_____. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, 1979. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm> Acesso em: 22 ago. 2019.

_____. Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989. Disponível em:

<http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf> Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados, 2000. Disponível em: <

http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10124.htm> Acesso em: 08 maio 2019.

_____. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>> Acesso em: 22 ago. 2019.

_____. ONU: Com adesão do Sudão do Sul, apenas EUA não ratificaram Convenção sobre os Direitos das Crianças. 04 maio 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-com-adesao-do-sudao-do-sul-apenas-eua-nao-ratificaram-convencao-sobre-os-direitos-das-criancas/>> Acesso em: 09 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA (OUA). Carta dos Direitos e Bem-Estar da Criança, 1990. Disponível em: <https://www.achpr.org/pr_legalinstruments/detail?id=46> Acesso em: 07 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção n. 138. Idade mínima para admissão ao emprego, 1973. Disponível em:

<<https://www.ilo.org/brasil/pt/convencoes>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

_____. Convenção n. 182. Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação, 1999. Disponível em: <

https://www.ilo.org/brasil/pt/convencoes/WCMS_236696/lang-pt/index.htm> Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. Global estimates of child labour: Results and trends, 2012-2016 . International Labour Office (ILO), Geneva, 2017.

OXFAM. Our history, 2019. Disponível em: <<https://www.oxfam.org/en/our-history>> Acesso em: 05 jun. 2019.

PAGNI, Pedro Angelo. Infância, Arte de Governo Pedagógica e Cuidado de Si. *Educação & Realidade*, v. 35, n. 3, 2010.

PAIVA, Giovanna Ayres. A. O sistema da ONU e as crianças-soldado: convergências e divergências nas abordagens sobre crianças e conflitos armados. 2016. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Unesp/Unicamp/Puc-SP). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

PAIVA, Wilson Alves de. A formação do homem no Emílio de Rousseau. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.2, p. 323-333, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n2/a10v33n2.pdf>> Acesso em: 08 abr. 2019.
_____. Emílio: Texto e Contexto. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Ano 45-2, 2011. Pp. 5-26.

PAIVA, Vera Lúcia M. O. A pesquisa narrativa: uma introdução. *Narratives of learning and teaching EFL*. London: Palgrave Macmillan, 2008.

PARIS, Roland. Paradigm Shift or Hot Air? *International Security*, Vol. 26, No. 2, Fall 2001, pp.87–102.

_____. International peacebuilding and the ‘mission civilisatrice’. *Review of international studies*, v. 28, n. 4, p. 637-656, 2002.

_____. The ‘Responsibility to Protect’ and the structural problems of preventive humanitarian intervention. *International Peacekeeping*, v. 21, n. 5, p. 569-603, 2014.

_____. *At war's end: building peace after civil conflict*. Cambridge University Press, 2004.

_____. Peacebuilding and the limits of liberal internationalism. *International security*, v. 22, n. 2, p. 54-89, 1997.

PETERS, K; RICHARDS, R. 'Why We Fight': Voices of Youth Combatants in Sierra Leone. *Africa: Journal of the International African Institute*, Vol. 68, No. 2 (1998), pp. 183-210

POLLOCK, L. A. *Forgotten children. Parent–child relations from 1500 to 1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

_____. *A lasting relationship. parents and children over three centuries*. London: Fourth Estate, 1987.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Informe sobre Desarrollo Humano 1994: Un programa para la Cumbre Mundial sobre Desarrollo Social. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/es/informes/mundial/idh1994/>> Acesso em: 20 abr. 2018.

QVORTRUP Jens. Placing Children in the Division of Labour. In: Close P., Collins R. (eds) *Family and Economy in Modern Society*. Palgrave Macmillan, London, 1985.

_____. A infância enquanto categoria estrutural. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-644, Aug. 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000200014&lng=en&nrm=iso Acesso em: 19 jan. 2020.

_____. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 199-211, Apr. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jan. 2020.

RAEDTS, P. . *The children's crusade of 1212. Journal of Medieval History*, 3(4), 279–323, 1977 doi:10.1016/0304-4181(77)90026-4.

RAWSON, B. *Children and childhood in Roman Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

RICHARDS, Paul. *Fighting for the Rain Forest: Youth, War and Resources in Sierra Leone*. Oxford Currey, 1996.

RICHMOND, Oliver P. Beyond liberal peace? responses to "backsliding". *Contexto Internacional*, v. 32, n. 2, p. 297-332, 2010.

RICHMOND, Oliver P.; MITCHELL, Audra. *Hybrid forms of peace: from everyday agency to post-liberalism*. Springer, 2011.

RIVA, G. *Criança ou soldado? o direito internacional e o recrutamento de crianças por grupos armados*. Recife, Ed. da Universitária da UFPE, 2012.

ROSEN, David M. *Armies of the Young: child soldiers in war and terrorism*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2005.

_____. Child Soldiers, International Humanitarian Law, and the Globalization of Childhood. *American Anthropologist*. Volume 109, Issue 2 June 2007 pp. 296–306.

_____. *Child Soldiers in the Western Imagination: From Patriots to Victims* (Rutgers Series in Childhood Studies). Rutgers University Press, 2015.

_____. *Child Soldiers: a reference handbook*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2012.

ROTHSCHILD, Emma. What is Security? *Daedalus*. Vol. 124, nº3, Summer, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jacques; *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão, 1995.

RYAN, Patrick J. *Master-Servant Childhood: A History of the Idea of Childhood in Medieval English Culture*, Springer, 2013.

SAINT-PIERRE, H. El concepto de la seguridad multidimensional: una aproximación crítica. In: *El concepto y las relaciones multilaterales de seguridad y defensa en el contexto de la Unasur*. Ed: ALDA, S; GÓMEZ, V. Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado – Uned. Ministerio de Defensa Nacional de Ecuador: Madrid, 2012.

SANTOS, Boaventura, S. 1995, *Towards a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*, London: Routledge, 1995.

SANTOS, Rodrigo Lucas Carneiro; MUNIZ, Iranice Gonçalves. As Crianças Soldado de Hitler e a Humanização do Direito Internacional. *Direito e Desenvolvimento*, v. 3, n. 6, p. 270-293, 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago, 2005.

_____. A criança cidadã: vias e encruzilhadas, *Imprópria. Política e pensamento crítico*. UNIPOP. Nº 2: 45-49, 2012.

SAVE THE CHILDREN INTERNATIONAL. Promoting Psychosocial Well-Being among Children Affected by Armed Conflict and Displacement. Principles and Approaches. Geneva: International Save the Children Alliance, 1996. Disponível em: <

<https://resourcecentre.savethechildren.net/node/3019/pdf/3019.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. Rewrite the Future. Education for children in conflict-affected countries. London: International Save the Children Alliance, 2006. Disponível em: <

<https://resourcecentre.savethechildren.net/node/3351/pdf/3351.pdf> > Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. Where peace begins. Education's role in conflict prevention and peacebuilding. London: International Save the Children Alliance, 2008. Disponível em: <

<https://resourcecentre.savethechildren.net/node/3773/pdf/3773.pdf> > Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. Barriers to Accessing Primary Education in Conflict-Affected Fragile States Final Report. December 14, 2009. Disponível em: <

<https://resourcecentre.savethechildren.net/library/barriers-accessing-primary-education-conflict-affected-fragile-states-final-report>> Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. Stolen Childhoods. End of childhood report 2017, 2017 Disponível em: <

https://resourcecentre.savethechildren.net/node/12167/pdf/endofchildhood_report_2017_english.pdf > Acesso em: 27 out. 2019.

_____. Healing the invisible wounds of war. A roadmap for addressing the mental health needs of children and young people affected by conflict, London: Save the Children, 2018a Disponível em: <

https://resourcecentre.savethechildren.net/node/13483/pdf/healing_the_invisible_wounds.pdf > Acesso em: 27 out. 2019 .

_____. Hunger – a lethal weapon of war. The impact of conflict-related hunger on children. London: Save the Children, 2018b. Disponível em: <

https://resourcecentre.savethechildren.net/node/14322/pdf/hunger_-_a_lethal_weapon_of_war_7th_pp.pdf > Acesso em: 27 out. 2019.

_____. The many faces of exclusion. End of childhood report 2018, London: Save the Children, 2018c Disponível em: <

https://resourcecentre.savethechildren.net/node/13429/pdf/endofchildhood_report_2018_english_0.pdf > Acesso em: 27 out. 2019.

_____. Peace for my homeland Mali. The voice and visibility of children affected by armed conflict. Nairobi: Save the Children, 2018d. Disponível em: <

<https://resourcecentre.savethechildren.net/library/peace-my-homeland-mali-voice-and-visibility-children-affected-armed-conflict>> Acesso em: 23 set. 2019

_____. 100 Years for Children, 2019a. Disponível em:

<<https://www.savethechildren.net/about-us/100-years-children> > Acesso em:

_____. Who we are, 2019b. Disponível em: < <https://www.savethechildren.net/about-us/who-we-are> > Acesso em: 02 nov. 2019.

_____. A better tomorrow. Syria's children have their say, 2019c Disponível em: < https://resourcecentre.savethechildren.net/node/14962/pdf/final_syria_anniversary_report_aw_small.pdf > Acesso em: 02 nov. 2019.

_____. Save the Children's Position. Child Labour, February 2019d Disponível em: < https://resourcecentre.savethechildren.net/node/15676/pdf/child_labour_position_feb_2018.pdf > Acesso em: 02 nov. 2019.

_____. Afraid to go outside. The impact of conflict on children in Afghanistan, 2019e Disponível em: < https://resourcecentre.savethechildren.net/node/16314/pdf/afraid_to_go_outside_report.pdf > Acesso em: 02 nov. 2019.

_____. Stop the war on Children. Protecting children in 21 century conflict, 2019f. Disponível em: < https://resourcecentre.savethechildren.net/node/14409/pdf/report_stop_the_war_on_children.pdf > Acesso em: 02 nov. 2019.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. Death without weeping: The violence of everyday life in Brazil. Univ of California Press, 1992.

SCHEPER-HUGHES, Nancy; SARGENT, Carolyn F. Small Wars: The Cultural Politics of Childhood. Berkeley : University of California Press, 1998.

SHAHAR, Shulamith. The first stage of childhood and the "civilizing process". *Paedagogica Historica*, v. 32, n. sup1, p. 163-178, 1996.

SHERINGTON, Geoffrey. From Aries to globalisation in the history of childhood. 2010.

SINGER, P.W. Caution: Children at War. *Parameters* Winter 2001-2002.

SLAUGHTER, Anne-Marie. Wilsonianism in the twenty-first century. In: *The crisis of American foreign policy: Wilsonianism in the twenty-first century*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

SMITH, M. S. The Constitution of Africa as a Security Threat. In: *Review of Constitutional Studies/ Revue D'Études Constitutionnelles*. Special Issue. Globalizations and the Re-Constitution of Security. Volume 10, Numbers 1 & 2, 2005.

SPIGA, V. Indirect Victims' Participation in the Lubanga Trial. *Journal of International Criminal Justice*, Vol. 8, Issue 1, pp. 183-198, 2010.

SPRINGER, Natalia. Como corderos entre lobos. Del uso y reclutamiento de niñas, niños y adolescentes en el marco del conflicto armado y la criminalidad em Colombia. Springer Consulting Services, 2012.

STEARNS, Peter N. Childhood in world history. Routledge, 2016.

STEIN, Herman D. Unicef in Bellagio. A memoir. New York: Unicef, 2007.

STERN, Maria; ÖJENDAL, Joakim. Mapping the security—development nexus: Conflict, complexity, cacophony, convergence?. *Security Dialogue*, v. 41, n. 1, p. 5-29, 2010.

STEWART, John “The dangerous age of childhood”: child guidance and the “normal” child in Great Britain, 1920–1950, *Paedagogica Historica*, 47:6, 785-803, 2011.
DOI: 10.1080/00309230.2011.621201

SWAMY et. al. Migrating Children: The Need for Comprehensive Integrated Health Prevention Measures. *Current Tropical Medicine Reports*. June 2018, Volume 5, Issue 2, pp 96–103 DOI://doi.org/10.1007/s40475-018-0142-x

TABAK, Jana. As Vozes de Ex-Crianças Soldado: Reflexões Críticas sobre o Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração das Nações Unidas. 2009. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. “In the best interest” of whom? Rethinking the Limits of the International Political Order through the (Re)constructions of the World Child and Child-Soldiers. 2014. 218. Tese de Doutorado em Relações Internacionais – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TISDALL, K.M.; PUNCH, S. Not so “new”? Looking critically at childhood studies. *Children’s Geographies*, v. 10, n. 3, p. 249-264, 2012.

THE ROMÉO DALLAIRE CHILD SOLDIERS INITIATIVE. Annual Report 2017, July 2018. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/annual-report-2017/> > Acesso em: 19 out. 2019.

_____. Who we are, 2019a Disponível em: <<https://www.childsoldiers.org/who-we-are/>> Acesso em: 11 out. 2019.

_____. Publications, 2019b. Disponível em: <<https://www.childsoldiers.org/publications/>> Acesso em: 11 out. 2019.

_____. Publications. Country Reports, 2019c. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/country-reports/> > Acesso em: 11 out. 2019.

_____. Allons-y. Theory into action. Militarization, violence and displacement: war’s impact on children in 2018, Vol. 3, January 2019d. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/allons-y-january-2019/> > Acesso em: 11 out. 2019.

_____. Dr. Shelly Whitman - Executive Director, 2019e. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/team/dr-shelly-whitman/> > Acesso em: 11 out. 2019.

_____. Fact Sheet Child Soldiers, 2019f.

THORNBURG, Hershel D. Is early adolescence really a stage of development?. *Theory into practice*, v. 22, n. 2, p. 79-84, 1983.

TYNES, Robert. Child Soldier as Tactical Innovation, *Air & Space Power Journal*, Spring, pp. 36–43, 2008.

_____. Child Soldiers, Armed Conflicts, and Tactical Innovations. PhD Dissertation, University of Albany, SUNY, Albany, NY, 2011.

_____. Tools of War, Tools of State: When Children Become Soldiers. Albany, NY: State University of New York Press, 2018.

TYNES, Robert; EARLY, Bryan R. Governments, rebels, and the use of child soldiers in internal armed conflicts: A global analysis, 1987–2007. *Peace Economics, Peace Science and Public Policy*, v. 21, n. 1, p. 79-110, 2015.

UNITED NATIONS (UN). General Assembly. Report of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed, Conflict, 2005. Disponível em:

<http://www.unicef.org/emerg/files/report_SRSG_cac.pdf> Acesso em: 03 ago. 2018.

_____. World Youth Report 2003. The global situation of young people. United Nations publication -Sales No. E.03.IV.7, 2004. Disponível em: <

<https://www.un.org/development/desa/youth/world-youth-report/world-youth-report-2003.html>> Acesso em: 03 maio. 2019.

_____. World Youth Report 2005. Young people today and in 2015. United Nations publication -

Sales No. E. 05 IV.6, 2005. Disponível em: <

<https://www.un.org/development/desa/youth/world-youth-report/world-youth-report-2005.html>> Acesso em: 03 maio. 2019.

_____. World Youth Report 2010. Youth and climate change. United Nations publication Sales No. E.10.IV.11, 2010. Disponível em: <

<https://www.un.org/development/desa/youth/world-youth-report/world-youth-report-2010.html>> Acesso em: 03 maio. 2019.

_____. A new global partnership: eradicate poverty and transform economies through sustainable development. The report of the High-Level Panel of Eminent Persons on the Post-2015 Development Agenda. New York: United Nations, 2013.

_____. Work and mandate of the Working Group, 2019. Disponível em: <

<https://www.un.org/securitycouncil/subsidiary/wgcaac>> Acesso em: 11 ago. 2019.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA).

_____. General and complete disarmament: small arms. A/52/298 27 August 1997a.

Disponível em: <<http://www.un.org/depts/ddar/Firstcom/SGreport52/a52298.html>> Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. Resolution 51/77. 20 Feb. 1997b. Disponível em:

<https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/51/77> Acesso em: 18 maio 2019.

_____. Resolution 66/290. 25 out. 2012. Disponível em:

<http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=%20A/RES/66/29> Acesso em: 18 jul. 2017.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND (UNICEF).

Cape Town Principles and Best Practices. 27-30 April, 1997, Cape Town, South Africa.

_____. *Paris Principles*, 2007a. Disponível em:

<http://www.unicef.org/media/files/ParisPrinciples_EN.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. *Paris Commitments*, 2007b. Disponível em:

<http://www.unicef.org/media/files/ParisCommitments_EN.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Learning from experience: 1946-1979. 22 Jan. 2018. Disponível em: <

<https://www.unicef.org/stories/learning-experience-19461979>> Acesso em: 08 set. 2019.

_____. Unicef Brasil. Convenção sobre os direitos da criança, 2019. Disponível em:

<<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>> Acesso em: 09 maio 2019.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). Resolution 1261. 30 Aug. 1999.

Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/\(1999\)](https://undocs.org/S/RES/(1999))> Acesso em: 06 ago. 2019.

_____. Resolution 1379. 20 Nov. 2001. Disponível em:

<[https://undocs.org/S/RES/1379\(2001\)](https://undocs.org/S/RES/1379(2001))> Acesso em: 06 ago. 2019

_____. Resolution 1539. 22 Apr. 2004. Disponível em: <
[https://undocs.org/S/RES/1539\(2004\)](https://undocs.org/S/RES/1539(2004)). Acesso em: 11 ago. 2019.

_____. Resolution 1612. 26 Jul. 2005. Disponível em:
 <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1612\(2005\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1612(2005))> Acesso em: 15
 fev. 2019.

_____. Security Council Working Group on Children and Armed Conflict. 2006/497 Report
 on the activities of the Working Group of the Security Council on Children and Armed
 Conflict since the adoption of resolution 1612 (2005) on 26 July 2005. 09 Jul. 2006.
 Disponível em:

<https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2006/497&Lang=E&Area=UNDOC
 > Acesso em: 11 set. 2019.

_____. Security Council Working Group on Children and Armed Conflict.
 AC.51/2008/15 Conclusions on children and armed conflict in Chad. 5 Dec. 2008. Disponível:
 <[https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2008/15&Lang=E&Area=U](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2008/15&Lang=E&Area=UNDOC)
 NDOC> Acesso em: 11 set. 2019.

_____. Security Council Working Group on Children and Armed Conflict. Conclusions on
 children and armed conflict in Nepal 12 Nov. 2010. Disponível em:
 <[https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2010/4&Lang=E&Area=UN](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2010/4&Lang=E&Area=UNDOC)
 DOC> Acesso em: 11 set. 2019.

_____. Resolution 1998. 12 Jul. 2011. Disponível em:
 < [https://undocs.org/S/RES/1998\(2011\)](https://undocs.org/S/RES/1998(2011))> Acesso em: 11 ago. 2019.

_____. Security Council Working Group on Children and Armed Conflict. Conclusions on the
 situation of children and armed conflict in Colombia. 21 Dec. 2012. Disponível em:
 <[https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2012/4&Lang=E&Area=UN](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2012/4&Lang=E&Area=UNDOC)
 DOC> Acesso em: 11 set. 2019.

_____. Security Council Working Group on Children and Armed Conflict. Conclusions on
 children and armed conflict in Yemen. 9 Dec. 2013. Disponível em:
 <[https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2013/3&Lang=E&Area=UN](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2013/3&Lang=E&Area=UNDOC)
 DOC> Acesso em: 11 set. 2019.

_____. Security Council Working Group on Children and Armed Conflict. Conclusions on the
 situation of children and armed conflict in Afghanistan. 11 May 2016. Disponível em: <
[https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2016/1&Lang=E&Area=UND](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2016/1&Lang=E&Area=UNDOC)
 OC> Acesso em: 11 set. 2019.

_____. Security Council Working Group on Children and Armed Conflict. Conclusions on
 children and armed conflict in Somalia. 12 Jul. 2017a. Disponível em:
 <[https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2017/2&Lang=E&Area=UN](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2017/2&Lang=E&Area=UNDOC)
 DOC> Acesso em: 11 set. 2019.

_____. Security Council Working Group on Children and Armed Conflict. Conclusions on the
 situation of children and armed conflict in Colombia. 7 Mar. 2017b. Disponível em: <
[https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2017/1&Lang=E&Area=UND](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2017/1&Lang=E&Area=UNDOC)
 OC> Acesso em: 11 set. 2019.

_____. Security Council Working Group on Children and Armed Conflict. Conclusions on
 children and armed conflict in Mali – Working Group on Children and Armed Conflict. 19
 Jun. 2018. Disponível em:
 <[https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2018/1/Rev.1&Lang=E&Are](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2018/1/Rev.1&Lang=E&Area=UNDOC)
 a=UNDOC> Acesso em: 11 set. 2019.

_____. Children and armed conflict in Afghanistan. Report of the Secretary-General. 10 Sep.
 2019a. Disponível em: <<https://undocs.org/S/2019/727>> Acesso em: 27 out. 2019.

_____. Security Council Working Group on Children and Armed Conflict. Conclusions on the
 situation of children and armed conflict in Myanmar. 20 Aug. 2019b. Disponível em: <

https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/AC.51/2019/2&Lang=E&Area=UNDOC> Acesso em: 27 out. 2019.

VAN CREVELD, M. The transformation of war. New York: The Free Press, 1991.

VANN, R. T. The youth of centuries of childhood, *History and Theory*, 21, 279–297, 1982.

VARGAS, Gonzalo A.; RESTREPO-JARAMILLO, Nataly. Child Soldiering in Colombia: Does Poverty Matter? *Civil Wars*, v. 18, n. 4, p. 467-487, 2016.

VITÓRIA, Paulo Renato. Colonização das utopias e outras consequências da assimilação acrítica dos principais discursos ocidentais sobre democracia e direitos humanos. *Revista de Direitos Fundamentais & Democracia*, Curitiba, v. 23, n. 2, p. 198-236, mai./ago., de 2018. DOI: 10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v23i21298.

WAGNSSON C.; HELLMAN, M.; HOLBERG, A. “The Centrality of Non-traditional Groups for Security in the Globalized Era: The Case of Children.” *International Political Sociology* 4 (1): 1–14, 2010. doi:10.1111/j.1749-5687.2009.00090.x.

WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as a Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WAR CHILD. Who we are, 2019. Disponível em: <<https://www.warchild.org.uk/who-we-are>> Acesso em: 09 nov. 2019

WASSEDE, C. Normalization of children: Politics and images of children in the Freetown of Christiania. *Childhood*, v. 23, n. 2, p. 207-220, 2016.

WATCHLIST ON CHILDREN AND ARMED CONFLICT. 2013 Annual Report, 2013. Disponível em: < <https://watchlist.org/publications/2013-annual-report/>> Acesso em: 20 mar. 2019.

_____. 2014 Annual Report, 2014. Disponível em: < <https://watchlist.org/publications/2014-annual-report/>> Acesso em: 20 mar. 2019

_____. 2016 Annual Report, 2016. Disponível em: < <https://watchlist.org/publications/2016-annual-report/>> Acesso em: 20 mar. 2019

_____. 2017 Annual Report, 2017. Disponível em: < <https://watchlist.org/publications/2017-annual-report/>> Acesso em: 20 mar. 2019

_____. 2018 Annual Report, 2018. Disponível em: < <https://watchlist.org/publications/2018-annual-report/>> Acesso em: 20 mar. 2019

_____. About, 2019a. Disponível em: < <https://watchlist.org/about/>> Acesso em: 27 out. 2019.

_____. Publications. Field Monitors Reports, 2019b. Disponível em: < <https://watchlist.org/watchlist-publications/>> Acesso em: 27 out. 2019.

_____. Children and armed conflict – How to deal with persistent perpetrators?, 2019c. Disponível em: < <https://watchlist.org/publications/children-and-armed-conflict-how-to-deal-with-persistent-perpetrators/>> Acesso em: 27 out. 2019.

_____. Advocate, 2019d. Disponível em: < <https://watchlist.org/about/advocate/>> Acesso em: 27 out. 2019.

WATSON, Alison. Seen but not heard: The role of the child in international political economy. *New Political Economy*. 9. 3-21, 2004.

WELLS, K. *Childhood in a global perspective*. Cambridge: Polity Press, 2009.

WESSELS, M. *Child Soldiers: From Violence to Protection*. Massachusetts: Harvard University Press, 2006.

WHITMAN, Shelly. *The Challenges of Doing Research on Child Soldiers in the Democratic Republic of the Congo*. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2011. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/challenges-research-child-soldiers-democratic-republic-congo/> > Acesso em: 09 set. 2019.

_____. *Improving Interactions Between Child Soldiers and Security Forces*. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2012a. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/improving-interactions-child-soldiers-security-forces/> > Acesso em: 09 set. 2019.

_____. *Sexual Violence, Coltan and the Democratic Republic of the Congo*. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2012b. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/sexual-violence-coltan-democratic-republic-congo/> > Acesso em: 09 set. 2019.

_____. *Children and Marine Piracy*. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2013. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/children-marine-piracy/> > Acesso em: 09 set. 2019.

WHITMAN; ZAYED. *Child Soldiers: A E-Learning Course for Security Sector Actors*. Halifax, NS: The Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, 2014. Disponível em: < <https://www.childsoldiers.org/publications/child-soldiers-a-e-learning-course-for-security-sector-actors/> > Acesso em: 09 set. 2019.

WILSON, A. *The infancy of the history of childhood: an appraisal of Philippe Ariès*, *History and Theory*, 132–153, 1980.

ZERROUGUI, Leila. *Harnessing the Potential of Boys and Girls to Fulfil the Promise of the Sustainable Development Goals*. *UN Chronicle*, v. 52, n. 4, p. 4-6, 2016. Disponível em: < <https://unchronicle.un.org/article/harnessing-potential-boys-and-girls-fulfil-promise-sustainable-development-goals/> > Acesso em: 03 ago. 2019.